

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

DANIEL LIMA DE SOUSA

**TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) EM
DIREITOS HUMANOS: O CASO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA

2024

DANIEL LIMA DE SOUSA

**TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) EM
DIREITOS HUMANOS**
O CASO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos cidadania e Políticas Públicas.

ORIENTADOR: PROF. DR. HUGO BELARMINO DE MORAIS

JOÃO PESSOA
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725t Sousa, Daniel Lima de.

Trajetórias intelectuais de pesquisadores(as)
negros(as) em Direitos Humanos : o caso do Programa de
Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade
Federal da Paraíba / Daniel Lima de Sousa. - João
Pessoa, 2024.

107 f. : il.

Orientação: Hugo Belarmino Moraes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Direitos Humanos - Descolonização. 2.
Aquilombamento. 3. Identidade negra. 4.
Intelectualidade negra. I. Moraes, Hugo Belarmino. II.
Título.

UFPB/BC

CDU 342.7(043)

DANIEL LIMA DE SOUSA

**TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) EM
DIREITOS HUMANOS**

**O CASO DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos Cidadania e Políticas Públicas.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 29/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr.º Hugo Belarmino de Moraes
Orientador

Prof.ª Drª Amanda Christinne Nascimento Marques
Avaliadora Interna

Prof.ª Drª Bruna Stéfanni Soares de Araújo
Avaliadora Externa

Aos que vieram antes mim, aos que estão
aqui agora e aos que virão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente peço licença aos meus ancestrais, para agradecer a todas as energias de Bantu, Jurema, Umbanda e Candomblé que me foram luz nos momentos de escuridão e foram guia, quando vários caminhos abriam bem como, se fechavam.

Em segundo lugar minha mãe, Maria Eniuzza Rodrigues de Sousa, que muito me foi importante no sentido de não soltar a minha mão nos momentos de maior necessidade emocional. A minha avó Maria Caetana que sem dúvida continuará sendo um dos motivos para esta pesquisa. À minha família que muito me apoiou, ao meu núcleo familiar, Beatriz, Milton, Daniele, Cátia, Renan, Wesley e Elisângela, minha eterna gratidão.

À minha família, Tia Paulinha, meu padrinho Hudson, Tia Patricia, Tio Zezé, meus primos e demais membros da família Rodrigues. Dedico a todos(as) os(as) meus e minhas irmãs e irmãos que, sem dúvida, são também motivo para essa pesquisa.

Dedico também a Ingrid, uma das pessoas mais especiais durante a minha trajetória no PPGDH, que muito me deu luz quando acreditei ter esmorecido no que tange ao meu processo de pesquisa.

Dedico em especial para todas as mãos e axés que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa. Agradeço também a todas as pessoas que acreditaram e credibilizaram o processo de escrivência.

Ao PPGDH-UFPB que me abriu as portas para a enunciação e busca pela minha ancestralidade, ao meu orientador Prof^o. Dr^o Hugo Belarmino de Moraes e a professora Dr^a Marlene Helena de Oliveira França por não soltarem a minha mão, muito obrigado.

Dedico à Professora Tiana Borba que não mediu esforços no meu processo de conclusão da Graduação.

Aos meus amigos, Leila, Joana Emília, João Paulo, Daniel, Moisés, Guilherme, Isis e Chico, meu eterno obrigado. À minha *dreadmaker* Tatá, que muito aquilombou meu corpo e pensamento nos momentos de angústia.

Por fim, agradeço sobretudo ao povo negro que construiu o que chamamos de sociedade. Não obstante agradeço a todos e todas aqueles que não acreditaram ou diminuíram meu processo de vivência da ciência diaspórica.

*“Há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante minha infância.
Os vários relatos e descrições minuciosas pareciam me advertir que
aqueles não eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas
enterradas em nossa psique, prontas para serem contadas.
Hoje quero re-contá-las”. (KILOMBA,2010, p. 171)*

RESUMO

Neste trabalho, buscamos compreender as contribuições das intelectualidades negras para a descolonização dos Direitos Humanos no campo educacional, a partir da análise de suas trajetórias no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, da Universidade Federal da Paraíba. Para isso, partimos de uma perspectiva histórica e conceitual que problematiza a colonização como um processo de racismo, epistemicídio e violação dos direitos dos povos originários e africanos e que aponta o aquilombamento como uma alternativa de resistência e afirmação das identidades negras. Em seguida, apresentamos as trajetórias e as insurgências epistêmicas de alguns intelectuais negros que se destacaram na luta abolicionista na construção de um pensamento crítico e emancipatório sobre a questão racial no Brasil. Em termos metodológicos e como técnica da pesquisa de campo foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os egressos e egressas. Nossas reflexões buscaram viabilizar a discussão sobre pertencimento, identidades e epistemologias negras, pensando o lugar social da pessoa negra no Brasil. Do ponto de vista teórico e epistêmico, a partir de autores como Stuart Hall, Alex Ratts, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Joel Bonnemaïson, discutimos nosso entendimento sobre a formação territorial de um povo para assim trazer elementos que fundamentam a colonialidade do saber, tendo como ponto de reflexão as análises feitas por autorias negras do Século XIX, XX e XXI, como Lélia Gonzalez Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, Thula Pires, Silvio de Almeida e Munanga que, trazem a centralidade da discussão racial – e decolonial – como saída para a crise identitária que cerca o povo Afro-latino-americano. Concluímos que há um avanço significativo na produção acadêmica sobre a temática racial no PPGDH-UFPB, mas que ainda há desafios para consolidar uma perspectiva epistemológica negra que reconheça e valorize as sabedorias ancestrais e as experiências coletivas dos sujeitos negros na construção do conhecimento.

Palavra-chave: Direitos Humanos, Intelectualidade Negra. Pertencimento. Decolonialidade.

ABSTRACT

In this paper, we seek to understand the contributions of black intellectuals to the decolonization of human rights in the field of education, based on an analysis of their trajectories in the Graduate Program in Human Rights at the Federal University of Paraíba. To do this, we start from a historical and conceptual perspective that problematizes colonization as a process of racism, epistemicide and violation of the rights of native and African peoples and points to *aquilombamento* as an alternative for resistance and affirmation of black identities. Next, we present the trajectories and epistemic insurgencies of some black intellectuals who stood out in the abolitionist struggle in the construction of critical and emancipatory thinking on the racial question in Brazil. In methodological terms and as a field research technique, semi-structured interviews were conducted with graduates. Our reflections sought to make it possible to discuss black belonging, identities and epistemologies, thinking about the social place of black people in Brazil. From a theoretical and epistemic point of view, based on authors such as Stuart Hall, Alex Ratts, Carlos Walter Porto-Gonçalves and Joel Bonnemaison, we discussed our understanding of the territorial formation of a people in order to bring in elements that underpin the colonality of knowledge, using as a point of reflection the analyses made by black authors from the 19th, 20th and 21st centuries, such as Lélia Gonzalez Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, Thula Pires, Silvio de Almeida and Munanga, who bring the centrality of the racial - and decolonial - discussion as a way out of the identity crisis that surrounds Afro-Latin American people. We conclude that there has been significant progress in academic production on racial issues at the PPGDH-UFPB, but that there are still challenges to consolidate a black epistemological perspective that recognizes and values ancestral knowledge and the collective experiences of black subjects in the construction of knowledge.

Key words: Human Rights, Black Intellectuality. Belonging. Decoloniality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNILAB	Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira.
UNILA	Universidade de Integração Latino Americana
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNB	Universidade de Brasília
PPGDH-UFPB	Programa de Pós- Graduação em Cidadania, Direitos Humanos e Políticas Públicas.
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. APONTAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS.	25
2.1 CRÍTICA DA COLONIZAÇÃO: RACISMO, EPISTEMICÍDIO E A ALTERNATIVA DO AQUILOMBAMENTO DO CORPO NEGRO	25
2.2 O RECONHECIMENTO DAS IDENTIDADES PARA O FORTALECIMENTO CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE	37
3. IDENTIDADES INTELLECTIVAS NEGRAS: INSURGÊNCIAS ABOLICIONISTAS	43
3.1 Territorializações epistemológicas negras, identidades e os desafios no campo educacional	43
3.2 A INSURGÊNCIA EPISTÊMICA DOS AUTORES DO SÉCULO XX.	52
4. DESAFIOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E EPISTÊMICOS DA INTELLECTUALIDADE NEGRA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O CASO DO PPGDH-UFPB.	70
4.1 RAÇA, POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DIREITOS HUMANOS: BREVE ANÁLISE DE CONJUNTURA	70
4.2 O NCDH E O PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	79
4.4 INTELLECTUALIDADES NEGRAS E DIREITOS HUMANOS: SISTEMATIZANDO OS RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO	82
4.3.1 Definição dos objetos da análise	84
4.3.2 Expressões teóricas e identificação dos resultados	84
4.3.3 Avaliação dos temas propostos	97
5. A ALTERNATIVA É AQUILOMBAR: CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	104
Silva, Ana Maria Eugenio da. As quilombolas do Sítio Veiga e a dança de São Gonçalo o em Quixadá-Ce /. - Redenção, 2021. 158 f: il.	108

1. INTRODUÇÃO

Sou Daniel, filho de uma das muitas e ao mesmo tempo, únicas Marias e dos vários Josés. Natural de Minas Gerais, no entanto, criado em terras candangas. Durante minha trajetória acadêmica na Educação Básica tive o privilégio de acessar o ensino privado e parte do Ensino Médio, via cotas sindicais. Esse acesso foi importante, uma vez que sem ele, talvez não teria sido possível iniciar minha formação na cidade onde eu residia.

Nesse contexto, a escolha da minha graduação se deu de maneira orgânica. Porque já vinha de um processo de perdas de direitos por ser advindo de um extrato social e étnico estigmatizado pela sociedade, filho da classe trabalhadora e negro.

Por esse motivo, ingressei na graduação inicialmente privada na Faculdade Projeção, situada em Brasília, financiado com bolsa integral via Prouni – Programa Universidade para Todos do Ministério da Educação.

Mesmo assim, não me sentia contemplado com as garantias referentes ao acesso e a permanência no Ensino Superior, pois ao adentrar o espaço profissional em um dos estágios que fiz enquanto aluno do curso de serviço social, (Hospital Santa Luzia) percebi que minha formação não estava me mostrando mecanismos suficientes para entender as realidades que norteiam a pessoa negra no Brasil.

Reconhecendo a importância de estudar numa instituição pública galguei transferência para a UFPB em João Pessoa. Embora essa transferência não tenha ocorrido com condições materiais suficientes e adequadas para tal mudança. Mesmo assim, fui transferido e consegui me graduar em Serviço Social.

Durante a formação, participei de projeto de ensino e extensão, no qual aprofundei questões relacionadas à profissão de Assistente Social bem como, sua relação com a educação. Além disso, a experiência como monitor na disciplina de Tópicos Especiais, fomentou olhares que não teriam sido possíveis se não tivesse realizado tal experiência.

O objetivo em ser Assistente Social surgiu face à dura realidade em que estou inserido, cujo pertencimento é oriundo da classe trabalhadora. Portanto essa contextualização fez com que planejasse uma carreira na qual, fosse possível pesquisar sobre as demandas que impedem o povo pobre e negro, de ocupar espaços nas Universidades Públicas em especial, na Pós- Graduação.

Foi a partir de um Congresso Nacional de Estudantes de Serviço Social na UFPB, que conheci o Ensino Superior Público, no qual muito me encantou no sentido da garantia do direito à educação pública. Essa, que na minha cidade não era tida como algo prioritário (na época) para os jovens e adultos das periferias. Os jovens concluintes do Ensino Médio eram/são orientados a encontrar no mercado de trabalho a resolução para as expressões da questão social vividas por tais sujeitos.

Diante do exposto, em 2015, escolhi por reiniciar a graduação visto a necessidade de tapar as lacunas teóricas deixadas pela IES privada. Por isso, utilizei a nota do ENEM para ingressar na UFPB no primeiro período realizando o aproveitamento dos créditos de alguns componentes curriculares, os quais julguei não ser necessário refazer novamente. Ainda assim, dispensei muitas disciplinas que havia realizado por considerar que, seria necessário melhorar o aprofundamento teórico para melhor atuação profissional como Assistente Social e futuro pesquisador de Pós- Graduação *stricto sensu*.

Muito embora o acesso à Universidade Federal seja visto de maneira fetichizada por aqueles que a veem de fora. Por isso, assim que ingressei percebi que a gestão da UFPB se mostrou alheia às necessidades de permanência dos estudantes. Esse aspecto foi um ponto que muito me incomodou durante a graduação. Porque, apesar de eu ter sido hóspede na Residência Universitária Masculina e Feminina- UFPB, não tinha os mesmos direitos que os/as estudantes que estavam regularmente garantidos por esses direitos.

Então, passei um ano no Processo Seletivo para galgar a bolsa de auxílio moradia e restaurante universitário. E mesmo assim, não fui contemplado neste ano com esse direito. Por esse motivo iniciei um processo de lutas (junto aos coletivos auto organizados dentro e fora da UFPB) em torno dessa temática por entender educação como direito do povo e dever do Estado para garantir educação de qualidade e condições de equidade para todos os cidadãos brasileiros, principalmente os menos favorecidos.

Em 2016, juntamente com mais 3 companheiros, demos início à greve de fome na universidade, cuja dimensão se tornou a nível nacional, fortalecendo o processo de luta re-engajamento do movimento estudantil nacional que há muito não se fazia presente nos espaços estudantis efetivamente.

Durante a graduação tive a oportunidade de ser integrante do Núcleo De Desenvolvimento Comunitário: Incubação Territorial e Economia Solidária Na

Região Metropolitana De João Pessoa, nesse núcleo desenvolvemos a análise do Plano Estadual de Cultura do Estado da Paraíba.

Posteriormente, realizei estágio acadêmico na Secretaria de Cultura do Estado da PB, no qual trabalhamos na perspectiva dos usuários do Programa de Inclusão Através da Música e da Arte, que eram provenientes da classe trabalhadora, e buscavam nessa iniciativa do estado, não só a musicalização dos usuários, mas também a identificação das demandas socioeducacionais desses indivíduos.

Fui também pesquisador no Núcleo de Direitos Humanos da UFPB onde desenvolvemos uma Linha de Pesquisa em Socioeducação sob orientação da professora Dr^a. Maria de Nazaré Tavares Zenaide.

Em seguida, desenvolvi meu TCC, cujo título é *“Tendências do Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma Análise da Assistência à Permanência no âmbito da Universidade Federal da Paraíba entre os anos de 2015 à 2017”*, a partir da análise dos processos de lutas vividos pelos/as estudantes no âmbito acadêmico universitário, sendo assim essa pesquisa serviu como uma resposta aos apoios políticos e sociais gerados em torno dos direitos à Assistência Estudantil.

No final da graduação, ainda entrei no Programa de Monitoria Remota da UFPB, na disciplina de Tópicos especiais II, na qual auxiliei a docente Doutora Maria das Graças Miranda, planejamento e execução do plano de ensino cuja temática tratava de epistemologia do pluralismo, essa experiência tornou possível apropriar-me das categorias centrais no que diz respeito a profissão de assistente social e docência no ensino superior.

Nota-se, que os constantes entraves no processo de graduação, foram motores para meu desenvolvimento enquanto sujeito social. Por isso, vale ressaltar a necessidade de aprofundamento científico que possa assim, proporcionar melhores condições de acesso e permanência no ensino superior público, tanto na graduação, quanto na Pós- Graduação.

Já no final da graduação comecei a notar quem falava, como falava e sobre o que falava e constatei, que a maioria das pessoas as quais nós brasileiros fazemos referência, são pessoas não negras.

Observem! Trago aqui, não uma tentativa de invalidação de teóricos/as não negros/as, apresento na verdade, a importância de refletir acerca da produção negra de um país onde, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios (PNAD) 2019¹, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como negros e 1,1% como amarelos ou indígenas.

Apesar de toda essa trajetória, acadêmica durante meu processo de construção do conhecimento, senti a falta referências negras, as quais com toda certeza teriam me dado mais meios de entender todo o processo que o pesquisador negro passa no Brasil, para não apenas reconhecido social.

Logo, como entender nosso processo de escravização a partir do olhar do colonizador? Essa ideia me rondou por muito tempo, até que resolvi problematizar esses intelectuais na Pós- Graduação pois, observando trajetórias de vida como a de Sérgio Pessoa Ferro² Formado pelo PPGDH- UFPB que, buscou problematizar a categoria gênero, articulada a sexualidade e espiritualidade em seus textos.

Nessa direção, vi a necessidade de escrever no tempo a rememoração desse e de outros intelectuais negros/as, visando dar início ao retorno da nossa ancestralidade, inserindo nossa memória na história, a partir de nós negros e negras, para que assim, possamos ter melhores condições futuras de nos entendermos enquanto povo e não apenas nos enxergarmos como estruturalmente o sistema propõe.

Dito isso, durante a trajetória no PPGDH, me ocorreu a ideia-chave de que a minha necessidade maior não era mais construir mecanismos de validação, mas sim, saber. Em quais circunstâncias os autores e autoras pesquisados/as haviam escrito seus trabalhos e como esses se entendiam enquanto pesquisadores, sujeitas de direitos e quando essas perspectivas perpassam a seara dos Direitos Humanos em suas vidas?

Objetivo da Pesquisa, pressupostos teórico-metodológicos e apresentação da estrutura da pesquisa.

¹ IBGE (PNAD). **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019**. n. 43. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/45/82120?ano=2020>. Acesso em 20 jan. 2022.

Não menos importante, traçamos um paralelo histórico entre os primeiros acessos negros via ações afirmativas no Programa de Pós- Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba e suas respectivas trajetórias intelectuais como forma de preservação da memória do povo afro-brasileiro.

Objetivamos com isso, a apresentação da contribuição, dos intelectuais negros/as para os Direitos Humanos, através da Análise de suas trajetórias com a culminação da criação de um banco de memórias dessa intelectualidade em prol do Aquilombamento.

A prática do Aquilombamento é atravessada pelo princípio filosófico africano Sankofa, uma vez que diz respeito a acessar um legado fundado no início da experiência diaspórica, adaptá-lo às condições do presente e, com isso, criar a possibilidade de futuros pluriversários.

Como anuncia Nascimento no Filme “Ôrí”

Se “cada cabeça é um quilombo”, aquilombar-se é o movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo. Ou seja, “aquilombar-se” é o ato de assumir uma posição de resistência contra hegemônica a partir de um corpo político e da preservação da memória intelectual negra brasileira (SOUTO, 2020, pg 141).

De antemão, o debate da pesquisa está localizado na visão decolonial Latino Americana onde, de acordo com Mignolo (2008. Pg, 290) significa, entre outras coisas, aprender a desaprender, já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/ colonial.

Neste sentido, na busca de significado para esta pesquisa pudemos perceber que o exercício metodológico da descrição densa com uma inspiração etnográficas, se fez necessário. Justamente porque trabalhamos com o campo da memória intelectual de sujeitos que, em tese, foram e são alvo do racismo estrutural como os egressos do PPGDH.

Geertz³ aponta que a etnografia não é apenas uma questão de metodologia, mas sim, um esforço intelectual do pesquisador/a: “Praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante” (GEERTZ, 2008, p. 4).

³ Geertz, C. (1989). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan

Com isso, o autor propõe uma compreensão e interpretação dos fenômenos, de modo que o conceito de cultura tenha base em semiótica. Ele destaca, em linhas gerais, que a ciência não deve ser apenas experimental mas, que busque um sentido. (GEERTZ, 2008).

Uma vez sabido, que os saberes e territórios antes de tudo, passam pelo processo eurocêntrico onde, a Europa enquanto centro do conhecimento universal invalida as diferentes racionalidades, espaço esse que habita a simultaneidade.

Geertz, traz a importância da “desprovincianização” para o reconhecimento de novos lugares de enunciação e ainda afirma, que é preciso trazer o espaço para dentro da história e deixá-lo falar.

Adicionalmente, o autor rompe com a visão unilinear do tempo e que seja feito a retomada da simultaneidade assim como, da sucessão. A exemplo, ele traz o meridiano de Greenwich e tece críticas sobre o marco zero do Planeta Terra ser na Europa, especificamente em Londres.

Ademais, preconizamos nesse estudo, referenciais bibliográficos negros, por entendermos a importância da afirmação teórica que esse estrato social construiu ao longo da formação Política e Social afro-latino-americana.

Vale lembrar, que o movimento pela indexação intelectual negra na ciência, foi/é árduo, por se tratar de um reclame dos/as intelectuais negros/as de Século XXI pela preservação da memória e posteriormente, no Século XX de intelectuais negros/as através da escrita, numa perspectiva de contra movimento, afim de reconquistar e rememorar a ancestralidade afrodescendente, afro-indígena e latino-americana, face aos trezentos anos de controle político europeu e duzentos anos de regras coloniais internas vindas das elites mestiças pós independência Mignolo (2008).

Por conseguinte, uma das pretensões epistemológicas desse estudo, foi a articulação feita por meio da reflexão teórica em Frantz Fanon sobre o processo de retirada de direitos sociais e políticos, concatenado a interlocução via primeiras literaturas decoloniais como, Augusto dos Anjos importante romancista do século XIX, Beatriz Nascimento (1940).

Carolina Maria de Jesus (1914), Lélia Gonzalez(1935), Conceição Evaristo (1946), que em seus textos muito bravamente denunciam os processos de racismo estrutural no século XX.

Ainda é importante reiterar, a recorrente tentativa de embranquecimento da intelectualidade negra no período pós-abolição onde, a classe branca dominante, valeu-se de arcabouços teórico-ideológicos como a eugenia Malthus (1982), para consolidar o lugar de privilégio, na tentativa de justificar todas as opressões postas a populações indígenas existentes e a africana, que foi trazida para o Brasil.

Esses elementos, nos revelam as propostas políticas no pós-abolição que, orquestraram apagar a mancha da escravidão por meio das estratégias de branqueamento e a tentativa de supressão dessa memória no Brasil, buscando desarticular os negros, como apresenta Moura (1983), que essa estratégia se deu de modo a desorganizar ideologicamente o povo negro para assim, introjetar o apagamento da consciência racial.

Em seguida, se faz necessário destacar Fanon e sua contribuição para pensarmos o lugar da pessoa negra no Brasil que, devido ao colonialismo e a composição da “identidade disciplinar” em Mignolo (2008), encontra dificuldades para afirmação étnica, bem como, o reconhecimento étnico uma vez, que buscam sem êxito em referenciais não negros, respostas que talvez seriam melhor enunciadas se ecoassem dos segmentos mais fragilizados dos extratos sociais, Fanon (2008).

Em virtude do exposto, trago a pertinência da pesquisa para o povo negro pois, precisamos nos reconhecer e sabermos dos espaços que estamos ocupando, para que quebreemos com a eugenia presente na racialização da intelectualidade científica e a hegemonia da subalternização/dependência teórica dos pesquisadores negros/as em torno de referenciais que não os/nos representa.

Em primeiro lugar, gostaria de ressaltar a dificuldade que encontramos em trabalhar uma autoria com referencial metodológico afro centrado, no entanto, utilizamos Gonçalves, por acreditar que a mesma refletiu de maneira exímia o objetivo central da presente pesquisa.

Ademais, corroboramos com a autora que a escolha dos aspectos metodológicos em um estudo é norteadora dos achados frutos da investigação, a trajetória metodológica, utilizou os preceitos teórico-metodológicos preconizados por Elisa Pereira Gonsalves (2011).

Por isso, recorremos a articulação teórica entre o método monográfico e os fundamentos da pesquisa aplicada, objetivando gerar conhecimentos a partir das leituras e do contato com a amostragem e assim, buscar a aplicação prática na

qual, culmine com a criação de um acervo com essas trajetórias sociais desses/as intelectuais negros/as, visando responder à questão do não referenciamento e/ou estranhamento dos/as pessoas negras que acessam a Universidade Federal da Paraíba. Articulado a isso, trazemos Ferreira (2002),

A importância das pesquisas de estado da arte está no fato de criar condições para que um maior número de pesquisadores interessados em temas afins estabeleça um primeiro contato, recuperem determinado trabalho, possibilitando a circulação e intercâmbio entre a produção construída e aquela a construir. Os catálogos permitem o rastreamento do já construído, orientam o leitor na pesquisa bibliográfica de produção de uma certa área. Eles podem ser consultados em ordem alfabética por assuntos, por temas, por autores, por datas, por áreas (FERREIRA, 2002, p. 260-261).

Com o objetivo de proporcionar uma maior familiaridade com o problema em estudo e responder os objetivos da pesquisa, adotamos a perspectiva exploratória por envolver levantamentos bibliográficos e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema, uma vez que o uso do método exploratório objetiva nos trazer uma visão mais ampla de um problema pouco explorado.

Dessa maneira, conseguimos pensar e contextualizar as demandas relacionadas às questões pós-coloniais, as quais refletiram diretamente nos fluxos internacionais, no sentido da valorização da mão de obra intelectual branca/embranquecida e criando marcas no mundo do trabalho.

Em segundo lugar, optamos pela abordagem qualitativa pois, consideramos que as relações entre o mundo e sujeito não são definidas apenas por números. buscamos com essa abordagem, entender a explicação do fenômeno desse reclame atual por reconhecimento e indexação científica dos processos epistemológicos dos/as pesquisadores/as negros/as.

Por isso, os procedimentos pautaram em um primeiro momento, na revisão bibliográfica, os elementos norteadores para realização do estudo sobre as temáticas em questão, a partir da Linha de Pesquisa: *Territórios, Direitos Humanos E Diversidade*, a fim de aprofundar os estudos sobre Decolonialidade e Direitos Humanos.

Muito embora entendamos a necessidade desse resgate sócio-histórico da memória do povo negro, pautamos a importância de realizar durante as disciplinas obrigatórias e optativas o levantamento bibliográfico sobre Mundos do Trabalho e História dos Direitos Humanos, História das Guerras dos Genocídios e dos Conflitos

Sociais, Direito ao Patrimônio Cultural, e preservação do Patrimônio, para que possamos aferir os relevos históricos que constituem o racismo estrutural e suas reflexões no processo de intelectualização e pertencimento étnico-racial do negro no Brasil.

Por conseguinte, destacamos a importância da inserção dos movimentos sociais no levantamento bibliográfico os quais, de acordo com (Gohn, 2015), esses movimentos são ações coletivas que possuem caráter político que viabilizam, a partir de diferentes organizações, meios de expressar seus reclames que trazem consigo, demandas nas quais propõe um rompimento do velho com o novo para reconhecer e reparar as perdas e ausências do Estado no que tange a garantia dos direitos face à conjuntura do presente.

Nesse sentido, ratificamos os caminhos investigativos para esse estudo oral, uma vez que a UFPB, mostrou-se como o campo empírico para a busca de uma análise minuciosa dos dados adquiridos através de informantes, dos relatórios individuais e dos casos, para uma melhor explanação e obtenção dos objetivos específicos da pesquisa.

Assim, visamos nesse estudo, a construção teórica da trajetória dessa população negra que teve seus direitos negligenciados tantas vezes na história dos Direitos Humanos não só nesse espaço, mas em vários espaços sociais.

O universo da pesquisa é, por sua vez, a totalidade de pesquisadores/as que passaram pelo Programa de Pós- Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba entre 2015 (ano de implantação das ações afirmativas no PPGDH) e 2020, nos quais, representam 184 em sua totalidade.

A amostragem foi escolhida de forma intencional, onde foram identificados/as até então pesquisadores/as negros/as. No entanto, optamos por considerar uma margem de 20 pesquisas ao total, por entendermos que poderiam vir novos/as entrevistados/as após a completa análise dos relatórios das turmas anteriores.⁴

Para que esse horizonte ocorresse, foi feito um levantamento no processos seletivos entre 2015 e 2020 do Núcleo de Direitos Humanos-UFPB, a fim de identificar os intelectuais negros/as, que passaram pela Pós- Graduação a partir do ano de 2015. Para, de tal modo, elencamos os textos depositados na Biblioteca Central, bem como dos principais portais de depósito de artigos, teses e

⁴ Vale inferir que durante o processo de busca por esses/ass intelectuais, devido aos percalços e desafios da pesquisa, realizamos 5 entrevistas.

dissertações (BDTD) para podermos refletir o campo das memórias intelectuais individuais e coletivas do grupo estudado.

Dito isto, através dos instrumentos de coleta de dados secundários, fizemos buscas a partir das leituras do Plano Nacional de Pós- Graduação (PNPG), Plano Nacional De Educação PNE (META 14)⁵, Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES,) e o Plano Estadual de Educação da Paraíba (meta 22)⁶. Bem como, a resolução 58/2016, que dispõe sobre ações afirmativas na Pós- Graduação Stricto Sensu na UFPB, a fim de refletirmos acerca dos indicadores de entrada, evasão, conclusão e retenção no PPGDH.

Ademais, o estudo ampara-se nas bases comunicacionais dialógicas pois a maior característica da comunicação no qual, Freire (2002, p. 66) esboça, “O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto”.

Outro elemento importante à pesquisa que adota a técnica de pesquisa da história oral é a memória. Por essa perspectiva, entendemos que a memória demanda uma reelaboração do presente para que possa ser evocada e assumida. Por essa razão também, a rememoração é tomada como uma situação de reflexão, de novas formulações sobre o narrado, possibilitando, com isso, a quem fala, uma oportunidade de refletir sobre si mesmo e seu passado vivido. (Alves, 2016, 5)

Consecutivamente, serão realizadas a partir de nosso instrumento de coleta de dados primários, entrevistas temáticas Almeida (2012) com os/as pesquisadoras/pesquisadores negras/negros que passaram pelo PPGDH–UFPB entre os anos de 2015 e 2020, para podermos explorar mais amplamente algumas questões de cunho subjetivo optamos também, pela entrevista semiestruturada por não existir rigidez de roteiro.

A técnica da entrevista como mecanismo de coleta dos dados, foi escolhida por ser ancorada na abordagem qualitativa da pesquisa científica, que dialoga com o objetivo de visualizar a produção intelectual de sujeitos que foram invisibilizados por

⁵ BRASIL, LEI Nº 13.005, Ministério da educação. 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/noticias/21-programas-e-metas/557-meta-14-Pós-Graduação>> Acesso em: 14, março de 2022.

⁶ BRASIL , Lei-nº-10.488-Plano Estadual de educação. Paraíba. PB 2015. Ampliar o número de mestres e doutores na Paraíba, a fim de contribuir com a União na elevação gradual do número de matrículas na Pós-Graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores Disponível em: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/07/Lei-n%C2%BA-10.488-Plano-Estadual-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-2-1.pdf>> .

tanto tempo devido ao preconceito e discriminação social que a população afro-brasileira sofre.

Desse modo, a tabulação foi realizada a partir da gravação das entrevistas às quais a pesar de semiestruturada, buscou trilhar o caminho da historicidade social desse sujeito, na busca por entender como se deu, o processo de intelectualização no sentido do interesse acadêmico pela pesquisa como seus principais referenciais teóricos.

Posteriormente, por percebermos um interesse maior pela análise temática, procederemos com a transcrição comentada que, foi realizada como meio de apurar os dados obtidos, de modo que nos leve ao uso de sentenças, frases ou parágrafos como unidades de análise da rememoração social desses intelectuais e de seus escritos viabilizando, à medida que se lê o conteúdo da resposta em análise, as categorias as quais iremos estabelecer marcadores sociais qualitativos.

Por tanto, queremos entender como as produções textuais dos autores/as estudados/as são articuladas aos seus processos sociais. Para isso, foi utilizada a análise de discurso para que, a partir das transcrições, possamos fazer uma análise minuciosa das entrevistas com vistas a perceber os pontos de encontro no que tange os acessos a setores como a ciência, a fim de evidenciar ou não o processo de exclusão social/ intelectual.

Resumidamente, a utilização da metodologia da história oral requer muito mais do que apenas o processo da entrevista por isso, nos propomos a buscar como supracitado, em fontes históricas, documentos e leis, de modo que possamos realizar da melhor maneira, a análise do discurso da amostra pesquisada.

O documento final, foi o apanhado das entrevistas realizadas, as categorias de análise serão elencadas a partir das transcrições das entrevistas. Não obstante, conseguimos a partir da observação das categorias que mais atravessaram a pesquisa (a saber: Pertencimento; Acessos; Memória; Amefricanidade, Escrivência e Ancestralidade).

Desse modo, articulamos essas categorias, aos elementos que os autores/as mais fizeram referência para que, verdadeiramente possamos pensar o processo de memória coletiva e assim, tenhamos um espaço catalogado de memórias intelectuais nas quais, servirão de base para o Aquilombamento desses escritos com ambições de obtenção de um local de referencialidade negra em Direitos Humanos em um momento posterior.

Em suma, a pesquisa é dividida em cinco capítulos, onde no segundo, fazemos um apontamento sócio histórico, trazendo a crítica ao processo inverossímil “colonizatório” Brasileiro. Neste capítulo, iniciamos as primeiras categorias de identidade. No terceiro capítulo, abordamos as autorias insurgentes do XIX, XX e XXI, com vistas a elucidar as primeiras trajetórias negras bem como, suas reflexões teóricas.

No quarto capítulo, por acreditar-mos na importância de enunciar a história dos direitos educacionais do povo negro, articulamos raça e Direitos Humanos, com ênfase no Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba. No mesmo capítulo, apresentamos os dados quantitativos quanto ao número de acessos, evasão e retenção no programa.

Mais à frente, apresentamos os dados qualitativos da pesquisa, nesse sentido, expomos as entrevistas realizadas com os egressos do PPGDH e articulamos suas trajetórias com os autores/as referenciados nos capítulos anteriores.

Por fim, apresentamos nossas considerações finais às quais, reiteramos de modo mais subjetivo, nossos apontamentos epistêmicos que não puderam ser inseridos no decorrer da pesquisa.

Essa busca é uma tentativa de preservação da memória e traz à tona a importância da avaliação, dos últimos 4 anos de ações afirmativas na Pós-Graduação. Sem mais, reiteramos a importância de descolonizar o pensamento, para uma efetiva imersão na perspectiva decolonial, tratada nesse estudo.

2. APONTAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS.

“Queria ser homem, nada mais que um homem. Alguns me associavam aos meus ancestrais escravizados, linchados: decidi assumir. (...) De um homem exige-se uma conduta de homem, de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto. Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo (Fanon, 2008, p.106-107)

2.1 Crítica da colonização: racismo, epistemicídio e a alternativa do Aquilombamento do corpo negro

Sousa Júnior (2003. p. 142), cita um trecho de uma cantiga que diz: “Ode arole lo bi ewa” (Oxossi nos trouxe ao mundo), que é um canto de Axexê, um canto de vida e morte. Segundo o autor,

Oxóssi, para alguns grupos africanos, significa o grande corpo ancestral, corpo esse, que é resultado do deslocamento de matérias ancestrais fornecidas pelos orixás, entendidos como princípios universais pelos antepassados. Acredita-se que a integração dessas partes que se soltam e se juntam, continua formando o ará, o corpo (Sousa Júnior, 2003, p. 142).

Neste sentido, o corpo dos homens, a morada dos deuses, é um conceito que se estende ao corpo-comunidade, onde Oxossi é o provedor, o pai da comunidade. Esse conceito de corpo revela processos de grande intensidade para uma pessoa negra, e por isso justificamos o início do presente estudo com uma definição ancestralizada de corpo, visto que as informações contidas nesse texto reconhecem as perspectivas clássicas mas também trazem à tona novos lugares de enunciação a partir da própria decolonialidade do corpo.

Neste sentido crítico, a figura do negro deve ser entendida como um elemento (im)posto no sistema conceitual ocidental e sem dúvida trabalhada em torno da sua inserção na zona do não ser, como aponta (Pires, 2020)

A experiência amefricana oportuniza que se pense a violência a partir dos impactos desproporcionais dos processos de desumanização sobre a zona do não-ser, e não a partir dos processos de desestabilização da normalidade hegemonicamente enunciada e que mantém a liberdade como atributo exclusivo da zona do ser. Aberta às múltiplas formas de ser, estar e bem[1]viver, desarruma as fronteiras que estabelecem o centro e a periferia, acessa os diversos rostos e corpos que compõem o mosaico da América Latina e informa uma nova práxis nos debates sobre o Estado e o direito (PIRES,, 2020. Pg 73)

Hall (2006) define esse sistema de representação como sendo um sistema conceitual que nos apresenta uma organicidade e classificação que se intercalam de maneira complexa.

Para compreendermos melhor esses processos, rememoramos os primeiros contatos entre os comerciantes europeus e os povos do continente africano no século XV, já que antes mesmo de ser um “signo”/símbolo, o/a negro/a foi desumanizado/a. Hall (2006) vai chamar esses processos de políticas racializadas de representação, com a fixação mental da figura do negro bestializado na concepção ocidental.

Dentro deste contexto colonial, vale lembrar que o aspecto do mestiço entra na sociedade moderna por pertencer a um novo mundo, com raízes quiçá próximas aos europeus mas que em seu seio carregam a amefricanidade com a diversidade do “novo mundo”, apesar das inúmeras imposições e opressões do cristianismo e do sistema político da época.

Dito isto, é importante refletir sobre a questão da raça no contexto latinoamericano, como forma de apresentar alguns pressupostos do trabalho intelectual que aqui propomos. Vale problematizar as caracterizações de corpo dos séculos XV ao XX e suas implicações na sociedade brasileira, refletindo a partir de autores/as decoloniais as principais alternativas para minimização do genocídio e do apagamento do corpo intelectual negro.

No presente capítulo objetivo conceituar o corpo a partir da caracterização das especificações ditas “verdadeiras”, para adentrar nos processos de descolonização do corpo, com enfoque enunciativo nas autorias negras de abolicionistas (1600 a 1900) e do Século XX. Nesse sentido, do ponto de vista teórico e epistemológico, o capítulo se debruça sobre a construção do corpo epistemológico Amefricano entre os séc. XIX e XX a partir da utilização de categorias decoloniais de análise, partindo da amefricanidade elaborada por Lélia Gonzalez.

Ainda, chamamos para o debate Conceição Evaristo (2017), que realiza uma análise dos processos de invisibilização da trajetória epistemológica e social afro-latinoamericana a partir das escrituras. Assim, com a utilização de Gonzalez e Evaristo delimitamos esse lugar mestiço e negro, ocupado pelos povos afrolatinoamericanos dos Séculos XV ao XIX.

Como mecanismo de busca por inovação crítica da pesquisa, ressaltamos, a importância da abordagem em Mignolo (2008), que trata da perspectiva latino-americana da desobediência epistêmica.

Por que a epistemologia eurocentrada escondeu suas próprias localizações geo-históricas e biográficas e conseguiu criar a ideia de conhecimento universal, como se os sujeitos conhecedores também fossem universais? Essa ilusão é difundida hoje nas ciências sociais, humanidades, ciências naturais e escolas profissionais. Desobediência epistêmica significa desvincular-se da ilusão da epistemologia do ponto zero (Mignolo, 2009. pg, 02)

Neste contexto é possível afirmar que a estigmatização do corpo negro data da primeira tentativa de desterritorialização, ainda no Séc. XIV, já que os povos do continente africano foram alvo de processos violentos por parte dos europeus e asiáticos que sentiam admiração e cobiça pela pele negra:

Por sua parte os habitantes da terra dos negros , gente sem cabeça, engenho, nem sentido, tudo, desconhecem e também vivem à guisa de animais sem regras e sem lei. Abundam as prostitutas e, por isso, os cornudos, excetuando-se alguns que moram em povoados grandes e tem por isso algo de respeito humano (PRIORI, 2013, p. 75).

A visão acima, do Séc. XIV, resultou no sequestro em massa de milhões de africanos. Nessa direção, é interessante citar Lélia Gonzalez

O racismo latino americano é nitidamente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do ocidente branco são os únicos e verdadeiros e universais (GONZALEZ, 1988, p. 73).

Seguindo nesta problematização inicial, da mesma maneira, deve-se destacar a importância da *colonização do pensamento* criado em torno da mulher negra e da mulher parda, pois esse extrato social unido a outras categorias socialmente oprimidas foi submetido às condições de subalternidade e invisibilidade de forma ainda mais grave.

Destacamos que a mestiçagem biológica ocorrida entre os Séc. XV e XVII trouxe a demanda urgente de criar “itens de qualidade”, nos quais, por exemplo, a mestiçagem americana foi ligada a um forte componente sexual, isto é, ao longo do tempo o contato com os portugueses deu às mulheres habitantes do novo mundo o status de “moura encantada”, entendida como um ideal de mulher morena de olhos

pretos. Era o tipo de mulher retratada pelos portugueses no Brasil quinhentista e estava diretamente relacionado a conotações sexuais e pecaminosas, como em Freyre: “Sempre de encarnado, sempre penteando os cabelos ou banhando-se nos rios ou nas águas das fontes mal-assombradas” (FREYRE, 2003, p. 66).

Deve-se recordar, inclusive, que esses elementos racializados estão presentes desde a primeira referência escrita sobre o que se convencionou chamar de Brasil. O trecho a seguir traz a referência de Pero Vaz de Caminha, apresentando as primeiras impressões dos portugueses ao terem contato com os povos originários:

Eram pardos todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse as vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijamente sobre o batel e Nicola lhes fez sinal que baixassem os arcos. E eles os pousaram (PAIVA, 2013, p. 20).

Esse fragmento representa um dos marcos fundantes do racismo estrutural no Brasil, tendo em vista as classificações apresentadas onde a cor da pele é o primeiro item de desqualificação dos povos originários. Ainda nas cartas escritas por Pero Vaz de Caminha, frequentemente se descreviam os povos ameríndios com admiração e curiosidade, ressaltando suas características físicas e culturais.

Ali não pode haver falta nem entendimento do proveito pôr o mar quebrar na costa. Deu-lhes somente um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas como de papagaio e outro me deu um ramal grande de continhas brancas. (OLIVIERI, VILLA, 2004, p. 21)

Esse trecho exemplifica a “ingenuidade” ou, melhor dizendo, a verdade situada dos povos originários, que mais à frente serão considerados inocentes e, desse modo, necessitarão ser catequizados para que seus corpos sejam salvos. Remonta-se a velha característica da igreja católica de morte/vida, onde as pessoas são imbricadas em processos de redenção, às quais seus bens e sua cultura (no caso dos filhos de africanos e indígenas) são apagados para perpetuar a crença cristã de aceitação de um divino que pune duramente seus fiéis⁷.

Acrescente-se o fato de que os povos indígenas foram alvo das mesmas estruturas de exclusão já que muito embora tenham sido catequizados eram

⁷ Ainda sobre a Igreja Católica vale ressaltar o condão demonizador perante as estruturas sociais e religiosas do universo dos negros africanos, tendo em vista a rapidez com que esse estereótipo perpassou ao imaginário social dos outros continentes face à força que a igreja ainda exercia.

considerados bárbaros, infiéis e preguiçosos. Dentre outros motivos racistas, essa denominação se deu porque se negavam a trabalhar para os europeus.

Nesse sentido o Pe. Antônio Blasquez em suas cartas escritas no século XVI: “Suas caemas [dos indígenas que habitavam o território da Bahia] são umas redes podres com urina, porque são tão preguiçosos que ao que demanda a natureza se não querem levantar”. (BLAZQUEZ, 1886. pg 10).

⁸Podemos compreender que a “preguiça indígena” mostra, a contrapelo, uma imagem um tanto dramática de uma suposta rebeldia indígena em terras tropicais que até hoje compõem o imaginário social. Nessa direção de preconceito, a mulher parda da época era vista apenas para o sexo, sendo o amor limitado às classes altas em especial das mulheres brancas e loiras (moda no período). Esse estereótipo perdurou muitos anos na embrionária sociedade brasileira onde as referências europeias apontavam para objetificação dos corpos: “Branca para casar, Mulata para transar e negra para trabalhar”. Ditado que guardou por muito tempo a superioridade da mulher branca em detrimento da inferiorização de corpos não-brancos por meio da hipersexualização de corpos mulatos. Lemos Pacheco discorre que

A mulher negra e mestiça estaria fora do “mercado afetivo” e naturalizada no “mercado do sexo”, da erotização, do trabalho doméstico, feminilizado e “escravizado”; em contraposição, as mulheres brancas seriam, nessas elaborações, pertencentes “à cultura do afetivo”, do casamento, da união estável (PACHECO, 2013. p. 25).

Assim, a frase acima constitui e ao mesmo tempo reforça uma maneira estereotipada de objetificar as mulheres pelo viés da cor, criando um padrão de beleza hegemonicamente branco e invisibilizando a diversidade da mulher negra. Por tal motivo, ainda nesse ideário, observamos o privilégio da mulher não-negra de traços europeus face ao racismo estrutural vivido pelas mulheres negras. Desvela uma estrutura racial e hierarquicamente constituída a partir do gênero e que tem como cerne a colonialidade como modelo de exploração colonialista. Logo, há urgência na desconstrução dos estereótipos de corpo e gênero que compõem a beleza afro-latinoamericana.

⁸ “Cartas do Padre Antônio Blasquez sobre o Brasil (1556-65)”. In: Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Etnográfico do Brasil. Tomo XLIX. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1886, p. 10.

Essa estrutura estratificada e desigual se aprofunda mais ao observarmos a divisão social do trabalho. Às mulheres negras historicamente foram negados os principais postos de trabalho, sobrando os locais de subalternidade econômica social e historicamente.

Não obstante, as tentativas de desterritorialização ocorridas no Brasil fizeram com que a população negra buscasse fortalecimento na resistência cultural, social e biológica. Assim, mesclando sua cultura, para que o apagamento epistemológico fosse menor.

Destacamos, o discurso do Conde das Gáveas⁹ que revela elementos culturalmente afirmados na época. “[...] por quanto os ladrões, que mais perseguem, e roubam as urras dos diamantes, são negros forros, mulatos, cabras, mestiços e outros desta qualidade”.¹⁰

Não bastasse isso, a essas “características” racistas atribuídas no século XVII aos mestiços, eram acrescentados atributos como insolente, vaidosos e soberbos, conforme Paiva (1996).

Decerto esses adjetivos são pontos que traduzem elementos da época onde se criara um espaço de medo em todo o continente que, mais à frente, é legitimada através do direito do não-negro ter medo/receio/nojo da pessoa negra/parda.

[...] em ordem aos negros Jorros é que estes ordinariamente são atrevidos, mas no mesmo tempo trabalham todos... os mulatos forros são mais insolentes porque a mistura que têm de brancos os enche de tanta soberba e vaidade que fogem ao trabalho... e vive a maior parte deles como gente ociosa que escusa de trabalhar... (CONDE DAS GÁVEAS, 1732)

Logo, a sociedade forjada nas Américas é uma mescla do impacto dos deslocamentos sociais, culturais e Identitários intercontinentais com os povos que aqui habitavam. Por esses motivos, o racismo estrutural nas Américas, apesar de devastador, não representa - em comparação com os povos europeus - tanta matização no que concerne à estratificação via cor/raça/etnia. Isto porque o formato de sociedade introjetado nas Américas, e em especial no Brasil, foi e ainda é pautado na articulação da categorias classe e raça e que essas determinam a forma de sociabilidade do indivíduo, como ilustra Scarano: “a muita desenvoltura com que

⁹ João de Almeida Melo (1756-1814). Sobre esses discursos e alguns exemplos dele ver, entre outros: Anastasia, 1998, p. 12-15, Paiva, 1995, p. 101-103 e Souza, 1996, p. 35-36.

¹⁰ (Lisboa, AHU, MG, c. 35, proposta a S. Majestade a respeito do Contrato da Extração dos Diamantes, 1753-1754, cap. 18, ms. - Scarano, 1978, p. 120)

vivem os Mulatos, sendo que a sua atividade, que não reconhecendo superioridade dos brancos, se querem igualar a eles.” (SCARANO, 1978, p. 121).

No entanto, a autora ainda afirma que era impossível “exterminá-los” pois, além de não ser conveniente - uma vez que esse segmento da população representava a maior parte da mão de obra ditos “criollos Espanhóis” - também eram os filhos bastardos dos conquistadores europeus, como supracitado, de autoridades metropolitanas.

Apesar deste quadro paradisíaco da escravidão no Brasil, Maciel da Costa concluía que as relações entre brancos e negros continuavam a ser de inimizade e distância. Como no Brasil não há “classe do povo”, mas tão somente “uma enorme massa de negros escravos e libertos que fazem ordinariamente causa comum entre si”, ele perguntava-se em tom de alarme: “Que faremos pois nós desta maioria de população heterogênea, incompatível com os brancos, antes inimiga declarada?” (AZEVEDO. 1987 p. 21).

Mais tarde esses mestiços, pardos e - a depender da conveniência - “brancos”, começam a ter os primeiros acessos educacionais e territoriais, ascendendo socialmente e dando forma à elite colonial brasileira.

Mignolo (2008), destaca que o problema se aprofunda ao constatarmos que mesmo após os processos de independência e abolição ainda vivemos controlados por instituições reguladas por uma “população crioula” que se vê com ascendência europeia e nega a presença e importância da negritude.

Essas marcações, além de importantes, são necessárias para que se entenda a realidade que ficou subsumida na normatização hegemônica da estratificação do povo Brasileiro. Trata-se de considerar como o lugar do corpo social ocupa ou restringe as oportunidades de falar de si e sobre si.

Sobre isso, Grádhá Kilomba afirma, sobre o “mundo conceitual branco”, que

Ele espera pelo(a) negro(a) selvagem, pelo(a) negro(a) bárbaro(a), pelos(as) serviçais Negros(as), pelas negras prostitutas, putas e cortesãs, pelos negros(as) criminosos(as), assassinos(as) e traficantes. Ele espera por aquilo que ele não é. Poderíamos dizer que no mundo conceitual branco é como se o inconsciente coletivo das pessoas negras fosse pré-programado para a alienação, decepção e trauma psíquico, uma vez que as imagens da negritude às quais somos confrontados(as) não são nem realistas nem gratificantes (KILOMBA, 2010, p. 175).

Seguindo o fio histórico que nos propomos neste capítulo, destacamos que a ideia de moral - “degenerada” pela via do sexo, preguiça e incapacidade intelectual ligadas como marcas do passado - foram mais fortemente disseminadas no Séc.

XIX, servindo de celeiro para a criação de diversas outras perspectivas de cunho pejorativo nas colônias recém independentes.

Por exemplo, evidenciamos aqui algumas singularidades no processo de “abolição da escravidão” brasileira, uma vez que ainda é muito presente a crença do embranquecimento progressivo da nação. De fato, esse é um dos maiores planos históricos do eurocentrismo e os processos de apagamento das epistemologias e culturas.

Por isso, como classificar tanta mistura biológica, tantos corpos diversos e a infinidade de culturas em constante movimento? Mais tarde, no Séc. XX, observamos que apesar dos processos de invisibilização da cultura afro-latinoamericana, elementos como sensualidade e estética estavam impregnadas no cotidiano nacional.

Apenas com o advento dos intelectuais negros de Séc. XX que o movimento de crítica, que podemos chamar de descolonização, entra em evidência enquanto categoria epistemológica de desconstrução dos mitos fundadores da América Latina (para lembrar aqui o conceito de Gonzales já citado).

Esses elementos de pluralidade e diversidade foram fundantes para o *corpus social* latino-americano, que no século seguinte é problematizado por Gonzales (1978) ao criar a categoria *Amefricanidade*, numa tentativa de unir os povos da América Latina¹¹

A experiência ameicana oportuniza que se pense a violência a partir dos impactos desproporcionais dos processos de desumanização sobre a zona do não-ser, e não a partir dos processos de desestabilização da normalidade hegemonicamente enunciada e que mantém a liberdade como atributo exclusivo da zona do ser. Aberta às múltiplas formas de ser, estar e bem viver, desarruma as fronteiras que estabelecem o centro e a periferia, acessa os diversos rostos e corpos que compõem o mosaico da América Latina e informa uma nova práxis nos debates sobre o Estado e o direito (PIRES,73)

Nesse contexto, Pires chama atenção para os efeitos dessa supremacia que afetam diretamente na nossa identidade racial que estaria baseado num processo de inserção dessa identidade na zona do não ser, a partir da negação da própria cultura. Por isso, a exploração socioeconômica dos povos ameicanos seria algo “natural”.

¹¹ GONZALEZ, Lélia; ORTIZ, María Camila. La categoría político-cultural de la amefricanidad. Revista Epistemologias do Sul, v. 6, n. 1, 2022.

Schwartz (1998), defende que o conceito normalmente aceito de “democracia racial” está ligado à ausência de distinções legais baseadas na raça. Como a abolição não veio conferida de reparação sócio-histórica, reforça-se a ideia democrática da escravização no Brasil.

Não obstante, o espaço deixado pós-abolição foi “herdado” pela mestiçagem aburguesada da época, na qual nos anos 1930, em plena construção identitária brasileira, a miscigenação passa a ser tomada como a principal característica nacional do Estado Novo. Esse termo foi muito utilizado para apresentar e descrever um processo de integração racialmente construído entre o povo brasileiro devido aos anos de “convivência” entre povos indígenas, europeus e africanos.

Foi durante esse período (1937-1945) que o governo de Getúlio Vargas buscou promover uma política de identidade nacional, buscando consolidar um imaginário unificado e homogêneo da população brasileira. Por esse motivo, consideramos que a miscigenação defendida nesse período foi uma das tentativas de desconstrução da identidade racial negra, pois essa afirmação ideológica e política afirmava que no Brasil não existiam conflitos raciais ou processos discriminatórios por questões da cor da pele.

Ainda hoje essa temática é repercutida nos debates da sociedade brasileira, com a difícil tarefa de determinar quem é negro no Brasil. Observamos que há aí uma espécie de desafricanização e o clareamento/perda identitária de vários elementos simbólicos da cultura negra, como o exemplo da feijoada e, após a descriminalização, da capoeira. Acerca disso, Fanon nos brinda:

De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta (FANON, 2008, p. 104).

Como Gonzalez, pois, o racismo no Brasil é fundado a partir de uma neurose social a qual normaliza e normatiza a relação raça e classe estabelecida para a América.

Há ainda o imaginário da infantilização do negro e a descrença nas epistemologias enunciativas negras, isso é, a descrença nas mais diversas formas de expressão das cosmovisões intelectuais negras. Esta crítica está associada com o termo epistemicídio, conforme destaca Evaristo (2017) referindo-se à prática de

silenciar ou invisibilizar epistemologias produzidas por grupos socialmente marginalizados, em especial as mulheres negras.

Carneiro (2017) afirma que essa forma de violência é simbólica e se manifesta de diversas maneiras, como a rejeição do conhecimento tradicional bem como das medicinas. Ou seja, ocorre aí um processo de subalternização do conhecimento afrolatinoamericano com a finalidade de manter a marginalização e desvalorização desses grupos.

Neste sentido o conceito citado por Evaristo (2017) é uma importante forma de compreender e lutar contra as dinâmicas de exclusão e dominação na seara do conhecimento. A dúvida recorrente dos escritores/as brancos/as da década de 1980, ao se depararem com textos criados e organizados por intelectuais negros/as, entendiam esse processo como sendo um “crime” à literatura, duvidando da qualidade intelectual desses autores, como destaca Augusto (2020).

Mombaça (2015), relevante intelectual negra insurgente da atualidade, relata em seu texto confrontador “Pode um cú mestiço falar?”, a estruturação da política de silenciamento de corpos/as negros/as:

É por meio dessa territorialização da boca dos escravos como lugar do interdito da fala que o colonizador branco garante o controle sobre o mundo conceitual escravocrata. Em outras palavras, o silenciamento dos sujeitos negros permite que a fala colonial branca se consolide como verdade sem a interferência de discursos contrários. A inviabilidade de manifestação da fala negra é a condição por meio da qual o sujeito branco se reproduz. (MOMBAÇA, 2015, p. 01)

Em síntese, a descolonização, como conceituado inicialmente, deve ser epistêmica, isto é, se faz necessário que reflitamos – e, em alguns casos, nos desvinculamos –, sobre as bases teóricas preestabelecidas para que possamos ampliar a compreensão de nossas realidades objetivas e materiais¹². Fanon (2008) reitera essa máxima ao ressaltar que a problemática é que no mundo moderno, os negros não estão habilitados ou não são considerados reconhecíveis como suficiente e pensantes para vencer disputas com o branco colonizador.

Por outro lado, na contramão desse pensamento moderno de não validação epistêmica, nos remetemos à trajetória de Beatriz Nascimento, uma das intelectuais

¹² Nessa mesma direção é importante destacar que a decolonialidade surge de percepções epistemológicas afro-brasileiras e perpassam o campo das vivências. Vivências onde esses/as sujeitos/as buscam ser protagonistas de suas histórias, produções acadêmicas e pessoais.

negras que teve em seu escopo de pesquisa temas como memória, Relação África-Brasil, territorialidade, espaço e, sobretudo, os quilombos.

Somando-se vinte anos de histórias e Aquilombamentos afro-diaspóricos em torno da reafirmação dos quilombos. Nesse sentido vale trazer (PIRES, 2018. pg 73)

A amefricanidade produz-se, segundo Lélia Gonzalez, a partir da reexistência e criatividade que a luta negra em diáspora, protagonizada por mulheres, conduziu a partir do legado colonial que por aqui se forjou. No enfrentamento direto, concreto e permanente ao genocídio, em todas as suas dimensões. A categoria possibilita reescrever o percurso histórico de (intensa dinâmica cultural entre as heranças afro-diaspórica, ameríndia e européia, que nos constituiu a partir de processos de resistência, aculturação, assimilação e criação de novas formas de estar no mundo e enfrentar as violências cotidianas e institucionais. (PIRES, 2018. pág 73)

Entendemos que a utilização do termo quilombo enquanto categoria não apenas social mas também política reforça o cerne desta pesquisa/reclame de outros/as autores/as negros/as, que ainda sentem muita dificuldade em formular novas epistemologias, face à ofensiva que estrutura a colonialidade do poder, que promove a desterritorialização dessas epistemologias tidas insurgentes.

Aquilombar o conhecimento é também deixar viva a memória e preservar a identidade cultural dos sujeitos. Ao analisarmos as histórias da colonização com outro olhar vemos não só as perdas mas conseguimos elencar as mais diversas categorias e produções epistemológicas indexadas ou não pela ciência hegemônica, como aponta Mignolo (2008).

O vazio histórico postulado no Brasil no que tange à nossa identidade corpórea e epistêmica, mostra que nosso passado não terminou e que devemos remontar esse tempo para buscar a formação da identidade afro-brasileira. Uma vez afirmada essa identidade, acreditamos que estamos resgatando nossa ancestralidade.

Há muita podridão para lançar ao mar no caminho da reconstrução da América Latina. Os despojados, os humilhados, os amaldiçoados, eles sim têm em suas mãos a tarefa. A causa nacional latino-americana é, antes de tudo, uma causa social: para que a América Latina possa nascer de novo, será preciso derrubar seus donos, país por país. Abrem-se tempos de rebelião e de mudança. Há quem acredite que o destino descansa nos joelhos dos deuses,

mas a verdade é que trabalha, como um desafio candente, sobre as consciências dos homens (GALEANO, 2010, p. 246.)

Em virtude do exposto, reiteramos a importância do Aquilombamento epistêmico para o povo negro e é a partir deste pressuposto crítico que a pesquisa se desenvolverá.

Faz-se necessário, avançar no reconhecimento étnico para que quebreemos com a eugenia presente na racialização da intelectualidade científica e a hegemonia da subalternização e dependência teórica dos pesquisadores/as afrolatinoamericanos/as em torno de referenciais que não os/nos representa e que influenciam diretamente no campo do pertencimento étnico.

Durante a escrita, nos pegamos na questão da epistemologia e da problemática do corpo, que se reveste de grande importância considerando que a demarcação do corpo também é epistêmica.

A demarcação política dos corpos negros é uma estratégia que vem sendo utilizada pelos movimento sociais negros no intuito de reivindicar o direito à autodeterminação do corpo e o reconhecimento cultural e identitário dos povos afrolatinoamericanos, como uma resposta aos anos de opressão e invisibilização sofrida na sociedade brasileira.

Por séculos o corpo negro foi espoliado, invisibilizado e inúmeras foram as tentativas de apagamento de sua cultura através do eu-branqueamento. Esses elementos deixaram marcas profundas no que concerne à autoestima, à validação e à imagem das pessoas negras com muitos “nãos”. Ainda hoje internalizam que sua cultura, corpo e elementos epistemológicos são inferiores.

Face ao exposto, a demarcação aqui tratada é a que busca o rompimento com a lógica da negação que subalterniza as pessoas, trazendo à luz a beleza e dignidade do corpo e mente negro, ao enaltecer a cultura e a identidade afrolatinoamericana.

Ressaltamos, que até aqui há poucos espaços de fala, por isso a necessidade de reafirmarmos não só a dimensão territorial, mas também o espaço epistêmico, a fim de garantir uma real diversidade de corpos e identidades intelectivas dentro e fora da Academia.

Por conseguinte, territorializar politicamente e epistemologicamente o corpo negro é fundamental para que os movimentos negros reivindiquem a autoafirmação

e a liberdade de expressão, a partir da denúncia da violência e exclusão social que ainda enfrentam na sociedade pós-colonial.

No próximo tópico, iremos discutir uma das formas mais antigas de desterritorialização de um povo, o extermínio de sua cultura através de mecanismos como o apagamento e invisibilização epistêmica, com vistas à buscarmos a construção territorial, através do entendimento da colonialidade do saber tendo como ponto de reflexão as análises feitas por Lélia Gonzáles 1987 e Conceição Evaristo 1947, que trazem a decolonialidade como saída para a crise identitária que cerca o povo Afro-latino-americano. .

2.2 O reconhecimento das identidades para o fortalecimento cultural na contemporaneidade

Neste tópico discutiremos os desdobramentos das reflexões anteriores no âmbito das identidades. De antemão, é importante tratar sobre a identidade cultural em Stuart Hall. O autor caracteriza primeiramente a identidade a partir do sujeito iluminista, cujo objeto central repousa na concepção de ser humano totalmente dotado de capacidade de razão. Esse sujeito era descrito como masculino, e a identidade seria o resultado da formação entre o eu e a sociedade. Desse modo, o sujeito é um fragmento composto não de uma, mas de várias identidades, por vezes contraditórias e não resolvidas. Para Reis (2020) *in* Hall (2016):

Esse sistema se apresenta como uma organização, classificação, ordenação de conceitos que se relacionam de forma complexa uns com os outros. Assim, o sentido depende da relação entre as coisas no mundo (objetos, pessoas e eventos reais e imaginários) e do sistema conceitual que funciona como abstração das coisas da realidade (REIS, 2020, p. 271)

Nas sociedades tradicionais e modernas, o passado é venerado e a tradição é um meio de lidar com o tempo e espaço. A sociedade moderna tardia experimenta a noção de sociedade da diferença, ou seja, vários são os antagonismos nos quais produzem uma variedade de sujeitos (identidades). Este seria, na concepção de Hall, o processo de nascimento e morte do sujeito moderno.

Por isso, aponta-se que o indivíduo - entre o iluminismo e o renascentismo - foi o motor para a modernidade e o humanismo renascentista colocou o homem no topo do universo. Teve como “berço” as faculdades/capacidades de investigar a natureza, centrado na imagem do homem racional, libertado do dogma.

Trazemos esse autor na tentativa de apresentar a importância epistemológica enquanto fabricação de ciência. Mas, ratificamos nossa problematização anterior, sobre o fato cultural ter mudado seu sentido ao longo da história, ou seja, a cultura deve ser vista com uma estrutura mais concreta que, de modo simbólico, cria ou exprime suas representações.

Por esse motivo, a cultura tem seu grau de riqueza em face da demanda, buscando criar respostas ao ideológico e ao espiritual. Sendo assim, a cultura é vista como uma face oculta da realidade, por denunciar o espaço vivido, espaço que a ciência por vezes não consegue dar conta, face a todo o processo de subjetivação geo-simbólica, e, conforme Bonnemaïson, “a correspondência entre o homem e os lugares, entre uma sociedade e sua paisagem, está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural no sentido amplo da palavra” (BONNEMAISON, 1999, p 91).

Notamos, pois, que há uma especificidade na produção do espaço e que, a subjetivação desse espaço está diretamente ligada à etnia, cultura e civilização. A etnia só existe por ter consciência de si (identidade, enraizamento e geossímbolos) e nesse seio inegavelmente são fundadas as práticas culturais dos grupos que (re)produzem e conseqüentemente as validam.

Logo, trazemos destaque para as novas etnias ou “etnias modernas” (BONNEMAISON, 1999) onde através da ideia/concepção/valorização da cultura se afirma o território. As novas fronteiras são elementos de enraizamento étnico, como corrobora Mignolo ao criticar a existência de um vácuo cultural e cognitivo no processo colonial: “Mas essa moderno-colonialidade não se inscreveu num espaço vazio de significação, mas sim, em territórios (natureza+cultura) onde foram conformados padrões cognitivos próprios” (2003, p. 215).

A esses elementos que fazem de fato ressurgir as relações entre etnia e cultura dar-se-á o nome de geocultura (BONNEMAISON, 1999) que tem em seu cerne a busca de onde, no espaço, se “aloja” a cultura.

Em linhas gerais, a geocultura tem o sentido de reencontrar homens e lugares uma vez que, através dessa perspectiva, podemos acessar os elementos que nos caracteriza enquanto povo.

Estes elementos interligados nos ajudam a definir o que é a própria identidade cultural do/no território. Como aponta Ratts, inspirando em Beatriz Nascimento:

Mais como metáfora do que como uma generalização de uma concepção de um segmento étnico-cultural e religioso para todos(as) os africanos(as) e todos(as) os(as) negros(as), Beatriz burila o termo Ori, como relação entre intelecto e memória, entre cabeça e corpo, entre pessoa e terra, correlação adequada para se interpretar numa única visada restauradora a desumanização do indivíduo negro e suas possibilidades de reconstrução de si, como parte de uma coletividade. (RATTS. 2006, p. 61)

O autor sugere que não podemos generalizar ou exemplificar de forma rasa o objeto e sim devemos buscar um significado, dentro e através de uma determinada cultura. Logo, quanto mais densa a descrição feita pelo antropólogo ou pesquisador mais necessário se faz a legitimação a partir de um processo teórico.

O autor Porto-Gonçalves contextualiza a colonização da América Latina e revela a importância dessa enunciação de saberes. Nesse tocante, vemos que a constituição da América Latina permeia esse lugar de mais de 500 anos de tentativas de subalternização do conhecimento.

Mais do que isso, o colonialismo constitui os estados territoriais moderno-coloniais em todo lugar, inclusive, na Europa. A colonialidade é constitutiva das relações sociais e de poder do sistema-mundo nas suas mais diferentes escalas. (GONÇALVES, 2006, p. 46).

As novas configurações do Capital trazem novos apontamentos nesse aspecto: o espaço muda e o *lócus* privilegiado do Capital não é mais somente as fábricas, com a flexibilização local e laboral do trabalho. Destaca que “os velhos protagonistas” como indígenas e afrodescendentes, entram em cena reinventando-se e com mais visibilidade. Disso decorre uma perda de centralidade na luta política dos partidos e sindicatos e o processo de globalização, que indicava um certo padrão para a busca de uma sociedade culturalmente homogênea, na verdade se tornou um espaço de lutas étnicas e identitárias.

Como um exemplo entre muitos, nos cabe refletir sobre o *hip hop*, que ao vir para as cidades latinoamericanas tomou teor de reclame racial e de denúncia social por parte de um determinado estrato da sociedade. Politizando a cultura.

Assim, o movimento do Rap nacional, entra na cena como reclame social de um gênero cantado por pessoas negras. Onde estes, reivindicam a cultura através da tradição oral, e por isso demarcam suas fronteiras étnicas realizando a denúncia

da violência urbana e dominação que o modelo da valorização da mestiçagem retrata.

Segundo Rocha (2021) ao fazer a releitura do álbum “Sobrevivendo no inferno”¹³ de Racionais MC’s, onde Mano Brown na letra “Em qual mentira vou acreditar” apresenta.

Eu me formei suspeito profissional,
Bacharel e pós-graduado em geral.
Eu tenho um manual com os lugares e horários,
Quem é preto como eu, já tá ligado qual é nota fiscal, Rg, polícia no pé.
Escuta aqui, o primo do cunhado do meu genro é mestiço,
Racismo não existe, comigo não tem disso,
É pra sua segurança.
Falou, falou... Deixa pra lá.
Vou escolher em qual mentira vou acreditar. (RACIONAIS MC'S, 1997)

Esse fragmento, remonta não só a canção brasileira marginal mas, representa um dos principais locais de produção de sentido nas periferias e meios urbanos, que até então era pautada na conciliação racial e de classe, por meio do nacional-desenvolvimentismo.

Assim, pode-se afirmar que não é isoladamente que cada grupo subalternizado é mantido nessa condição. O isolamento de cada um é condição para o isolamento e invisibilidades coletivas. Em outras palavras, o isolamento de possíveis epistemes emancipatórias, que negam as diferenças ao invés de valorizá-las.

Em contraponto, Walter Mignolo nos adverte que é a partir das diferenças, que novas epistemologias estão emergindo (MIGNOLO, 2003, p. 235-242). Desde então, nas mais diferentes reformas constitucionais na América Latina (Nicarágua, Colômbia, Brasil, Equador, Venezuela, Peru, Chile), pela primeira vez se reconhece e se declara o direito à diferença aos negros e aos povos originários, fenômeno de caráter contingencial, geográfico e social. Como afirma Porto-Gonçalves:

São epistemologias que emergem no contato de epistemes distintos. Vários autores vêm assinalando esse caráter relacional 1 não essencialista, lugar possível para a emergência de práticas emancipatórias: o pensamento liminar para Walter Mignolo; a exotopia para Mikhail Bakhtin; o terceiro espaço para Hommi Bhabha. Catherine Walsh nos fala daqueles que se movem entre lógicas distintas, entre códigos, como é característico dos povos originários da América que há 500 anos convivem com a Moderno-colonialidade. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 11)

¹³ ROCHA, Arthur Dantas. **Racionais MC 's-Sobrevivendo no inferno**. Editora Cobogó, 2021.

Mas não se pode esquecer que essa moderno-colonialidade não se inscreveu num espaço vazio de significação, mas, em territórios (natureza+cultura) onde foram conformados padrões cognitivos próprios (MIGNOLO, 2003, p. 215). “Por isso, mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente à ação alheia, mas, sim, que algo preexiste e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo.” Porto, Gonçalves, 2002)

Porto-Gonçalves continua, apontando que o mundo, em sua totalidade, não é só contraditório (no sentido da contradição capital x trabalho) e nem pode ser reduzido ao essencialismo de denominar todas as estruturas sociais e fragmentações de realidade e questões sociais. O autor faz uma crítica a Marx, no que diz respeito ao seu processo de emancipação, porque ele entende que Karl Marx, não considera as diferentes formas de colonialidade, que subjetiva o saber e o fazer nas Américas Central e Sul.

Os desdobramentos do período da colonização enquanto modo de produção, provocou expressivo genocídio da população negra tanto no Brasil, quanto em África e corroborou para a construção do ideário afro-Latino-Americano de invisibilização dessa cultura.

Logo, observamos que o vazio histórico postulado no Brasil, no que tange a nossa identidade, mostra que nosso passado não terminou e que devemos remontar esse tempo para buscar a formação da identidade afro-brasileira, uma vez que afirmando essa identidade estamos resgatando nossa ancestralidade.

Em virtude do exposto, reiteramos a importância do Aquilombamento para o povo negro a fim de promover um maior reconhecimento étnico, para sabermos dos espaços que estamos ocupando. Aquilombar o conhecimento é também deixar viva a memória e preservar a identidade cultural dos sujeitos, pois ao analisarmos as histórias da colonização a partir de outros olhares, vemos não só as perdas e violações mas também conseguimos elencar as mais diversas categorias e produções epistemológicas indexadas ou não pela ciência dita “neutra” (Mignolo, 2008).

Durante a escrita, nos pegamos bastante na questão da epistemologia e da demarcação territorial, uma vez que, em tese, são temáticas associadas a outras problematizações. Mas, na verdade, a questão territorial apresenta grande importância se considerarmos que a demarcação epistêmica também é territorial. Acerca disso, Fanon reflete:

Queria ser homem, nada mais que um homem. Alguns me associavam aos meus ancestrais escravizados, linchados: decidi assumir (Fanon, 2008, p.106) (...) De um homem exige-se uma conduta de homem, de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto. Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo (Fanon, 2008, p.107).

Em síntese, nosso passado não terminou e devemos remontar esse tempo para buscar a formação da identidade afro-brasileira, uma vez que afirmando essa identidade estamos resgatando nossa ancestralidade. Como afirma Galeano:

Há muita podridão para lançar ao mar no caminho da reconstrução da América Latina. Os despojados, os humilhados, os amaldiçoados, eles sim têm em suas mãos a tarefa. A causa nacional latino-americana é, antes de tudo, uma causa social: para que a América Latina possa nascer de novo, será preciso derrubar seus donos, país por país. Abrem-se tempos de rebelião e de mudança. Há quem acredite que o destino descansa nos joelhos dos deuses, mas a verdade é que trabalha, como um desafio candente, sobre as consciências dos homens (Galeano, 2010, p. 246).

Destacadas a urgência dessa demarcação. Nos capítulos seguintes convidamos o/a leitor/a a se debruçar pelas histórias e epistemologias de intelectuais negras/os abolicionistas e pós-abolicionistas, que buscaram revisar e criticar os mecanismos e tentativas de apagamento, sendo sementes, lançando suas perspectivas epistemológicas, que sem dúvida são basilares para a construção das epistemologias afrolatinoamericanas que nos sirva de fundamento teórico-metodológico para analisar depois destacar e compreender em profundidade os desafios da intelectualidade negra no PPGDH.

3. IDENTIDADES INTELECTIVAS NEGRAS: INSURGÊNCIAS ABOLICIONISTAS

3.1 Territorializações epistemológicas negras, identidades e os desafios no campo educacional

Tomando como pressuposto a crítica da colonização e da colonialidade anteriormente exposta, buscaremos apontar algumas questões neste capítulo sobre o desafio para validação dos saberes e fazeres afrocentrados no campo da ciência tradicional.

O movimento pela indexação intelectual negra na ciência, foi/é árduo, por se tratar de um reclame dos/as intelectuais negros/as de Século XXI pela preservação da memória, através da escrita, numa perspectiva de contra-movimento. Busca-se uma reconquista e uma rememoração da ancestralidade afrodescendente, afro-indígena e latinoamericana face aos trezentos anos de controle político europeu e duzentos anos de regras coloniais internas vindas das elites mestiças pós-independência, como nos lembra Mignolo (2008).

Esses elementos nos revelam as propostas políticas para consolidar o lugar de privilégio branco na tentativa de justificar todas as opressões perpetradas às populações indígenas existentes e às populações africanas trazidas para o Brasil no pós-abolição e suavizar o processo colonial.

Essas propostas tinham a pretensão de apagar a mancha da escravidão por meio das estratégias de branqueamento, com a tentativa de supressão dessa memória no Brasil, buscando desarticular os negros. Como apresenta Moura (1983), essa estratégia se deu de modo a desorganizar ideologicamente o povo negro para assim introjetar o apagamento da consciência racial e, consequentemente, a consciência territorial negra.

É importante refletirmos com Fanon e sua contribuição para pensarmos o lugar da pessoa negra no Brasil. Devido ao colonialismo encontramos dificuldades para a afirmação étnica, bem como o reconhecimento étnico, uma vez que são buscados, sem êxito, referenciais embranquecidos e respostas anteriormente racializadas. Agora, são colocadas no mesmo segmento como o de classe (Fanon, 2008).

Vale escurecer que as distinções da condição do negro nas Américas e o lugar social que os negros ocupam (Ribeiro, 2018) remetem à uma atmosfera

denunciativa da realidade social vivida por esses sujeitos/a, feita mais sistematicamente a partir da década de 1940. Posto isto, nos é fundamental, neste trabalho, o resgate e valorização dos autores/as do século XIX e XX, para entender as demandas vividas pelos sujeitos,

A literatura negro-brasileira tem o seu momento de afirmação com a geração de negros escritores surgida ao final da década de 1970, durante as rearticulações dos movimentos sociais, inclusive o movimento negro. Diferente do isolamento que marcou as gerações de negros escritores anteriores, naquele momento esses jovens negros passaram a atuar em coletivos e publicaram seus títulos em antologias, séries ou edições de autores como forma de enfrentamento ao cânone e ao mercado editorial que se recusava a lançar literatura com temática denunciando a discriminação aos negros e desmascarando a estabilidade da democracia racial.(RISO, 2021. Pg 01)

Por isso, se faz necessário o entendimento da polissemia contida na relação pesquisadores/as negros/as e na ciência - objetivo mais específico a ser discutido no próximo capítulo - que, muito embora se refira como "moderna", ainda tem dificuldades para indexar novas enunciações epistemológicas negras.

Nesse contexto, Lélia Gonzáles chama a atenção que, uma vez estabelecida essa supremacia, os efeitos dessa afetam diretamente na nossa identidade racial. Inicia-se um processo de “limpeza do sangue” a partir da negação da própria cultura (Gonzales, 1988). Logo, a exploração socioeconômica dos povos amefricanos seria concebida como algo “natural”.

Não obstante, a autora propõe a categoria *pretoguês* como meio de demonstrar e afirmar a marca do português falado no Brasil. Nesse sentido, nos apresenta a amefricanidade como uma forma de reverter, ou até mesmo fazer oposição, aos termos imperialistas como *Afro-American*¹⁴. Ao considerar amefricanos todas as pessoas que já estavam no continente, bem como quem nasceu da ancestralidade de quem foi trazido, esse termo nos dá sensação de pertencimento territorial.

Noutro texto a mesma autora retrata esse espaço de disputa epistêmica. No estudo, “Lugar de negro” (González, 1982), ela problematiza esses lugares como

¹⁴ Os termos Afro-American e African-American remete-nos a uma primeira reflexão: a de que só existiram negros nos Estados Unidos e não em todo o continente. E uma outra, que aponta para a reprodução inconsciente da posição imperialista dos Estados Unidos que afirmam ser “A AMERICA” . (Gonzalez, 1988, pág. 76)

sendo lugares de descrédito e que raça, classe e cor são elementos de determinação do lugar de produção. Acerca disso, Fanon afirma:

De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta. (FANON, 2008, p. 104)

Com apoio nestes autores/as pode-se falar que o racismo no Brasil é fundado a partir de uma neurose social, a qual normatiza e normatiza a relação entre raça e classe estabelecida para a América. Neste processo há, ainda, o imaginário da infantilização do negro e a descrença nas epistemologias enunciativas negras, isto é, a descrença nas mais diversas formas de expressão das cosmovisões intelectuais negras.

Jota Mombaça, relevante intelectual negra insurgente da atualidade, relata em seu texto confrontador “Pode um cú mestiço falar? essa estruturação da política de silenciamento de corpos/as negros/as:

É por meio dessa territorialização da boca dos escravos como lugar do interdito da fala que o colonizador branco garante o controle sobre o mundo conceitual escravocrata. Em outras palavras, o silenciamento dos sujeitos negros permite que a fala colonial branca se consolide como verdade sem a interferência de discursos contrários. A inviabilidade de manifestação da fala negra é a condição por meio da qual o sujeito branco se reproduz (MOMBAÇA, 2015, p. 01)

Em síntese, a decolonialidade, como conceituado inicialmente, deve ser também epistêmica, isto é, se faz necessário que reflitamos e nos desvinculemos de bases teóricas pré-estabelecidas para que possamos construir caminhos para compreensão das nossas realidades objetivas e materiais.

Exemplos desse processo podem ser ilustrativos dessa busca que se incorpora no presente trabalho. Os intelectuais negros de Século XXI, a partir da crítica às teorias clássicas, produzem uma reflexão afrobrasileira das realidades sociais, como em Silvio de Almeida (2019), que discute o racismo estrutural a partir de um prisma jurídico-filosófico da subjetividade negra e como ela se constitui.

Kabengele Munanga (2010) corrobora com essa perspectiva ao trazer a categoria “racismo à brasileira”, apontando para a prática histórica de alimentação do mito da democracia racial. Por isso,

Ecoa dentro de muitos brasileiros, uma voz muito forte que grita; “não somos racistas, os racistas são os outros, americanos e sul-africanos brancos”. Essa voz forte e poderosa é o que costumamos chamar “mito da democracia racial brasileira”, que funciona como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem. Assim fica muito difícil arrancar do brasileiro a confissão de que ele é racista. (MUNANGA, 2010, p. 01).

É importante destacar que a decolonialidade, então, pode ser compreendida a partir de percepções epistemológicas afro-brasileiras, perpassando o campo das vivências onde os/as sujeitos/as são protagonistas de suas histórias, produções acadêmicas e pessoais. Reforça-se, mais uma vez, o cerne de pesquisa/reclame de outros/as autores/as negros/as que ainda sentem muita dificuldade em formular novas epistemologias face à ofensiva que estrutura a colonialidade do poder, que faz o contra-movimento, ou seja, uma espécie de desterritorialização dessas epistemologias tidas como insurgentes.

Diante de toda a opressão sofrida, os negros e negras tiveram que pensar e repensar formas de como manter suas crenças e tradições vivas e os fizeram de diversas maneiras, sendo a religião uma delas. Assim ocorre também no Quilombo, pois a dança é cultuada pelas famílias através das gerações, mantendo um vínculo muito forte com a religião. A historicização de um grupo cultural, mantenedor da identidade da população em um território, deve provocar o afastamento do silêncio e a destruição da versão histórica do dominador (SILVA, 2021, p. 70).

É fundamental que quebreemos com a eugenia presente na racialização da intelectualidade científica e a hegemonia da subalternização/dependência teórica dos pesquisadores/as negros/as em torno de referenciais que não os representam e que influenciam diretamente no campo do pertencimento étnico.

E uma das principais problemáticas no que tange ao conhecimento gerado pela população latino-americana, está no processo de escolarização hegemonicamente conhecido como educação.

Educação que, ao elencarmos as bases dessa instituição, observamos que desde a expansão da mesma para o Brasil, essa já apresentava dualidade no que tange ao acesso dos extratos sociais.

Como vimos nas páginas anteriores, na medida em que a "Identidade Brasileira" era construída, fazia-se necessário que esses brasileiros(as) fossem, por sua vez, “educados”. Essa educação, de acordo com Sousa (2021):

No Brasil, as primeiras iniciativas educacionais ocorrem a partir da vinda da Coroa Portuguesa ao país, pois quando estes estabelecem moradia permanente no Brasil passam a perceber a necessidade de investir num complexo educacional para seus filhos, portanto, a educação neste momento era destinada apenas aos nobres (Sousa, 2021.pg 17).

Observem que essa educação, dita europeia, tida correta, ainda no XXI, permeia as salas de aula e infelizmente muitos dos espaços sociais da atualidade. Isso porque na construção do que comumente é chamado de ciências sociais, há uma forte dose de elementos desconectados da realidade social ao qual se quer refletir, sendo assim, essa construção é bastante subjetiva. Logo, é perpetuada uma ideia para "revelar: a realidade concreta, para demarcar a temporalidade por meio de conceitos.

No entanto, essas leituras da realidade são relacionadas ao período e contexto da época, os dados não são aplicáveis em todos os contextos e histórias. Por isso, sobre a visão de mundo na pesquisa, entendemos que cada pessoa apresenta não só dados puros mas, também, refletidos nos quais fornecem ao pesquisador a possibilidade de realizar recortes que definem seus estudos.

Nesse contexto, o positivismo é delineado como mantenedor das verdades absolutas mas, vale trazer a provocação; Quem escreveu? Para quem escreveu? Escreveu sobre o quê? Ou escreveu por alguém? Como entender um processo de fabricação de sentido a partir de enunciações as quais não nos permitem a reflexão social objetiva e material permeado sobretudo pela questão racial? E, por fim, como entender/aceitar epistemologias que invisibilizam e apagam a identidade e cultura de um povo?

Essas reflexões são importantes para que possamos compreender a invisibilização dos negros nas epistemologias históricas educacionais, muito embora haja a indicação de "inexistência", da contribuição de autores negros(as) na construção dos níveis de instrução na formação educacional do Brasil.

É importante salientar, que essa versão da história não procurou trazer relevância aos processos de acessos aos saberes formais por parte da população estratificadamente empobrecida no Brasil.

Nesse aspecto, o epistemicídio é apresentado como mecanismo de apagamento da epistemologia dos povos historicamente oprimidos. Essa disputa de

poder, impossibilita as narrativas e autonomias de grupos étnicos aos quais não pertencem às classes hegemônicas, ou seja, a tentativa é de garantir que esses grupos estejam à margem da emancipação social e política no mundo pós colonial.

Essa necessidade, sem dúvida, surge do reclamo pela liberdade que tanto no período do Brasil Império, quanto na República, as camadas negras iniciam os processos de apropriação desse saber, ainda nos moldes e exigências oficiais.

Com tudo, com a chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil, em 1808, começa a ser estruturado o sistema de Educação, especificamente a Educação Superior, também conhecidas como Escolas Superiores. As primeiras escolas superiores foram de 1804 até 1934 contando apenas com os cursos de engenharia, medicina e direito (SAMPAIO, 1991).

Entretanto, com a independência do Brasil, o eixo educacional passa a ser um foco no desenvolvimento cultural da nação. Como observamos na 1ª Constituição Brasileira de 1824, que no artigo 230 declara: “Haverá no Império escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca e universidades nos mais apropriados locais” (RIBEIRO, 1992, p.44).

Por tanto, esse desejo aproximou os negros/as da ciência e trouxe novo viés culminando na criação de escolas próprias para esse segmento social. No que se trata objetivamente do letramento de pessoas negras com o uso de instrumentais, técnicas e pedagógicas a partir de modelos validados pela ciência europeia, observamos que há um contraponto histórico, no qual repousa sobre a afirmação, de que esse estrato social, seria incapaz de estabelecer uma vivência exitosa no âmbito escolar.

Essa soberania epistêmica engendrou aquilo a que o autor chama de epistemicídio. Este seria manifestado na supressão destruidora de alguns modelos de saberes locais, na desvalorização e hierarquização de tantos outros, o que levou ao desperdício – em nome dos desígnios colonialistas – da rica variedade de perspectivas presentes na diversidade cultural e nas multiformes cosmovisões por elas produzidas. As Epistemologias do Sul são uma proposta que denuncia a lógica que sustenta a soberania epistêmica da ciência moderna, uma lógica que se desenvolveu com a exclusão e o silenciamento de povos e culturas que, ao longo da História, foram dominados pelo capitalismo e colonialismo (GOMES, 2012, p. 45).

Esse modelo cultural afeta profundamente a auto afirmação da população AfroLatinoAmericana, em especial a Afrodescendência brasileira, que é sujeitada a

uma produção de subjetividades, às quais insere o negro nas categorias históricas de inferioridade.

A seguir, contextualizamos histórias e categorias de autores importantes no decorrer dos séc XIX, XX e XXI, com ênfase não em uma releitura biográfica mas, com pretensão de rememorar o/a autor/a e suas principais categorias.

Sobre histórias, elencamos a de Maria Firmina dos Reis, que nasceu em 11 de março de 1822, em São Luís (MA), e faleceu em 11 de novembro de 1917, na cidade de Guimarães (MA). Retinta e bastarda, de acordo com a própria definição da autora, foi professora da educação básica também no maranhão e o cerne de seu estudo estava o combate ao período escravista que assolava o Brasil.

Maria Firmina, se debruçou sobre temas como, a espoliação das classes menos abastadas refletirem diretamente na linguagem da sociedade brasileira da época, logo, a autora faz uma descrição das senzalas e faz um detalhamento da sociabilidade entre negros e demais etnias no século XIX.

Esses elementos nos trazem o questionamento mesmo que reflexivo, no que diz respeito ao período escravista e sua relação com a mulher negra da época. Á exemplo o romance Úrsula que é propositalmente protagonizado por uma mulher não negra que reflete a vivência da marginalização da mulher branca.

Mais à frente, Firmina dos Reis escreve o conto “A escrava”, no qual foi publicado em 1861 e tem como foco, ironizar a opressão imposta ao negro, de modo que unindo-se ao romance “Ursula”, faz um excelente contra ponto apresentando a dualidade das dificuldades ainda que metaforizadas do corpo negro e não negro em meados da abolição da escravatura.

Sem dúvida, a interlocução de trajetórias trazida por Maria Firmina dos Reis, afirma a profundidade do seu trabalho. Nesse tocante, ressaltamos que Reis, não foi a única voz que utilizou do processo escrito para ecoar um reclame contra o Sistema, pois, Machado de Assis, Castro Alves e no século XX, Cruz e Souza e Lima Barreto também fizeram articulações próximas através de seus escritos.

Maria Firmina dos Reis, representa na literatura brasileira um encontro com o tradicionalismo arraigado ao patriarcado, com a perspectiva da senzala, ou seja, ela expõe a tensão que permeia a cultura negra e a não negra.

Não obstante, a autora no decorrer de seus textos, focaliza o debate na construção etnográfica da recente sociedade brasileira, através não dá resiliência e apatia das pessoas escravizadas e de modo heroico ironiza a cultura colonial.

Observamos, que na leitura de Maria Firmina dos Reis há urgência de pertencimento cultural e territorial do negro africano, que face aos processos de minimização de direitos que ocorreram de modo lento. No entanto afirma que esse pertencimento afrodescendente não exclui a possibilidade de união étnica e cultural afro-latino-americana.

Sobre isso, ressaltamos Fanon; “Permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro, implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais” (Fanon, 2008, p.28). E como aponta Sueli Carneiro: “O impele à profecia auto realizadora que referenda os termos da estigmatização, ou o conduz à autonegação ou adesão e submissão aos valores da cultura dominante” (CARNEIRO, 2005, p. 277).

À exemplo, as histórias que omitem as narrativas de povos de África e dos processos diaspóricos, que culminaram na desterritorialização ou perda identitária que influencia diretamente na baixa autoestima da população afro descendente. Por tanto essa negação do Outro enquanto ser social em diáspora, impõe locais sociais de invisibilização e subalternidade intelectual (CARNEIRO, 2005).

Nossa preocupação com essa questão está no sentido de entendermos, que nessa contramão acadêmica está o intelectual negro/a, que duramente se insere de modo segregado e muitas vezes com condão eugenizado e sofre com a romantização de seus textos e infantilização de suas epistemologias.

Evaristo, relata que a romantização e infantilização das epistemologias textos e produções realizadas por pessoas negras é um fenômeno que está enraizado no racismo estrutural e busca diminuir e/ou limitar, as contribuições científicas advindas de pessoas negras.

Logo, a romantização desses textos e a validação a partir da folclorização ou exotificação de uma visão fundamentada na estereotipação da Cultura, Identidade e Pertencimento Negro, tem como resultado, uma mescla de elementos superficiais que não levam em consideração a diversidade bem como, as experiencias negras. Oferecendo um panorama simplista sobre o processo de enraizamento afro-latino americano.

Nessa mesma direção, a infantilização dos textos feitos por pessoas negras é baseada em conceitos também enraizados que permeiam o lugar da não sofisticação da literatura negra.

Há uma pressuposição de que esse conhecimento é direcionado para públicos específicos, pela maneira ingênua na escrita. Essa máxima introjetada na sociedade brasileira, subestima a capacidade dos/as intelectuais negros/as de ocupar o lugar de produção científica no Brasil.

Portanto, é necessário combater esses elementos que caracterizam o epistemicídio na Afro-Latino América, partindo da promoção de uma leitura mais ampla no ponto de vista das experiências das autoras bem como, seus tempos históricos e inclusiva, que seja amplamente acessível aos estratos sociais.

Podemos perceber, que na trajetória histórica do negro/a brasileiro/a, há existência de um processo de ensino e aprendizado no qual, muito embora não haja registro oficial dessa escolarização, representa relevantes germinações no que se refere aos temas, espaço e territórios que compõe a identidade desse grupo.

Este livro deveria ter sido escrito há três anos... Mas então as verdades nos queimavam. Hoje elas podem ser ditas sem hesitação. Essas verdades não precisam ser jogadas na cara dos homens. Elas não pretendem se entusiasmar. Nós desconfiamos do entusiasmo. Cada vez que o entusiasmo aflorou em algum lugar, anunciou o fogo, a fome, a miséria...E também o desprezo pelo homem (Fanon, 2008, p. 27)

Nesse fragmento, Fanon apresenta que o desenvolvimento de estudos em raça é importante pois contribui com a ampliação dos conceitos refletidos por pessoas negras. Nunes e Carvalho indicam sobre a “importância de problematização e do alargamento da concepção de fontes em história da educação, no intuito de construir uma historiografia menos generalista e estereotipada.” (s.d., p. 8)

Muito embora a história da educação brasileira tenha realizado o processo de continuísmo no que concerne o tratamento desigual relegado à população negra, não podemos extinguir a afirmação de que, existe sim uma história dessa educação e desse letramento das camadas afro-brasileiras.

Nesse tocante, damos destaque aos pesquisados/as que grande parte de origem Afro-Latino Americana tem se empenhado em evidenciar as relações étnicos raciais e suas demarcações sócio históricas sob um olhar não apenas humanizado, como também, crítico.

Essas pesquisas/textos/literaturas são em sua maioria, voltados para questões da atualidade, visto a carência de informações concisas dos séculos XV ao XIX.

Ainda, reiteramos a urgência de introdução de conteúdos relacionados a trajetórias educacionais de pessoas afro-brasileiras, como forma de viabilizar uma real diversidade epistêmica e cultural no Brasil.

No tópico seguinte, iremos apresentar brevemente essas histórias de intelectuais do Século XX e suas epistemologias confrontadoras que são/são base para a construção de sentido da ciência Afro-Latino Americana.

3.2 A insurgência epistêmica dos autores do Século XX.

A chegada do Século XX, trouxe em especial para os brasileiros, a falsa ideia de harmonia racial. Emergiram nesse seio, pensadores negros(as) aos(às) quais, se propuseram ressignificar as bases epistemológicas que formavam a construção do sentido no Brasil.

Então, acreditamos que no período, o maior desafio era não apenas criar uma identidade Amefricana mas resgatar a epistemologia anteriormente invisibilizada. Nesse sentido vários foram os elementos dessa construção fundamentada na experiência, história de vida, cultura, território e pertencimento.

Além disso, essas novas categorias, serviam para validar essas novas enunciações epistemológicas, que foram um resultado de várias problematizações sobre os locais de produção científica no Brasil, sendo em sua maioria ocupados por pessoas não negras.

Com efeito, esse reclame por pertencimento, foi impulsionado por acadêmicos e artistas que reivindicavam a propriedade intelectual e produção de ciência sobre suas próprias realidades objetivas.

Um marco no período entre 1930 e 1950, foi o movimento “Negritude¹⁵”, de cunho filosófico e literário, foi desenvolvido por Aimé Césaire e ia de encontro com o projeto colonial francês, o projeto da negritude era mais que um coletivo, tratava-se de uma visão de mundo racionalizada de modo que as ações sejam voltadas de fato aos que realmente necessitam. Composto por intelectuais africanos e afro-caribenhos a título de exemplo podemos citar, Léopold Sédar Senghor e Frantz

¹⁵O movimento negritude foi uma corrente literária e política que surgiu na década de 1930 entre escritores e intelectuais negros de origem africana e caribenha, que buscavam afirmar sua identidade cultural e combater o racismo e o colonialismo.

Fanon. Que unidos no primeiro congresso de escritores e artistas negros ocorrido em setembro de 1954 em Sorbonne, Paris.

Esses intelectuais haviam conhecido nas produções da década de 1930 a proclamação e prescrição de uma identidade coletiva informada por conceitos de cultura negro-africana, cuja unidade reivindicada fincava suas raízes em noções raciais acerca do homem negro ou, considerado em sua origem, do homem africano (REIS, 2012, pg 02)

Como exposto, essa negritude fazia o reclame sócio-diaspórico da cultura africana e da valorização identitária negra, fazendo, na contramão das narrativas depreciativas européias a cultura negra.

No mesmo período, outras categorias teóricas e políticas intelectuais foram criadas como a Afrocentricidade¹⁶, discutida por Molefi Kete Asante na qual, se busca a reinterpretação da história e da cultura africana a partir da centralidade própria dos africanos.

Além disso, a Teoria Crítica Racial¹⁷, argumentada por W.E.B Du Bois, Ângela Davis e Cornel West, cujo foco está na análise das estruturas de poder formas a partir da opressão racialmente estruturada.

Essas retomadas epistêmicas negras, foram essenciais para dar início a descolonização das narrativas dominantes que prosseguiram com a perspectiva de inferiorização via educação da pessoa negra. Esses movimentos reafirmam a importância da produção intelectual negra bem como, propunham uma análise das estruturas de poder estratificadas racialmente e desigualmente.

Nessa mesma direção, o Brasil, muito embora recém liberto, traz consigo o dilema de uma nação que apresenta uma identidade falsamente construída, face a não inserção epistemológica e territorial das epistemologias sociais.

Um importante Aquilombamento sobre lugar de produção e fundamental para a insurgência das epistemologias negras, foram os grupos organizados e /ou vinculados ao Movimento Negro, que se organizavam desde o Brasil república e

¹⁶ A Afrocentricidade é uma afirmação do lugar de sujeito dos africanos dentro de sua própria história e experiências, sendo ao mesmo tempo uma rejeição da marginalidade e da alteridade, frequentemente expressas nos paradigmas comuns da dominação conceitual europeia. Afro centristas rejeitaram a noção de alteridade que privilegia a cosmovisão europeia como normativa e universal. (ASANTE, 2016. Pg, 10)

¹⁷ As lutas pelos direitos civis encabeçadas por Rosa Parks, Malcom X e Martin Luther King Jr. contribuíram para a Suprema Corte Norte-Americana abolir a segregação entre brancos e negros, de maneira que parecia que os negros estavam incluídos. Estas lutas e dos seus antecessores como Sojourner Truth, Frederick Douglass e W. E. B. Du Bois também serviu de inspiração para a organização do movimento da teoria crítica racial, constituído por advogados, ativistas e acadêmicos do direito (DELGADO; STEFANCIC, 2021, p. 29-30).

apresenta na sua construção. Fases que são relativas ao sentimento do/a intelectual negro/a da época como podemos inferir;

A primeira data de 1889 a 1937 (Estado Novo) onde, em decorrência da criminalização dos libertos, ex – escravos e descendentes é criado o Movimento de Mobilização Racial Negra no Brasil, trazendo no ano de 1931 o grupo político Frente Negra Brasileira, posteriormente, transformado em partido político com ramificações em todo território nacional. (CARMO. 2018 . pág, 06)

Nesse aspecto, nos propomos a refletir sobre autores nos quais, suas contribuições teóricas são e foram de fundamental importância para a formação política e social não apenas dos/as intelectuais negros/as.

Ainda que tenhamos escrito várias páginas sobre esses autores e autoras, entendemos que não iremos conseguir alcançar a profundidade social e teórica que esses(as) representam na sociedade e a para a intelectualidade negra brasileira. Mas acreditamos que suas trajetórias sociais e intelectuais são sem dúvida, recortes que poderão e irão ser utilizados pela posterioridade para quem sabe preencher determinadas lacunas epistemológicas.

Visto que esses já foram devidamente referenciados nas páginas pré estabelecidas acima, pedimos licença para adentrar mais nesta camada de validação enquanto categoria de aprovação científica quiçá social, nos permitindo falar sobre esses/as autores/as pelo primeiro nome, porque é assim que alardeamos e aquilombamos nosso conhecimento.

Nascido em 9 de novembro de 1915, em Santo Amaro da Purificação, fundador da Sociologia Crítica, Alberto Guerreiro Ramos foi um sociólogo muito importante para o pensamento racial no Brasil, sendo ele o primeiro brasileiro que ocupou notável posição acadêmica e política.

Dentre suas contribuições, sem dúvida vale citar a” Introdução crítica à sociologia brasileira “ (1957), onde Guerreiro Ramos propõe uma sociologia voltada para a crítica à própria formação da sociologia brasileira. Nesse aspecto, ele recorre a temas como, industrialização do saber sociológico e autocrítica à sociologia, para discutir sobre o problema da pesquisa sociológica no Brasil.

Sobre esse problema, Guerreiro Ramos vai afirmar que;

[...] Mas, geralmente por falta de uma teoria sociológica do trabalho de pesquisa, essa instrução não lhe aproveita antes o inibe, o aterroriza e desestimula a sua capacidade inventiva. É ele costuma atribuir ao caráter de validade absoluta aos critério metodológicos induzidos da realidade das nações líderes do pensamento.(RAMOS, 1957. Pg 151)

É evidente os aspectos enunciativos dos processos de escrita do autor, observamos que nas leituras, (inclusive no meu próprio fazer intelectual) existe determinada porcentagem de reclame social e político, reflexo dos anos de silenciamentos e invisibilização.

“A Redenção de Hamlet”. (1968), “A administração e contexto brasileiro” (1972). Um de seus principais reclames estava no tocante a identidade nacional, a modernização do Estado e processo de burocratização, interessante porque Guerreiro Ramos, propõe uma análise crítica dessas categorias, de modo que sua própria trajetória o leva ser um dos fundadores do PDC Partido Democrata Cristão, Movimento Democrático Brasileiro em 1962, foi eleito Deputado Federal em São Paulo, e em 1963, foi nomeado ministro da educação, no governo João Goulart em 1963.

O legado deixado por Guerreiros Ramos é caro a sociologia, face a luta contra o racismo e a discriminação social no Brasil, sua vida e obra, ainda é motivo de inspiração para muitos intelectuais sociais, políticos e acadêmicos que, ainda lutam por essa (re)demarcação epistemológica e metodológica. E agora, recorrem aos seus escritos, para entenderem sobre locais de reclame social, político e teórico.

Nessa mesma direção, inferimos que Lélia Gonzalez, importante intelectual negra, socióloga, problematiza a latino-americanidade e reflete sobre esse lugar, ainda que, entendido socialmente como não-lugar que é a América Latina, ela expõe:

Enquanto denegação de nossa latinoamefricanidade, o racismo “á brasileira” se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial”). (GONZÁLEZ, 1988, pg 69)

Assim, Lélia Gonzalez propõe o Pretoguês para Amefricanos, afirmada na tese:

Aquilo que chamo de “pretoguês” e que na da mas é do que marca de africanização do português falado no Brasil (nunca esquecendo que o colonizador chamavam os escravos africanos de “pretos” e de “crioulos”, os nascidos no Brasil) é facilmente constatável sobretudo, no espanhol da região caribenha. (GONZÁLEZ, 1988 pg, 70)

Em seu texto, Racismo e sexismo no Brasil, publicado em 1987, cujas reflexões apresentam a perspectiva de desmonte de uma estrutura racialmente construída em torno da exclusão do corpo feminino ela afirma;

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidou uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações do outro. (GONZALES 1984. Pg,225)

Interessante observar, que a perspectiva da história de vida é algo que é intrínseco á Gonzalez e outros autores e autoras negros/as. Isto é, trago esse parênteses para lembrar o lugar epistêmico aqui defendido, pautado na validação dessas histórias de vida que, muito embora, formatada (assim como o presente texto) para os moldes europeus de ensino e aprendizagem, conseguem para obter validação epistêmica a partir da reflexão teórica em autores clássicos.

Uma grande e importante insurgência negra no que diz respeito à literatura, é o livro Quarto de despejo no qual é uma das sedições dos diários de Carolina Maria de Jesus, que foi mineira, residia na primeira favela de São Paulo, Canindé, mais tarde desocupada para construção do canal do rio tietê

Observamos na obra o reclamo pelo viés denunciativo do lugar de favela na década de 1950 no Brasil, nesse sentido, Maria Carolina, retrata de modo muito protagonista e autônomo a realidade que não ousaremos dizer amarga mas ,sim apenas realidade.. Realidade essa que retrata as expressões das questões sociais mais sensíveis como a fome.

Carolina Maria de Jesus é uma das autoras que em seus escritos transbordava ainda que embrionariamente, a mais expressiva representação da categoria pretoguês onde, não munida de arcações teóricos e capitais culturalmente construídos pelas classes hegemônicas e ainda assim, teve a coragem e afirmo valentia, de apresentar sua história de vida;

23 DE JULHO ...Liguei o rádio para ouvir o drama [8]. Fiz o almoço e deitei. Dormi uma hora e meia. Nem ouvi o final da peça. Mas, eu já conhecia a peça. Comecei a fazer o meu diário. De vez em quando parava para repreender os meus filhos. Bateram na porta. Mandeí o João José abrir e mandar entrar. Era o Seu João. Perguntou-me onde encontrar folhas de batatas para sua filha “Bochechar” um dente. Eu disse que na Portuguesinha era possível encontrar. Quis saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário.(JESUS, pg, 22)

Mas a frente, a autora reflete:

Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você.
-Todos têm um ideal. O meu é gostar de ler. O Seu João deu cinquenta centavos para cada menino. Quando ele me conheceu eu tinha só dois meninos. Ninguém tem me aborrecido. Graças a Deus.
(JESUS, pg, 22)

Ao pensarmos nos processos de sociabilização, um questionamento que provoca muito essa pesquisa e subjetivamente me incomoda enquanto pesquisador está na validação dos campos epistemológicos no campo da epistemologia, como apontado no capítulo 1 é também território de colonização.

Como essas questões da autora podem tomar conta de determinados processos e projetos de governo e sociais? Gostaria que você leitor(a) tentasse entender comigo que o reclame pelo lugar de produção parte de vários locais que não são nem estão localizados apenas em espaços de exclusão.

Mas entenda, não quero estabelecer uma linha de pensamento e sentido, mas sim, trazer experiências de vida que juntas contam essa outra história do Brasil.

Por isso, a afirmação apresentada na construção epistemológica, face ao que fazia sentido para Ana Carolina Maria de Jesus, se aproxima muito da realidade social de não acessos que, juntos, tornaram-se um importante reclamo no tocante à afirmação.

No entanto, a construção epistemológica Afro-Latino Americana é pautada também, nos processos sócio-históricos, tidos pela ciência positiva/dogmática/eurocêntrica, como demasiadamente subjetivos.

Vemos na maneira que Ana Carolina Maria é lida epistemologicamente - isto é, caso no período houvesse local de reflexão - porque seus textos, quando olhamos o prefácio, são categorizados enquanto parte de um romance, quando na verdade essa história é um espelho de toda uma realidade social.

Dito isso, trazemos que essa reflexão de romantização de nossa realidade social, mais uma vez, lida pelas classes hegemonicamente apropriadas de um capital cultural e intelectual no qual, não leva em consideração as caminhadas e

ancestralidades, que trazem individuação e que ao mesmo tempo, a autoafirmação étnica.

Me atrevo a dizer também, que de certo modo ainda que aceitas, nossas perspectivas teóricas e metodológicas, não têm sequer o direito de escolher se encaixar em um gênero textual (Já que estamos tratando de imposições epistemológicas europeias).

Essa implosão é uma das maneiras que consideramos importantes para manter viva uma cultura, uma vez, que de certo modo, percebemos até aqui, que para a pessoa negra há duas entregas no que diz respeito a sua intelectividade: Uma científica pautada na eurocentração do seu método e uma social na qual, busca reiterar socialmente a população desguarnecida desse lugar de produção científica.

“Me pergunto se não estamos fazendo o jogo do colonizador ao manter esse padrão de escrita”, reflete Beatriz Nascimento no Documentário Ôrí¹⁸ (1987). Tampouco podemos deixar de discutir, igualmente a perspectiva de Memória onde essa (a memória) é do continente, como se fosse libertação como aponta Beatriz Nascimento: “A escravidão é algo que está presente no nosso corpo”.

Outrossim, buscamos entender também a intelectualidade negra sob o olhar do livro; “Eu sou Atlântida” a partir da reflexão dos capítulos “Esse projeto também é um grande sonho” e “Corpo mapa de um país longínquo” onde, Ratts vai tratar da trajetória social e intelectual de Beatriz Nascimento e sua inserção nas discussões em torno dos quilombos.

E para que esse horizonte ocorra é imprescindível que problematizemos o Quilombo. Beatriz, faz uma análise dessa categoria científica bem como, de análise social reiterando a importância de sermos Quilombo, no sentido de pertencimento e para isso, Beatriz traz a linguagem do transe, como sendo a linguagem da memória.

Se “cada cabeça é um quilombo”, aquilombar-se é o movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo. Ou seja,

¹⁸ Ôrí significa cabeça, um termo de origem Iorubá, povo da África Ocidental, que, por extensão, também designa a consciência negra na sua relação com o tempo, a história e a memória. É uma visão do ponto de vista da intelectual negra Beatriz Nascimento, uma das percussoras desse tipo de documentário, visto sua relação com o movimento negro unificado o documentário, narra, a partir das ideias de Beatriz e vai de encontro com a historicidade dos movimentos sociais negros no Brasil e afirma o quilombismo como saída possível para a desterritorialização do negro/a brasileiro/a. NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

aquilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra hegemônica a partir de um corpo político e da preservação da memória intelectual negra brasileira. (Nascimento, 1989)

Essa memória, ontologicamente denominada quilombo, tem origem Bantu, idioma predominante nas regiões de Angola (Rainha), esses territórios eram formados por grandes guerreiros/as. E esse movimento veio para o Brasil e para Palmares.

Por isso, de acordo com Nascimento, "Aquilombar é o grande drama no Brasil, uma problemática no que concerne ao reconhecimento de pessoas negras que vivem no Brasil. Uma vez que, esse pertencimento parte de reconhecer as culturas sobretudo a cultura Dogon, como apontado por Beatriz e afirmado por Oliveira¹⁹.

A definição de signo Dogon é resultado dos princípios cunhados no processo civilizatório africano. Nesse caso falamos do Princípio de Integração onde cada parte está ligada ao todo e o todo é o conjunto de cada parte (mas a soma de cada parte com as outras não é o todo) ao mesmo tempo em que cada parte é um todo em si mesmo na totalidade da singularidade. (DE OLIVEIRA, 2012. Pg 05)

Portanto, Beatriz, como enunciado anteriormente, aponta o quilombo do ponto de vista do reclame social e político que Palmares representava ou estava tentando construir com Angola numa rota comercial e política.

É interessante porque Beatriz além de trazer esse importante fragmento da história, articula isso do ponto de vista afro-religioso na qual ela vai reiterar sobre a raiz da cultura afro-brasileira residir na África. Por isso, ela vai afirmar: "É preciso colocar a África como verdadeira Atlântida."

Não obstante, Beatriz como boa acadêmica, faz uma das provocações que, ainda é ponto de polarização no movimento negro, ela levanta a problemática da priorização de pautas que sem sombra dúvida foram impares no sentido de romper com padrões. No entanto, as discussões sobre povos originários que a priori deveriam ser base para o desenvolvimento das novas gerações são de certo modo, escanteados.

Esses arcabouços, construíram a intelectualidade dessa autora uma vez que o corpo é um elemento caro para a pesquisa da autora e por isso, Beatriz Nascimento, afirma; "A mesma sociedade que fabrica é a mesma que mata por isso,

¹⁹ Eduardo Oliveira é Professor Adjunto da FAGED-UFBA e Presidente do Instituto de Pesquisa da Afrodescendência – IPAD.

é preciso imagem para ter identidade logo, o corpo de um é o reflexo do outro e cada um é o reflexo de todos os corpos”. E conclui que “A invisibilidade encontra raiz na perda da identidade”.

Nessa trilha epistemológica, a identidade aparece como categoria fundamental, e nesse aspecto Conceição Evaristo importante intelectual negra que publicou livros de poesia, contos e romances onde, se destaca em sua principal tese, a denúncia da discriminação literária e de gênero.

Ponciá Vicêncio, publicado em 2003, narra a trajetória de uma mulher negra que faz o reclame da sua identidade pelo viés de suas raízes na África. Logo, Evaristo narra a história de Ponciá, negra de comunidade rural com sonhos e anseios por uma existência melhor. Nesse sentido a protagonista retrata as experiências diaspóricas por identidade frente a pauperização e criminalização social da classe trabalhadora.

Para atingir esse horizonte, Conceição vai retratar a história de Ponciá desde a infância, sua ausência e seus pertencimentos que a fizeram estar no local de reclame por pertencimento.

Por isso, percebemos mais uma vez a fragmentação das realidades que juntas se fazem um todo como Beatriz Nascimento aponta.

Além disso, o livro propõe o debate denunciativo sobre as desigualdades sociais, presentes nas estruturas da sociedade no Brasil. Por intermédio da história a autora reitera as dificuldades vividas pela população afro-latino-americana e as limitações decorrentes dessa relação.

Outro elemento interessante nesse material é sobre solidariedade construídas em torno das resistências, quando vemos os/as personagens oferecem alguma forma de acolhimento a protagonista, aferindo a importância das relações interpessoais.

Em suma, essa obra demarca bem e de forma sensível as identidades negras e memórias coletivas construídas a partir dessas relações cultivadas e com raízes afro-culturais. Mas a frente, lançou em 2006 *Becos da Memória*. Que, reafirma os pressupostos epistemológicos caros a sua pesquisa.

Não é o plano, a planta-baixa que define o processo narrativo privilegiado. É a necessidade de resgatar as histórias que as lembranças vão recompondo, muitas vezes associando pedaços de uma ao que sobra de outras. E se a narrativa guarda muito da visão amorosa de quem resgata as lembranças, os caos triste e as cenas de alegria, nela também se registram palavras de ordem que ditam

por alguns personagens, revelam a certeza de que ao serem narradas as histórias de um tempo passado. (EVARISTO, 2018. Pg, 147)

Esse fragmento, remonta bem a perspectiva que o conto (assim afirmado pela autora, muito embora, entre no mesmo debate de histórias de vida que, ainda de condão ficcional, são retratos de muitas histórias afro-latino americanas.) também é sobre histórias de vida de pessoas iguais à autora.

Em determinado momentos da análise da nova edição do livro “Becos da Memória”, podemos sentir partes das dores da autora refletidas na construção dos personagens e o próprio enredo da história no qual denuncia uma realidade, talvez não devidamente retratada em outros processos antropológicos, políticos e sociais, como aponta;

O mundo da experiência comunicável fica cada vez mais pobre se perde a sua dimensão unitária e os contadores de história são substituídos por quem não consegue falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes. (EVARISTO, 2018. Pág 148)

Insubmissas Lágrimas de Mulheres, publicado em 2011, apresenta histórias de vida de personagens negras, em especial aquelas que são submetidas às ,mais diversas formas, opressão e violação de direitos na sociedade afro-latino-americana. Mais uma vez, Conceição Evaristo se utiliza desse espaço literário para defender seu posicionamento que ecoa nos diversos relatos do livro.

É necessário destacar, o nível de subjetivação dos/as personagens das histórias é como, se de alguma maneira, essa ou aquela história, já tenha sido experienciada pelo leitor,(nos colocamos também para refletir, sobre qual local empatia estamos apresentando. Aquele local de meros leitores de crônicas e romances ou se de fato há reconhecimento étnico).

Insubmissas lágrimas é um retrato da mulher negra brasileira e chama atenção para a re-demarkação da memória apresentada nos seus processos de escrita, categorias como a escrevivência, que muito provavelmente você leitor se deparou no decorrer dos capítulos anteriores.

Por isso, gostaria de apontar que a escrevivência trazida enquanto categoria teórica para Conceição Evaristo está relacionada às histórias escritas e vivências no âmbito do feminino. Nesse sentido, a escrevivência refletida nesse estudo, propõe

abarcam os processos de escrita afro-latino americanos como escrituras, por fazerem parte de uma grande colcha epistêmica de retalhos.

Essas obras, sem dúvida, abordam questões relacionadas a diásporas africanas em meio periférico nos grandes centros urbanos. De certo, essas narrativas complexas uma vez que pelo nível de camadas epistêmicas contidas em seus textos, esses problematizam as bases hegemônicas.

Esse número expressivo de materiais e autores(as) de várias temáticas é segundo Dennis de Oliveira (ano) um reflexo teórico político no tange a questão racial no Brasil e teve maior visibilidade a partir da implantação das políticas públicas de igualdade racial tema inclusive caro ao Movimento Negro.

Desse modo, ocorreu uma importante mudança social e política isto é, houve uma inserção de trabalhadores/as negros/as no cenário social e político, como iremos observar no tópico a seguir, que a democratização do acesso às universidades sobre tudo, públicas foi fundamental para o movimento de retomada e reconhecimento desse território epistêmico e político.

No entanto, entendemos que essas inserções se deram de modo incompleto pois, as universidades em suas bases são materializações de espaços hegemônicos institucionais reservados à classe dominante não branca²⁰ E esses, por sua vez, ainda em Dennis de Oliveira, não alçaram a importância da reparação da estrutura educacional.

À exemplo é o próprio espaço acadêmico, que trata os corpos/as/es negros/as/es ainda como corpos estranhos e se utilizam desse subterfúgio, para introjetar um código de linguagens ao qual, é demandado propriedade intelectual ao menos das bases que formam aquele conhecimento.

Se metamorfoseiam de brancos após absorverem os códigos exclusivos desse mundo do qual jamais fizeram parte (o que significa abrir mão da sua diferença, da sua biografia, dos seus valores e muito especialmente da lucidez que introjetaram ao ter de lidar diariamente com a discriminação), ou partem para um confronto aberto, denunciando o racismo e as injustiças (o que significa arriscar suas poucas chances de inserção nas redes brancas já estabelecidas, saturadas e marcadas por padrinhos e controladores dos recursos disponíveis) (CARVALHO, 2003, p. 186).

²⁰ Ler capítulo 1

Portanto, os elementos até aqui trazidos nesse estudo, apontam ainda para a importância da afirmação da valorização das histórias de vida que, são a subjetividade que muito provavelmente a ciência não consegue alcançar.

Essa retomada da epistemologia à luz de categorias geradoras de pertencimento étnico como: identidade, território e descolonização, permanece nos debates da intelectualidade negra brasileira contemporânea, ainda que de maneira refletida nas relações sociais atuais.

Acreditamos que por tudo que já foi argumentado até aqui, há urgência pelas epistemologias negras. Entendemos que face aos referenciais até aqui elencados e discutidos, constatamos que a intelectualidade negra já possui produção científica e social expressiva. Outro aspecto que também gostaríamos que observassem é quanto à não demarcação de lados políticos nestas reflexões. Fazemos isso para apresentar a possibilidade de debate em e para os grupos afrolatinoamericanos.

Logo, é fundamental que reflitamos o objeto a partir de diferentes pontos de vista, sem a necessidade objetiva de encontrar refúgio nas teorias clássicas, as quais gostaríamos de reiterar, não temos interesse em promover desmontes ou alterar a epistemologia desenvolvida pelos(as) autores(as) clássicos(as) mas, trazer o protagonismo das gerações da intelectualidade científica e social afro latino-americana.

A Século XXI de intelectuais negros(as) compreendida a partir do final do século XX é marcada pelo reclame da validação epistêmica como também, da ocupação dos locais de representatividade política que, como apresentaremos a seguir, aos poucos foram sendo acessados, ainda que minoritariamente por esse extrato etnicamente e socialmente excluído.

Interessante, pois a educação superior de pessoas negras em especial, a entrada destas nas instituições de Ensino Superior Públicas, além de ser um reclame antigo, ainda, (como iremos observar nos próximos textos) nos sentimos distanciados e/ou invisibilizados.

Para além de sua atuação acadêmica, Joaze tem uma importante militância no que concerne ao Movimento Negro e Direitos Humanos, espaço de luta que culminou na criação do coletivo de Escritores Negros da Paraíba.

Atualmente, Joaze Costa é professor da Universidade Federal de Pernambuco, coordenador do núcleo de estudos literários em cultura afro-brasileira. Tantas validações ou itens de qualidade (como apresentado no capítulo 1), o

concerniram a cadeira de membro do Conselho Nacional de Combate à discriminação e Promoção dos Direitos da Pessoa LGBTQIAP+ bem como, do Comissão Nacional de Diversidade Sexual e de gênero do Conselho Federal de Psicologia.

Silvio de Almeida, nasceu em São Paulo em 1976, graduado em Direito e mestre em Direito Político e econômico pela universidade presbiteriana de Mackenzie nos anos 1999 e 2000, Sílvio se destacou uma vez que, em suas pesquisas refletia muito sobre processos epistêmicos da filosofia e por isso, acessou a Universidade de São Paulo para debater esses processos no curso de filosofia,

Almeida articula em seus textos, que a escolha pelo curso de Direito, se deu durante sua trajetória acadêmica sendo que, o mesmo percebia que o direito não respondia suas angústias do epistemológicas e metodológicas mas , que esses atravessamentos eram na verdade e talvez não poderiam ser solucionados ou analisados apenas pelo que ele apreendida durante sua formação educacional.

Nesse sentido, mostra que a filosofia foi fundamental para sua formação e durante o processo ele conheceu um professor no qual ele foi apresentado para um olhar do Direito sob ponto de vista mais crítico, debatendo a raça como elemento motor para esse processo.

Nesse sentido, ele apresenta que estudou Hegel e Marx de modo sistemático, que influenciou o autor a enxergar o direito como uma maneira social de entender o direito pela relação social da reprodução da sociedade racial.

Ele traz a importância que o livro "História da consciência de classe" foi, pois aborda a história da filosofia com proposições de transformação da realidade. Interessante também que há a possibilidade desse estudo clássico aplicado à realidade atual.

Almeida também afirma, que o campo da subjetividade é caro ao Direito pois a norma jurídica não é suficiente e isso só é possível ser importante porque há uma sociedade capitalista que entra nesse espaço e que os próprios grupos, ao fazerem reclames por direitos, se inserem automaticamente nesse Sistema.

Sua pesquisa de Doutorado ele estuda Jean-Paul Sartre, "Sartre – direito e política: ontologia, liberdade e revolução" (2016): Almeida recorre a conceitos do filósofo francês Jean-Paul Sartre, para refletir sobre a resignificação da liberdade, na qual há uma crítica à subjetividade por isso ele reflete , como se constitui a subjetividade da pessoa negra.

Mais à frente no Pós Doutorado ele vai estudar a ideologia. Por isso, ele vai articular a relação entre a condição de ser negro e o Estado, a Economia e o Direito. Uma das principais características de seus estudos é a maneira na qual ele propõe visões jurídicas em torno de Questões Sociais relacionadas ao direito dos grupos socialmente vulnerabilizados e oprimidos. Por isso, Silvio tem uma atuação política e científica no que diz respeito ao racismo estrutural, políticas sociais, teorias do direito e políticas antidiscriminatórias.

Silvio de Almeida, em um de seus principais materiais intitulado: “Racismo Estrutural”, traz que, questões relacionadas ao movimento negro e Direitos Humanos. nesse aspecto ele trabalha o racismo de maneira conectada com a história da Educação, para entender essa história da educação no Brasil, por isso, ele usa conceitos em Turu e Hamilton (1970). Nesse material, (Almeida, 2019) traz que o racismo é reproduzido, por um processo político de silenciamento de metodologias negras.

Não obstante, inferimos que Almeida apresenta necessidades de criação de projetos emancipatórios. Visto, que ele denuncia que a educação brasileira é alheia à pauta do racismo uma vez que está “naturalizado” na sociedade.

Chamamos atenção para a relação que Almeida de Almeida relaciona à educação Economia e Política, onde nessa visão, ele faz o reclame da educação enquanto processo político de criação de sujeitos.

Nesse sentido, a provocação “Ser branco é nunca ter que pensar em Raça” Silvio de Almeida, vai afirmar que de um ponto de vista filosófico, só os outros tem raça, ser branco é ter uma identidade universal, no entanto o branco é branco só no Brasil e quando ele chega fora do Brasil ele é tratado como Latino Americano, nesse sentido, observamos a ausência de pertencimento, uma vez que Estar branco no Brasil, não significa Ser branco na Europa.

Logo é interessante destacar o grande fardo que branquitude brasileira tem medo de assumir, “O grande fardo que ele carrega é que para ser branco ele precisa a todo momento afirmar sua branquitude sobre outras pessoas pois, o pior medo é ser negro e não ser aceito pelos países centrais” ²¹

²¹ Almeida, Silvio. Racismo e ressentimento dos brancos pobres. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FiUwQawuHmM> Acesso em < 04/02/2024>

Umas das características desse racismo, para Silvio de Almeida é quando o negro erra pois, ele erra por toda uma classe, ou seja, o negro perde sua individualidade, como se representássemos todos e todas. Mas, quando trazemos as questões relacionadas a não branquitude, esse mesmo recorte não ocorre. Esse processo de racialização, faz com que pessoas sejam discriminadas em todos os aspectos da seguridade social.

Silvio por fim, define que Raça não absorve toda demanda e que essa categoria foi criada para dividir as pessoas. E que a raça a partir do século XVI é um senso de classificação de seres, tinha outro sentido e agora surge depois no séc. XIX ganhando conceito científico e que atualmente apresenta outra conotação. Por isso ele atrela ao sistema como um todo e define que a modernidade é um conjunto de fracassos, visto pelo processo do colonialismo, escravidão e raça.

Silvio de Almeida define raça como poder e história, nesse sentido todas as transformações que ocorrem no ponto de vista da raça são elementos que marcam as lutas dos grupos marginalizados racialmente.

Logo, estudar de acordo com Sílvio de Almeida é um ato de coragem e por isso, em conclusão Sílvio afirma que estudar raça é estudar todo o processo político e social da formação do direito.

A trajetória até aqui elencada reflete mais uma vez, assim como nas anteriores, que elementos sociais e subjetivos desses autores, os formaram como sujeitos(as) que questionaram a academia.

Sobre essa formação acadêmica uma categoria também cara para Silvio de Almeida é o Racismo Científico, que é uma das complexidades atuais do processo educacional, pois não se faz uma análise e discussão aprofundada sobre Raça no Brasil. Então a atividade intelectual é uma forma de significar a realidade para transformá-la. Por isso, para o negro(a) essa atividade exige enfrentamento, pois há um inconformismo nos textos de vários autores.

Esse inconformismo é sobre o cenário social brasileiro de invisibilização e a escolarização de pessoas negras, é muito interessante observar esse aspecto. De certo, a raça é para Silvio de Almeida, um ponto fundamental para esse entendimento de formação da base educacional brasileira, pois não apenas uma questão moral mais política.

Sem dúvida, esses aspectos teóricos e éticos de Silvio de Almeida o levaram a ocupar o cargo de Ministro dos Direitos Humanos no Governo do então Presidente

da República Luiz Inácio Lula da Silva, que iremos abordar um pouco mais sobre esses marcos no capítulo posterior.

Outra autora que caminha na mesma direção mas, que aponta para outros referenciais teóricos é Djamila Ribeiro, que escreve o Pequeno manual antirracista. Professora e escritora, Djamila Ribeiro é uma das principais autoras do Século XXI e representa uma importante voz nesse cenário, visto o lugar social e econômico que a mesma advém como ela aponta;

Desde cedo, pessoas negras são levadas a refletir sobre sua condição racial. O início da vida escolar foi para mim o divisor de águas: por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. Até então, no convívio familiar, com meus pais e irmãos, eu não era questionada dessa forma, me sentia amada e não via nenhum problema comigo: tudo era “normal”. “Neguinha do cabelo duro”, “neguinha feia” foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. Ser diferente — o que quer dizer não branca — passou a ser apontado como um defeito. Comecei a ter questões de autoestima, fiquei mais introspectiva e cabisbaixa. Fui forçada a entender o que era racismo e a querer me adaptar para passar despercebida. (RIBEIRO, 2019, PÁG 09)

Para discutir a temática das mulheres e população negra brasileira, Djamila Ribeiro desenvolve o tema sobre Lugar de Fala a partir das obras, “Lugar de fala” em 2017 onde destaca:

A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. (RIBEIRO, 2017. Pág,39)

Logo, Djamila Ribeiro retoma os dados da população negra fora do continente Africano, articulados ao extermínio da juventude negra. A partir desse dado, ela denuncia o racismo estrutural que, de acordo com a autora, é alicerce para a formação das realidades sociais no Brasil.

Djamila Ribeiro, reúne artigos publicados e também traz a perspectiva da autobiografia onde, ela encontra na sua história de vida, a força para acessar e refletir no campo acadêmico científico as categorias referentes ao silenciamento, empoderamento feminino interseccionalidade que muito bem é afirmada primeiramente por Lélia Gonzalez.

Essas obras responderam uma das questões mais importantes do mundo contemporâneo. Por isso, afirma em uma entrevista para a BBC Brasil²²;

“Não basta só reconhecer o privilégio, precisa ter ação antirracista de fato. Ir a manifestações é uma delas, apoiar projetos importantes que visem à melhoria de vida das populações negras é importante, ler intelectuais negros, colocar na bibliografia”, (RIBEIRO, 2020)

A trajetória de Djamila Ribeiro é interessante uma vez que, foi pela internet que a mesma alcançou seus leitores através de seus escritos, enquanto fazia mestrado em Filosofia Política pela Unifesp.

As trajetórias intelectuais até aqui referenciadas pretendem trazer arcabouço para que entendamos as intelectualidades que serão trazidas no próximo capítulo. Lembramos, que importante será, o devido olhar do ponto de vista subjetivo desses autores, que trazem em seus textos, contextos e intertextos que remetem a uma luta ou realidade social que une todos os reclames desses autores independente de temas de pesquisas.

Buscamos demonstrar neste capítulo que, apesar do epistemicídio, da invalidação teórica, das dificuldades de acesso à educação formal, em suma, do racismo estrutural a que as pessoas negras foram e são submetidas no Brasil, as resistências já vem produzindo muitas fissuras e contribuições teóricas e epistêmicas.

O desafio tanto no acesso quanto na validação destas intelectualidades negras continua, como poderemos estudar no próximo capítulo, dedicado ao objeto específico desta dissertação, que trata sobre a trajetória das intelectualidades negras no âmbito do Programa de Pós- Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas que, apesar de acessarem outros locais mais privilegiados de fala, pensamento e produção, ainda sofreram/sofrem as mesmas questões de silenciamento infantilização ou subestimação do fazer científico. Mas que utilizaram esse não lugar de fala para de fato ecoar suas vozes.

²² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=Al365qzdjZE> Acesso em <05/02/2024>

4. DESAFIOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E EPISTÊMICOS DA INTELLECTUALIDADE NEGRA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O CASO DO PPGDH-UFPB.

4.1 Raça, Políticas Públicas educacionais e Direitos Humanos: Breve análise de conjuntura

De antemão, trazemos a importância de uma análise de conjuntura, refazendo o contexto histórico das Políticas Educacionais em raça para adentrar nos governos entre 1992 e 2020 que, foram marcos no que diz respeito ao acesso do povo negro nas universidades.

Paralelo, traremos as políticas pensadas para a juventude negra no que tange ao combate ao extermínio/mortalidade negra, como meio de apresentar os espaços nos quais podemos nos estruturar.

A partir desse mecanismo secundário de coleta de dados, adentramos no campo das subjetividades intelectivas da amostra em questão onde, através dessa interlocução, conseguiremos inferir inserções da intelectualidade Negra em Direitos Humanos, bem como, as perspectivas de garantia de direitos em torno da ciência produzida por pessoas não brancas.

Essas questões foram pensadas a fim de entender as violações no que tangem a educação, ou seja, quanto a implementação ou implantação dos marcos legais, uma vez que, dados da síntese de indicadores sociais, realizado pelo IBGE 2019 apontam que, 32% de jovens negras não estudam e nem trabalham e ainda, 27,1% dos jovens negros de até 15 anos não estudam em comparação com os jovens brancos que é de 3,6%.

Esse elemento revela outro fator determinante, o extermínio da juventude negra, que a exemplo dos dados do mapa da violência, feito pelo IPEA em 2021, que denunciam que o percentual de jovens negros assassinados no Brasil e apontam para um crescimento de 47.3% em relação á 2018 15.5%.

Isso se reflete na sala de aula, uma vez que os reflexos da Lei nº 10.639 , que apesar de implantado é caro aos professores, a implementação no tocante à garantia da integralidade da seguridade social dos corpo acadêmico (Familiares, alunos, professores, setores da comunidade acadêmica).

Nesse ínterim é importante refletir que a fragilidade dessa implementação sem dúvida, recai nas pesquisas realizadas por pessoas Afro Latino Americanos/as que, em sua maioria, (ainda que com todo caráter denunciativo á partir da subjetivação e rememoração da vida no fazer teórico), refletem conceitos e categorias às quais lhes foi complexo compreender, visto os diferentes locais de fala e estratificações sociais.

Fizemos uma busca na plataforma Lattes pelas palavras-chave, intelectualidade negra, direitos Humanos e Memória, não obtivemos nenhum resultado. No entanto, ao filtrarmos essas categorias obtivemos 120 resultados, nos quais ali estavam citados/as todos/as os pesquisadores/os que de alguma forma pesquisam raça e Direitos Humanos. Desses, demos destaque aos autores cujas trajetórias se concentram na igualdade racial intelectual negra.

Um currículo que muito chama atenção é o de Camila Botelho Schuck que, tem como cerne de pesquisa a intelectualidade da mulher brasileira negra na qual, a mesma desenvolve desde os anos 2000 sua pesquisa em torno do processo de educação das relações étnico-raciais e Direitos Humanos.

Eduardo Antônio Estevam Santos Professor da Universidade de Integração Internacional Luso- Brasil África, concentra suas pesquisas na intelectualidade nos países da África à luz da imprensa. Sua principal pesquisa foi nomeada de “Luiz Gama e a Imprensa Negra pós-abolição: a construção de uma memória racializada no processo de mediação da identidade negra.”

Observamos nesse aspecto, que independente dos temas de pesquisas, esses e outros autores caminham nos mesmos locais de fala pois expressam a partir de suas realidades subjetivas ou observações subjetivas seus reclames em torno da igualdade racial e Direitos Humanos.

Outro ponto que demanda reflexão é o epistemicídio da ciência produzida por negros/as, que está diretamente ligado ao contexto histórico de perdas e ausências de Políticas Públicas mais setorizadas e efetivas, que garantam a afirmação e continuidade da memória afro-brasileira.

Por isso, pensar intelectualidade negra afro-brasileira requer de nós primeiramente, um estudo sobre os primeiros mecanismos legais de combate ao preconceito racial, bem como, a recente abolição da escravatura que apesar de representar, em tese, o primeiro marco legal de garantia de Direitos Humanos

onde, esses (Pessoas escravizadas) agora,(reafirmo com todas as ressalvas) são “livres”?

O processo de ausência de direito individual e coletivo no negro no Brasil no final do sec. XIX até a metade do Séc. XX nos faz refletir sobre o “Lugar de negro” em Lélia Gonzalez (1982). Onde a abolição, apenas libertou seus corpos, visto o crescimento/chegada do sistema capitalista no Brasil, que acentuou mais o caráter estrutural do racismo ainda alicerçado nas políticas desde o pau-brasil até o Café com leite, e toda oligarquização dos Direitos Civis e Políticos.

Podemos inferir que a necessidade de um instrumento internacional de combate às formas de opressão, ao passo que representa grande avanço (pois refere-se a um clamor internacional pela promoção da igualdade racial e material), é, ao mesmo tempo, uma expressão das violações de direito às quais o Estado Brasileiro era omissor.

Mesmo face ao intermédio do Governo Getúlio Vargas, no que se refere à criação da Seguridade Social Brasileira. Mecanismos internacionais de proteção de direitos, aprovaram na 42ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra, 1958), a Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho OIT. Que versava sobre o cumprimento legal do Brasil, de criação de estratégias de combate ao preconceito e discriminação no âmbito trabalhista.

A partir de 1968, o Brasil tornou-se signatário da convenção, no que se refere ao impacto no Direito brasileiro, observamos que são introduzidos mecanismo internacionais importantes de monitoramento dos direitos, nos quais exigem do Estado Brasileiro a apresentação de relatórios que apontem, como o Brasil tem cumprido os dispositivos acordados na convenção.

Outra convenção muito importante é a Convenção Contra a Discriminação no Ensino Decreto nº 63.223 - de 6 de setembro de 1968, que firma com Brasil o direito à equidade educacional, que firma padrões educacionais e garante o ensino público gratuito e de qualidade.

Mais adiante, a Convenção Internacional dos Direitos Humanos, criou a Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, decretada no Brasil sob a forma da Lei Nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969. A convenção buscou proteger o direito à igualdade e tolerância, a partir da defesa do respeito às diferenças e que a juventude negra deve ser vivida de maneira equânime.

Em resumo, a convenção objetiva encerrar as discriminações raciais e suas prerrogativas, visando estimular a promoção da igualdade. Assim, aliando a criminalização da discriminação com as políticas compensatórias que viabilizem processos de igualdade de direitos.

Contudo, a segregação racial encontrou na Ditadura Militar, uma grande celeuma para a criação e reprodução de mais violações de direito contra a pessoa negra.

Logo, rememoramos o censo do IBGE de 1970 , que suprimiu da pesquisa, o item relacionado à declaração de raça/cor. Que, ao negar a coleta desses dados, o IBGE afetou diretamente as relações sociais da época e fragilizou movimentos sociais anti racistas, que utilizavam desses dados para efetuar denúncias nesse tocante.

Nesse período, foi desenvolvido um sentimento de pertencimento étnico nos movimentos em torno da igualdade racial no Brasil, em consonância com as lutas por direitos civis políticos e sociais na África na qual, resultou no movimento Black Power que em linha gerais, partia do reconhecimento étnico, através da estética afro centrada.

Em nível internacional de pressão sob o Brasil, ocorreram importantes conferências mundiais contra o racismo nas quais, a primeira foi realizada em Genebra, na Suíça 1978 e reafirmava em sua declaração que todas as formas de opressão e discriminação baseadas em teoria de superioridade racial são uma violação de Direitos Humanos fundamentais.

O mesmo documento, traz a luz a condenação ao apartheid Sul Africano e caracteriza o ocorrido como crime de lesa-humanidade. Nessa mesma declaração foi indicada a inclusão de medidas para melhoria da vida de mulheres e de homens submetidos a desigualdades econômicas em face à racialização.

A segunda conferência mundial, ocorreu em 1983 e afirmou em sua carta que o racismo são aflições contínuas e que essas deveriam ser erradicadas do mundo. essa reunião fez a revisão da primeira década referente á 1973 á 1982 e formulou medidas para assegurar a implantação de instrumentos da ONU para combate á pratica de discriminação racial.

Em virtude do exposto, em 1997 a assembléia da ONU estabeleceu o início do terceiro milênio III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, como momento chave no tocante ás

ações de combate ao racismo, desse modo, em 7 de setembro de 2001 ocorreu a III conferência de Durban na qual 15 mil pessoas representando 173 países se faziam presentes e ouvidos.

Os temas da conferência, abarcaram debates em torno da Xenofobia, homofobia e intolerância correlata. os conferencistas ainda reconheceram em seu documento final a escravidão e o comércio de escravos como sendo um dos marcos mais triste da humanidade não apenas pela sua devastação, mas pelas marcas deixadas na essência das vítimas.

Em tese, a conferência estabeleceu também estratégias para atingir a igualdade plena a partir da cooperação internacional, sob o olhar do fortalecimento das nações a partir de mecanismos de combate ao racismo e ainda reforçou a importância de recursos e medidas de reparação, ressarcimento e indenização nos âmbitos nacional e internacional a indivíduos que tiverem seus direitos violados em face ao preconceito racial.

Em suma, foi um período difícil, pois qualquer tentativa de demonstração de pertencimento étnico era perseguida. Elencamos esses marcos, porque acreditamos na importância e necessidade, que seja demarcado, o lugar onde o negro era posicionado bem como, a alarmante subserviência e ausência de direitos educacionais.

Nessa temática, refiro-me-nos à toda e qualquer relação social, pois como acima citado, os movimentos em torno da igualdade racial, sempre estiveram aliados a outras searas a fim de garantir uma maior integralidade, multidisciplinariedade e efetividade nas lutas e inserções das suas demandas na agenda política dos Direitos Humanos.

E após as diversas lutas, em 1980 é criada a primeira Política de Superação da Criminalização da Discriminação Racial, através do artigo 215 que assegurava o direito a diferença. Posteriormente, a Constituinte de 1988 reformulou que;

Determina, no Art. 3, inciso XLI, que "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"; e no Art. 5º, inciso XLI, que "a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais".(BRASIL, 1988, Art. 3)

Salientamos, que ainda sob pressão internacional, a matéria jurídica foi aperfeiçoada no que se refere às leis 7.716/89 e 9.459/97 que versam sobre a punição de crimes relacionados ao preconceito racial.

Esse importante marco, representou um grande ganho para os grupos organizados, sindicatos e demais categorias da sociedade, pois, em 2003 através da medida provisória 111/2003 e posteriormente lei 10.578, garantiu a inserção equitativa dos/as negros/as em atividades como assessoramento à presidência, participação na formulação avaliação de políticas públicas bem como, a promoção e acompanhamento das mesmas.

Todos esses processos se interligam, no que se refere à tentativa de desviar a atenção do negro da real Questão Social, o Direito a escolarização. Muito preconizado no Governo Lula através da lei nº, 10.639 de 2003 que, trouxe para as escolas a disciplina da história da cultura afro brasileira, estreitando mais ainda, o laço de pertencimento étnico entre os brasileiros.

Por fim, gostaríamos de reiterar que toda essa análise, não está restrita à apenas uma luta específica, mas um conjunto de lutas de minorias socialmente oprimidas pelo sistema político, econômico e social.

Não menos importante, reiteramos que esse debate demanda constante monitoramento e avaliação por parte dos órgãos de controle em Direitos Humanos, pois o reclame por educação, inserção e sobretudo, a inserção e validação epistemológica negra, que está atrelada a uma série de lutas para um fim específico.

Gomes (2009), afirma que a união do diverso gerou uma 4ª fase para os Direitos Humanos pois, as relações sociais acentuaram ainda mais o racismo estrutural onde, Djamila Ribeiro (2019), pontua que as configurações atuais dificultam o reconhecimento étnico e que por esse motivo, todos/as são possíveis racistas.

Renata Ferreira no texto; “10 anos de governo de Lula a Dilma.” A autora faz um balanço sobre as políticas antirracistas entre 2001 e 2016. Para isso, ela faz 3 constatações, a 1ª que o neoliberalismo é um vetor de precarização e não desenvolvimento do Estado. Pois o processo de desregulamentação fiscal e a flexibilização das Políticas Públicas, no que concerne à redução do investimento.

A 2ª constatação é no que diz respeito às políticas neoliberais que tentam redefinir o papel da sociedade civil na qual trata os movimentos sociais como

espectadores das opressões e nomenclatura substitutos Estatais aos quais são travestidos de Terceiro Setor.

Felizmente, essa não é a regra mas, uma das vias que priorizam o setor e consecutivamente, reflete diretamente no manejo com as Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial.

A autora com o 3º aspecto, que aborda o processo tardio da promoção da igualdade racial uma vez que ocorreu ao final do século XX por isso, trouxe um agravamento do racismo estrutural e custou séculos de atraso. Por esse motivo através da portaria 202 de 4 de setembro de 2001 do Ministério do Desenvolvimento cria a primeira política de cotas para negros no Brasil onde 20% das vagas nos cargos de direção eram ocupados agora por pessoas negras.

Ainda, no campo educacional das políticas de promoção da igualdade na educação, a Secretaria de promoção da igualdade racial junto ao CNPQ e o Ministério da Educação aprofundaram os acessos à iniciação científica através das ações afirmativas.

Posteriormente, visando a difusão das boas práticas na LDB no que se relaciona à educação das relações étnico raciais, foi criado o selo Educação para a Igualdade Racial. Ainda nesse tocante, o Programa de valorização da cultura negra; "A cor da cultura" foi uma iniciativa de valorização étnica a partir da repercussão de conteúdo áudio visual e pedagógico, o programa foi iniciado em 2004 para contribuir com a implementação da Lei n 10.639/2003.

Em 2006, foi firmada a Carta Compromisso de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, na X Conferência Nacional de Direitos Humanos ocorrida em Brasília, na qual, apresentava pontos que, tratavam sobre o reconhecimento da dívida histórica para com o povo afro brasileiro e o combate ao genocídio da juventude negra.

Além disso, a carta também fazia denúncias no tocante à esterilização de mulheres indígenas e aponta para a necessidade de rediscutir sobre o fortalecimento do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Essas nuances, trouxeram a luz, questões às quais, apesar de evidentes eram rotineiramente silenciadas, como o genocídio da juventude negra e a violência contra a mulher negra, essas questões fomentaram um debate muito bem localizado na sociedade brasileira através da lei nº12.288 de 2010 que instituiu e alterou o estatuto da Igualdade Racial.

É fundamental que estimulemos a conscientização jurídica, através da eliminação da discriminação racial para isso, se faz necessário que sejam combinadas formas que viabilizem a implementação da cidadania plena e ciente de seus direitos, capaz de tornar efetiva a eliminação da discriminação racial,

Entendendo que essas demandas não são exclusivas apenas ao grupo estudado, referenciamos também, os agentes envolvidos, ou seja, aqueles e aquelas que estão no processo de planejamento, gestão, análise, monitoramento e principalmente no orçamento de Políticas Públicas, pontuando que essas pessoas são responsáveis pela criação e ou avaliação das Políticas.

Salientamos, que os próximos próximos parágrafos retratam os anos de 2018 um determinado momento no qual a pesquisa estava localizada. Nesse sentido, acreditamos que seja necessário manter a elucubração, tendo em vista que devemos nos manter alertas no que tange ao desmonte das Políticas Públicas.

No caso das Políticas em torno da raça, temos no período setores que apesar de importantes não tinham cunho representativo da parcela estratificadamente negra da sociedade.

O ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos era alheio às questões relativas a violações nessa seara e outro espaço que também já representou bastante para o povo afro-brasileiro é a fundação Palmares, também sido espaço de propagação de violação e direito, que estava até o dia 01 de abril sob a direção de Sergio Camargo agora, filiado ao PL para dar início á sua candidatura ao Congresso nacional, deixando os movimentos sociais ainda mais preocupados com o receio dos retrocessos que o mesmo possa vir a trazer ao povo brasileiro.

O Relatório da Sociedade Civil revisão periódica dos Direitos Humanos de 2021 , aborda pontos e recomendações que não foram cumpridas pelo Estado.

Em 11 de abril de 2019, por meio do Decreto n.º 9.759, o presidente encerrou todos os órgãos colegiados bem como, os conselhos e comissões que não foram criados via decreto lei, entre eles a Comissão Nacional dos Objetivos do desenvolvimento sustentável, extinta em 28 de junho de 2019. através do veto n.º 61/2019 da presidência da república, que excluiu a persecução das metas dos ODS do Plano Plurianual 2020– 2023 (Lei n.º 13.971, de 27 de dezembro de 2019). Em resumo, a mensagem do governo para a não liberação dos valores R\$6,8 trilhões para a agenda 2030 é o fato de essa não ser uma agenda prioritária.

Ainda o relatório alerta para a dificuldade de implantação da agenda 2030 e faz a recomendação número 133, de unir esforços para diminuição da diferença salarial entre afro-brasileiro e principalmente entre mulheres, pois a diferença entre os salários de homens e mulheres voltou a crescer.

Segundo dados da PNAD, em 2018, a diferença foi de 26,9% e em 2019 passou para 28,7%, o corte econômico causou o encerramento de programas como “Casa da Mulher Brasileira”, além da diminuição do número de beneficiários do Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e PRONAF.

Em sequência, o documento ainda fala do não cumprimento da recomendação de número 135 que visa aprimorar o programa Bolsa Família, pois 83,9 milhões de reais foram redistribuídos para a secretaria especial de comunicação da presidência da república para serem utilizados em publicidade do gabinete da presidência.

Ainda, as recomendações 139, 141 e 221, que tratam do fortalecimento de Políticas Públicas e acesso igual de afro-brasileiros às políticas de combate à pobreza, denunciam que o Programa 2034 sofreu queda expressiva de 80% em 2019, em relação ao ano de 2014. Saindo de 80,4 milhões de reais, para 15,3 milhões de reais

Por fim, as recomendações de número 46, 47 e 48 reforçam a prevenção bem como a punição das formas de violência quanto à raça, etnia e violência contra crianças indígenas e afro-brasileiras.

Em linhas gerais, no ano de 2011 foi definido pela ONU o ano internacional dos afrodescendentes, por intermédio da resolução nº 64/169 de 18 de dezembro de 2009 da AGNU.

Por isso, as normas internacionais de prevenção e combate ao preconceito e discriminação racial, estão inseridas no sistema especial de proteção dos Direitos Humanos e se diferencia do sistema geral, por ser direcionado para um sujeito concreto totalmente diferente do sujeito abstrato e genérico.

As temáticas trazidas nessa dissertação, nos levam a refletir sobre a relação direta, entre as violações de direitos fundamentais e suas implicações no pleno acesso e desenvolvimento da pessoa negra no Brasil e sua difícil inserção enquanto intelectualidade, que muitas vezes é considerada insurgente no meio social que, devido aos mecanismos de proteção de direitos, deveria ser garantido

integralmente a fim de atingir uma real diversidade de pesquisas e propagação da memória afro-brasileira.

Nesse aspecto de garantia dessa memória, destacamos o PPGDH, que independente de temas de pesquisa, muito influencia no que tange o Aquilombamento de ideias de pesquisadores/as étnicos localizadas epistemologicamente. A seguir, trataremos desse importante espaço de resistência e existência Em e Para Direitos Humanos.

4.2 O NCDH e o Programa de Pós- Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal Da Paraíba

O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos foi criado pela Resolução Nº 28/2006 do CONSEPE. Tanto no âmbito da Universidade quanto socialmente, o Núcleo vem sendo uma das referências no que concerne os estudos em Direitos Humanos no País.

O Núcleo tem uma relação com Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil, no intuito de propor e executar atividades de extensão, com vistas à defesa e garantia dos Direitos Humanos na Paraíba e nas demais regiões onde as extensões se fazem presentes.

Nesse sentido, muito embora já houvesse ações de pesquisa e produção científica no núcleo, tem como objetivo principal a formação de professores pesquisadores e profissionais para atuarem na área de Direitos Humanos.

Logo, o Programa de Pós- Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (PPGDH-UFPB) é um programa *stricto sensu*, Firmado pelas resoluções nº15/2011 do Consuni, que autorizou a criação do Programa de Pós- Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas e a Resolução nº 41/2011 do Consuni, que criou o Programa de Pós- Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas.

Resolução no 51/2015 aprova e dá nova redação ao Regulamento e à Estrutura Acadêmica do Programa de Pós- Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, em nível de Mestrado Acadêmico, sob a responsabilidade do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

É dividido em Linhas de Pesquisa a saber; Direitos Humanos e Democracia: Teoria, História e Política Estudos sobre os fundamentos teóricos e práticos dos

Direitos Humanos. Estudos sobre a história social e conceitual dos Direitos Humanos no Brasil, na América Latina e no Mundo. Memória, história e esquecimento. Democracia, cidadania e Direitos Humanos.

Políticas Públicas em Educação em Direitos Humanos Relação Estado, sociedade e educação. Estudos de natureza teórica e prática sobre os fundamentos educacionais dos DH. Cultura contemporânea e DH. Políticas Públicas para a educação em DH. Teorias, métodos e práticas pedagógicas para uma educação em DH.

Territórios, Direitos Humanos e Diversidades Socioculturais Investigações sobre processos sociais de disputas em torno de território e justiça ambiental. A relação sociedade-natureza: a demarcação das diferenças socioculturais. Diversidade e construção dos DH e da cidadania: relativismo cultural e universalismo.

Atualmente suas produções estão concentradas em Direitos Humanos e Direitos Civis, Políticos e Sociais; Direitos dos grupos minoritários; Direito Multiespécie; Direito internacional. O PPGDH, tem uma abordagem interdisciplinar e conta com professores das quatro áreas do conhecimento, no entanto, vale o destaque para os/as profissionais das Ciências Humanas que representam a maioria.

Por fim, a resolução 58/2016²³, que dispõe sobre ações afirmativas na Pós-Graduação Stricto Sensu na UFPB. para candidatos autodeclarados e oriundos da população negra, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e pessoas com deficiência.

Art. 1º Os cursos de Pós- Graduação stricto sensu da Universidade Federal da Paraíba adotaram ações afirmativas para inclusão e permanência de candidatos autodeclarados ou oriundos da população negra, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais ou pessoas com deficiência. Parágrafo único. Para os fins desta Resolução, compreende-se por Povos e Comunidades Tradicionais aqueles descritos nos termos do Decreto nº 6.040 de 7 de Fevereiro de 2007. Art. 2º Os candidatos aos programas de Pós- Graduação da UFPB, nos termos do artigo anterior, deverão apresentar uma autodeclaração de sua condição ou pertença étnico-racial. Art. 3º Do total de vagas oferecidas serão destinadas às ações afirmativas, no mínimo 20% e no máximo 50%, do total de vagas oferecidas em cada processo seletivo do programa. (Brasil, 2016)

²³ resolução 58/2016

Ainda, chamamos atenção para os indicadores do próprio PPGDH, isto é, o número de vagas e a quantidade dessas que são voltadas para o segmento até aqui abordado.

No tópico seguinte, iremos apresentar os dados quantitativos coletados na pesquisa, nesse aspecto reiteramos que a abordagem desses dados não tem intuito de criticar mas sim trazer à luz a importância da reflexão quantitativa dos acessos, egressos, retenções e evasões dos/as pesquisadores/as negros/as que acessaram o PPGDH.

4.3 Dados quantitativos

Muito embora o programa já utilizasse esse critério nas suas seleções, vale lembrar, que as pessoas negras não eram vistas no sentido de aparecerem sua estratificação nos resultados das listas finais de aprovados(as), dificultando aos intelectuais negros e pertencentes a classes subalternizadas pelo sistema capitalista de visualizarem possibilidades de inserção, permanência e conclusão da pós graduação.

A fim de refletirmos acerca desses indicadores de entrada, evasão, conclusão e retenção no PPGDH observamos nas listas de mestrandos e mestrandas de 2015 a 2021²⁴ que: os indicadores.

Sobre isso, entendo também que o programa de Pós- Graduação em Direitos Humanos da UFPB é sem dúvida um dos pioneiros, no que concerne à ação afirmativa visto que apenas de as ações afirmativas só terem sido aprovadas no âmbito da de toda a pós graduação da UFPB em 2016, o edital de 2015 já previa as devidas vagas para esse grupo social.

Nesse sentido, gostaríamos também de relacionar nossa dificuldade na identificação desses(as autoras) visto que a lista de aprovados/as bem como a de ingressantes não trazia essa referência quanto ao pertencimento étnico e só começa a apresentar esses dados a partir dos editais de 2017.

Dentro das nossas análises, temos em média 20 vagas ofertadas por ano no PPGDH, sendo que dessas, 30% são direcionadas para ações afirmativas. Logo, temos respectivamente.

²⁴ Ver listas em anexos, links com as identificações dos/as alunos/as. Bem como, status do vínculo.

	Entrada geral	Ação Afirmativa (pessoas negras)	Retenção	Evasão	Defendido
2015	26	3	n/a	3	
2016	13	4	n/a	1	4
2017	21		n/a	1	
2018	28	7	n/a		
2019	33	3	n/a	2	
2020	33	10	n/a		
TOTAL	154				

Tabela 1²⁵

Se observamos que no universo de pesquisa compreendido por 154 pesquisadores em tese, deveriam ter em torno de 46 pessoas advindas de ações afirmativas e ao percebermos esses índices de entrada, notamos que ainda a política não é efetiva e ainda que seja efetiva é equânime?

Mesmo que as retenções e evasões não façam referência aos/as pesquisadores/as negros/as do PPGDH, nos perguntamos como se deu o processo de garantia dessa equidade no programa, visto o número de bolsas não ser suficiente para todos/as os/as alunos/as que dela necessitam.

4.4 Intelectualidades negras e Direitos Humanos: Sistematizando os resultado da pesquisa de campo

Inicialmente buscamos fazer a pesquisa de modo que pudéssemos viajar pelos territórios do/as intelectuais estudados/os, sendo que no princípio trabalhávamos com a perspectiva de 46 pesquisadores (de acordo com a listagem encaminhada pelo PPGDH).

Nesse aspecto, objetivamos localizar essas pessoas e entrevistá-las, com vistas a criar um acervo dessa intelectualidade para o capítulo final da pesquisa. No entanto, no decorrer do desenvolvimento da nossa pesquisa observamos a dificuldade prática para tal feito. Pois, nossa dificuldade em localizar os/as

²⁵ Número de entradas, evasões, retenções e conclusões entre 2015 e 2020.

intelectuais, que apesar das incessantes buscas e pesquisas na internet ainda assim, quando os/as encontrarmos nos deparamos com a realidade que repousava no tocante á determinados pesquisadores não quererem suas trajetórias compartilhadas.

Não obstante, com os poucos que aceitaram, temos os impasses territoriais que nos fizeram, como na entrevista com Inafran, buscar o lugar da videoconferência para acessar a história de vida intelectual do mesmo.

Portanto, buscamos durante essa caminhada e de maneira menos formal encontrar espaço e adequação metodológica para essas histórias de vida sociais e científicas, compreendendo categorias de pertencimento intelectual e social elencadas pelos(as) autores(a) até então apresentados nesse estudo. Por isso, perguntas foram lançadas aos/as entrevistadas a saber: Qual sua relação com a escrita desde sua infância, adolescência e juventude?

Essa pergunta gerou muitos questionamentos próprios de pessoas que talvez a ciência não iria dar lugar de representatividade, observo aí uma texto ao qual escrevi ainda com 7 anos de idade onde, eu sinalizava as posturas de caráter racionalizador, por parte da coordenação de uma das escolas que tive acesso para estudar. Isso é, fazia uma exímia análise política e social das relações de poder existentes na escola na qual, havia estudado. Mas isso foi só um parênteses do grande imbróglio de Histórias de Vida.

Sérgio faz parte de um dos motivos pelo qual me colocou nessa busca por saber quem são essas pessoas oquem elas estão fazendo, sem contar que o que nós negros e negras estamos fazendo uma vez que estamos sumindo, a entrevista teve início com a apresentação desse intelectual,

Da sua história intelectual até agora, quem você pensa que você é,? Sergio responde que primeiramente precisa saber quem ele é para saber quem se é Ele relaciona essa trajetória acadêmica com a ancestralidade e necessidade de busca pelo antigo, por isso o autor relaciona e pede licença à ancestralidade.

Fui à Natal entender quais processos norteiam a história de vida como traz conceição Evaristo que chama esse processo de escrevivência como dito no capítulo anterior e esse processo sem dúvida se alicerça também na história de vida de Isabela Oliveira, egressa do PPGDH de 2022. A mesma, acessou as cotas para negros e possui uma importante contribuição no campo da educação.

Isabela Oliveira é graduada em pedagogia pela UFPB, Mestre em Direitos Humanos também pela mesma Universidade. É pesquisadora do Núcleo de Gênero e Educação (IFRN) e também é educadora popular em saúde.

Em 2012 esteve na extensão e formação de multiplicadores na temática de gênero no IFRN. 2014 iniciou a graduação em pedagogia na Universidade Federal da Paraíba. Em 2017, participou da extensão em metodologia ativa, posteriormente em 2018 esteve na extensão escola cultura. Em 2018 no instituto Paulo Freire e em 2020 acessou o Programa de Pós- Graduação em Direitos Humanos Cidadania e Políticas Públicas.

4.3.1 Definição dos objetos da análise

Os objetos de análise da pesquisa foram levantados a partir do número de vezes que os elementos (palavras foram reiteradas pelos(as) entrevistadas nesse aspecto, obtivemos 3 categorias importantes para a análise sendo elas; Memória (reiterada 9 vezes durante as entrevistas); Pertencimento (elencada 16 vezes durante as entrevistas):Acesso (referenciada 15 vezes durante as entrevistas).

Logo, entendemos que essas categorias são caras para os/as entrevistados bem como, para os autores(as) até aqui enunciados(as). Nessa ótica, buscamos por objetivo de análise dessas categorias, entender os atravessamentos e interseções com os autores(as) dos séculos XIX, XX e XXI, visto a necessidade que temos de trazer a luz a longa e repetida história/trajetória do/a intelectual negro/a no Brasil.

Por tanto, a partir dessa identificação, tratamos essas categorias como expressões sociais e intelectuais desses(as) pesquisadores(as). O Próximo tópico buscamos apresentar essas expressões e relacioná-las com as autoras estudadas aqui.

4.3.2 Expressões teóricas e identificação dos resultados

Buscamos explorar as expressões teóricas de autores que passaram pelo programa de Pós-Graduação que, inicialmente, se colocaram para responder a esse questionamento. Atentamos para a sequência cronológica em que esses/as pesquisadores/as estão posicionados/as e a relação deles com o momento histórico relacionado na pesquisa.

Diante das entrevistas²⁶, observamos a necessidade de elencarmos 3 grandes categorias de análise a saber (memória, pertencimento e acessos) às quais durante a pesquisa de campo me foram caras. E, nas entrevistas, foram sem dúvida fator de demarcação étnica e identitária para os/as entrevistados/as.

Intelectuais / eixos	Memória	Pertencimento	Acessos
Sérgio	4 sentenças	7 sentenças	4 sentenças
Brena	1 sentença	2 sentenças	2 sentenças
Livia	1 sentenças	2 sentenças	0 sentenças
Inafran	2 sentenças	1 sentença	4 sentenças
Isabela	1 sentença	4 sentenças	5 sentenças

Tabela 2 - Síntese de Discursos.

A tabela faz referência ao número de vezes que cada pesquisador acessa alguma categoria das mensuradas para dar sentido à sua história de vida. Nesse sentido é possível observar que o eixo memória para Sérgio é algo caro para a sua trajetória. É o que Sérgio reitera durante sua entrevista:

“Tem um livro que conta a história das famílias de Xique Xique. Nessas pesquisas da história da família, eu encontrei esses dois livros [aqui que eu ganhei de presente]. “Memória Viva de Xique Xique,” são dois volumes. E aí nenhum deles conta a história da minha família. Tem vários sujeitos aqui, várias pessoas que foram personalidades de Xique Xique, mas não tem os nomes dos meus avôs e avós.”(Sérgio Ferro, 2022)

Sérgio, afirma haver uma dificuldade no que concerne a historicização da sua árvore genealógica, uma vez, que apesar de haver livros que fazem alusão à história da cidade, esses, não retratam a vida de sua família.

E aí, justamente para demonstrar assim essa falta, não tem uma história escrita, não tem uma narrativa que conte a história dos meus avós, meus avós que expliquem quem sou eu, qual é a minha ancestralidade e o meu pertencimento aqui nessa região. E aí eu fui começar a buscar devagarinho, conversando com os mais velhos e

²⁶ Ver capítulo 5 (Anexos) Item 5.1 Transcrições.

cheguei nessa história de minha avó. Nasci aqui em Tiririca, numa fazenda. (Ferro.,2022)

Nesse sentido, Sérgio busca estudar a partir de sua historicização familiar, elementos que dialogam com seu processo de escrita. por isso, ele traz em sequência:

(Sergio) Estou nessa pesquisa, mas eu estou trabalhando com os documentos. Eu quero entender o discurso do Estado.

Só que eu preciso saber a minha História, o meu lugar, quem eu penso, quem eu sou, para poder me colocar diante do Estado. E me apropriar, questionar e resistir ao discurso do Estado. Então, eu fui conversar com esses parentes.

E aí, escutei histórias de alguns parentes que tinham muita vontade de estudar, mas os seus patrões não deixavam, não permitiam que fossem para a escola, porque tinham que trabalhar. Outros que não tinham nem a roupa, o uniforme, o sapato, para entrar na sala de aula, ficaram assistindo da janela ou da porta, as aulas, com desejo de estudar, de aprender, mas as condições materiais não permitiam. Ou então não tinham caderno, livros.

Então, há uma diversidade de histórias na minha família. E esse sou eu. Eu penso que eu sou esse Sérgio que veio depois desse bocado de gente, em que cada um foi construindo um pouquinho dessa história. Hoje eu estou em um lugar melhor, mais privilegiado socialmente do que estávamos meus antepassados. E isso me dá ânimo. (Ferro, 2022)

Em suma, Como observado no próprio currículo Lattes²⁷ do autor, esse se dedica a estudar Direitos Humanos e desenvolvimento Regional, sob a perspectiva da historicização dos povos originários, categoria também importante para o pesquisador. Isabela por sua vez, aborda a memória como sendo algo também caro à sua trajetória. Trazemos abaixo, um trecho em que a autora reitera essa categoria

(Isabela) Então, eu tenho uma recordação da minha avó me levando para as passeatas. Eu acho que eu tinha 5 anos, 6 anos de idade, então eu via lá, a gente andava quilômetros e quilômetros, levando o caixão lá com governador, [simbolicamente], a estética do movimento social naquela época. Havia muitas bandeiras e eu me perguntava, o que é isso? E aí, via minha avó fazer a fala.

²⁷ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7090480377770997> Acesso dia <06/02/2024

Logo, o lugar de protesto sem dúvida é marcante para Isabela, visto que sua avó materna é constantemente referenciada durante a entrevista, como ela reitera abaixo.

(Isabela) Então, eu venho desse lugar também dessa militância, na família. Por parte da minha avó, que perpassa o seu fazer e o seu processo de trabalho. E aí, na minha juventude fundamental 2 e no ensino médio, eu me inseri nos movimentos sociais aqui em Natal.

Essa passagem é interessante pois, Djamila Ribeiro em entrevista para o portal Geledés²⁸ também afirma que sua militância vem dos ensinamentos de seu pai;

Meu primeiro contato com a militância foi na infância porque meu pai era ativista, do movimento negro, militante. Ele foi um dos fundadores do Movimento Comunista em Santos, então eu e meus irmãos — tenho dois irmãos e uma irmã — passamos boa parte da nossa infância indo a atos, participando de reuniões dentro do partido. Ele conversava muito com a gente sobre a questão racial dentro de casa. Então, isso era um tema, desde selecionar o que a gente ia assistir até como incentivar a ler. (RIBEIRO, 2018)

Na contramão dessa perspectiva, Brena nos chama atenção para seu processo de escolarização, que se deu modo bem autônomo, sem privilégios ou heranças familiares;

Então como eu fui a primeira pessoa em 95 anos que se formou, interessante, que a minha avó hoje tem 95 anos. Eu fui a primeira da família a entrar na universidade, que só podia ser universidade pública, né? Ninguém ganhou dinheiro. E ninguém disse, Brena, tem que fazer vestibular.

Ou olha... o'que se faz no vestibular, minha gente. É uma prova, né? É uma prova igual da escola?. Não, só no terceiro ano, que tem mais ou menos aquele direcionamento vocacional de vestibular é que a gente vai saber o que é vestibular.

E aí, eu via muita gente muito focada, muito direta, muito direcionada, porque o pai era assim, e o tio era assim, isso aqui é assim. E eu não tinha um referencial para poder dizer, [..Brena, é assim, né?] Então tudo era muito novo, ainda é muito pela primeira vez. (BRENA MIRANDA, 2022)

²⁸ Disponível em;

https://www.geledes.org.br/djamila-ribeiro-gente-luta-por-uma-sociedade-em-que-as-mulheres-possam-ser-consideradas-pessoas/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiA8YyuBhBSEiwA5R3-E5Kit8bwcufpa77QE0-_q2XTbIQ-r7rfkzyMD0saPLL76HDN1GH5KhoCiiYQAvD_BwE <Acesso dia: 07/02/2024>

É importante acessar a trajetória de Carolina Maria de Jesus, que estudou até o segundo ano do Ensino fundamental e muito embora tenha aprendido a ler e escrever, essa por sua vez, não teve acessos familiares (Livros, professores, cobranças acadêmicas) que oportunizassem ou garantissem o direito de saber o que se podia fazer com a etapa de letramento que havia passado.

Nesse sentido, Carolina Maria de Jesus e Brena, são protagonistas de uma reflexão importante, a a-temporalidade do direito educacional bem como, a negação ou invisibilização do mesmo.

Gostava de ler, era muito curiosa, gostava de rever, e acabava que eu me destacava na sala, era essa pessoa aí, que gostava, realmente de estar em cena. Aprendi a ler muito cedo, sempre com muita autonomia. Meu pai e minha mãe trabalharam por inteiro, e eles não tinham tempo de olhar meu caderno, porque sabiam que eu fazia sozinha, sempre fiz sozinha. As memórias, obviamente, de potência, são, a partir de 5 anos, memórias mais completas.

E já me recordo, desde a época, de fazer tudo sozinha. E na educação fundamental, minha paixão por estudar aumentou.(Livia,2022.)

Em relação os/as entrevistados/os, que a categoria pertencimento étnico é basilar na história de vida. Por isso, por memória entendemos que apesar dos/as entrevista/os terem referenciado sua família, ainda assim, se fazia necessário a busca por esse lugar que daria sentido às histórias, sobretudo, as memórias desses indivíduos.

É importante pontuar o livro Olhos d'água, de Evaristo (2014), onde a autora reflete sobre a cor dos olhos de sua mãe;

E foi então que, tomada pelo desespero por não me lembrar de que cor seriam os olhos de minha mãe, naquele momento, resolvi deixar tudo e, no outro dia, voltar à cidade em que nasci. Eu precisava buscar o rosto de minha mãe, fixar o meu olhar no dela, para nunca mais esquecer a cor de seus olhos. Voltei, aflita, mas satisfeita. Vivía a sensação de estar cumprindo um ritual, em que a oferenda aos Orixás deveria ser descoberta da cor dos olhos de minha mãe.E quando, após longos dias de viagem para chegar à minha terra, pude contemplar extasiada os olhos de minha mãe, sabem o que vi? Sabem o que vi? (Evaristo. 2014. pg 15)

A Diáspora territorial, talvez não seja apenas um reclame de Evaristo, mas também de diversas crianças, jovens e adultos negros e negras que tiveram suas infâncias cortinadas pelos seus pais afim de amenizar a desigualdade.

No entanto, como pudemos observar nos trechos das entrevistas, sempre os entrevistados/as recorrem às suas memórias para dar sentido às suas pesquisas. Nesse tocante, descortinando esse véu que mais tarde é categorizado como um processo de racismo estrutural, que é gerador de pertencimento étnico e identitário para os/as entrevistados.

Falar dos pertencimentos, né? E a sociedade sempre quer retirar da gente o nosso pertencimento, seja porque você não é 100% negro, seja porque você não é 100% pobre. Então, se você não, se você não é 100% pobre, você não tem o direito de falar enquanto pessoa negra. Então eu vi muito isso ocorrer. Eu vi muito isso ocorrer não só comigo. (Sérgio, 2022)

A memória é um fator importante no que tange às pessoas negras, pois é nela que está localizada a história de lutas e resistências que moldaram as diversas identidades e consequentemente, contribuíram para a construção de nossa sociedade. Por isso, podemos inferir que é na memória coletiva que está guardado todas as conquistas e superações, mas que, também é nela que guardamos as dores e injustiças vivenciadas através dos séculos.

É necessário que uma memória seja preservada e valorizada, uma vez que corrobora na promoção e desenvolvimento do conhecimento e na alusão das raízes culturais negras.

Além disso, a memória é uma fonte de empoderamento, não só para pessoas negras, ela inspira gerações a se orgulhar de sua ancestralidade e também a lutarem pela igualdade e justiça racial.

Por tanto, lembrar e celebrar a memória das pessoas negras, significa para os/as entrevista/os/as o fortalecimento de suas identidades, visto que aí é construído o legado de resiliência que culmina no fortalecimento do pertencimento étnico como aponta Isabela.

(ISABELA) Eu tenho uma amiga chamada Gislaine, que é professora também, uma mulher negra que milita comigo no movimento de mulheres, que fala que o exemplo arrasta. Inclusive eu escrevi recentemente. Esqueci até de falar esse livro. Escrevi que um dos capítulos deste livro é comigo. Gislaine essa colega que eu falei, Cláudia Gazzola e Lena. É um livro chamado Semeando Feminismo Práticas Políticas de articulação das Mulheres Brasileiras. Foi publicado. Eu peguei esse livro faz nem dez meses e foi publicado recentemente pela AMB e nós construímos uma parte de um capítulo

e um artigo, falando sobre a nossa prática política aqui na cidade, sistematizando a nossa história do ativismo, como a gente pensa a prática política. Então e aí, essa colega Gislaine Ela sempre fala assim e o exemplo arrasta, né? Muito mais do que as palavras, você é o exemplo. Construir esse processo de representatividade. Ele lhe dá fôlego para que os outros consigam o querer ocupar esse lugar. Hoje, aqui a gente tem muitas pessoas na periferia a qual faço parte, que estão conseguindo galgar esses espaços por causa das políticas públicas, né? Pela política de cotas, pela política de cotas do ensino médio, de cota racial.(ISABELA, 2022)

O pertencimento étnico é uma dimensão importante da identidade de muitas mulheres negras, que se reconhecem como parte de um grupo cultural, histórico e político. No entanto, o pertencimento étnico também pode ser fonte de discriminação, exclusão e violência, especialmente em contextos de racismo e sexismo.

Por isso, é fundamental que as mulheres negras possam afirmar seu pertencimento étnico com orgulho, resistência e solidariedade, buscando espaços de valorização e reconhecimento de sua diversidade e contribuição para a sociedade.

Minha mãe é que eu ia ter a pele quente, e eu vou ter a pele quente, e sei da diferença do que ela passou e do que eu faço. Então, vai que eu fiquei dessa coisa do que eu faço que tinha lá. O que é que era esse fato? É os professores que explicavam que, basicamente, as pessoas que não eram brancas, mas que não eram pretas, né? Que não eram muitas, mas que não tinham e que era isso, né? Mas um homem não se aprofundava.

E eu fiquei mais sentado, então, é uma declaração, né? É o pior, né? Então eu sou fata. Mas eu não entendi o que era. Entendi que a cor estava escutada até na parte.

Depois, na verdade, essa questão da identidade, quanto mulher vida, realmente foi uma acessão universitária que a gente conhece no estudo, a gente está profunda no debate, então eu saí da literatura brasileira que me trazia aquela realidade, né? Que são, assim, sempre mostram conflitos e violências dentro da principal personagem, mas que a gente sabe que é real e que a gente já viu e que já viu, né? Dentro da sua família, dentro da sua boa, dentro do ensino e do mundo. Isso é o óbito de vivência. Porque era aquilo e até então você não sabia o nome.(ISABELA, 2022)

O pertencimento étnico é uma seara importante da identidade de muitas mulheres negras, que enfrentam desafios e discriminações na escola por causa de sua cor, cultura e origem. Por isso, é fundamental que as mulheres negras se

reconheçam como sujeitas de direito e de conhecimento, e que tenham oportunidades de expressar sua voz, sua história e sua cultura na escola, como reflete Isabela.

Logo, temos que educação é uma ferramenta ímpar para o empoderamento de mulheres, sobretudo negras, pois esse empoderamento reflete diretamente na construção de uma sociedade menos desigual.

Então foi a partir daí que eu iniciei o estudo das relações raciais e também a universidade. Viver na universidade por uma oportunidade que me foi dada. Eu podia ser uma mulher que viveu à universidade, assim que entrei no mestrado, mas que não necessariamente fazia um estudo dentro do que conhece e que se identificou, que eu dizia que eu era uma mulher negra, antes eu era uma mulher clara, antes eu era uma um, antes eu era cor de chocolate, até então eu me pertencia com a mulher negra (ISABELA, 2022).

O estudo das relações étnico raciais é uma área de pesquisa importante pois, é nela que podemos compreender a desigualdade, conflitos e resistências que marcam a sociedade afrolatino americana.

Nesse sentido, o objetivo de Isabela em seus textos é apresentar perspectivas teóricas e metodológicas, que facilitem o acesso para análise das relações étnico raciais no Brasil. nesse interin Isabela também discute os desafios e possibilidades da atuação profissional de mulheres negras e nesse campo, considera fundamental as demandas sociais e políticas que emergem da luta antirracista

Os locais de acesso ao ensino básico e superior são fatores fundamentais para o acesso aos programas de Pós-Graduação. Nesse aspecto utilizamos a categorização de acessos para refletirmos o espaço acadêmico nesse aspecto podemos constatar que apenas uma das entrevistadas não relaciona os acessos ao seu fazer intelectual.

Brena, traz uma das duras realidades das famílias negras nas quais os pais trabalham para garantir uma melhor educação para os filhos/as.

(Brena) Meu primeiro contato com o Ensino Público, foi na universidade. Toda vida era colégio particular. Aí meu pai era trabalhador, né? E aí ele tinha uns patrões dele e pagava a nossa escola, a minha irmã.

(Brena) Então era como se fosse um dinheiro direto. Ele preferia estar nesse trabalho e pagar uma escola de qualidade, o ensino público, né? Do que ele ir para outro setor, para outro trabalho e não ter esse benefício, né? Vendo assim, percebia que o chefe dele, fazia como se fosse um favor, né? Uma coisa a mais, um bom doso a mais.

(Brena) Aí isso a gente sempre estudou em colégio particular. Só que tipo assim, uma coisa que eu sempre refletia, né? Até chegar na universidade é que é sempre colocado para a gente que tem que estudar para ter um futuro melhor. Você tem que estudar para ter um futuro melhor. (BRENA, 2022)

Sobre isso é interessante ressaltar Sueli Carneiro²⁹, que aponta alguns elementos dos quais para ela, foram de suma importância no fazer teórico da mesma. e ainda nesse sentido ela ratifica essa categoria de desmerecimento do corpo negro no âmbito escolar como fator demarcador de tema e trajetória de sua escrevivência.

Por outro lado, os demais entrevistados reiteram e ratificam que os locais de acessos foram sem dúvida, privilegiados no que concerne à equidade educacional.

Eu tive alguns acessos, né, primeiro me colocar territorialmente, né, como é meu corpo, território, dos lugares que eu acessei educacional, no âmbito educacional estão colocados, né, eu nasci em uma periferia da cidade de Natal (Isabela. 2022)

Então, com relação a essa coisa da leitura e da escrita, começou na minha vida desde muito cedo, né, na infância. E eu tenho a reflexão que nesse momento, a minha família conseguiu pagar, para conseguir garantir acesso à educação, mesmo por meio privado, né, isso me garantiu e deu alguns caminhos pra que eu construísse a trajetória que eu construí hoje. Por exemplo, a minha mãe, ela se formou depois que eu estava na universidade. (Isabela. 2022)

Podemos perceber que o eixo acessos está diretamente relacionado ao pertencimento territorial e étnico dos/as entrevistados como Isabella afirma:

²⁹ Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da auto-estima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio". (CARNEIRO, Sueli. Epistemicídio. Geledés, 04 set. 2017)

Minha avó é professora aposentada hoje, do governo do Estado, do Rio Grande do Norte, era professora, do Magistério, né, primeiro naquela época era a quarta série, né, hoje é quinto-ano, é, e eu sempre tive essa referência dessa minha avó que sempre foi professora, que é pedagoga, né. Eu perdi meu pai muito cedo, com oito anos de idade, então eu fui criada no núcleo familiar, que era minha mãe, meus irmãos, eu tenho dois irmãos, é, minha avó, minha tia e o meu avô, né, era essa a minha conjuntura familiar. (Isabela Oliveira. 2022).

O caso de Isabela é uma especificidade entre os entrevistados, visto que a mesma vem de um seio familiar que já é inserido no contexto educacional. Nesse aspecto, favorecendo a garantia da educação de qualidade para a entrevistada.

Ainda nesse eixo de acessos, Livia relembra o quão aplicada era/é no que se refere a trajetória intelectual, relembra também os prêmios e os acessos que teve face à sua dedicação aos estudos.

(Lívia)E eu me lembro de, quando tinha mais ou menos 9 anos de idade, eu ganhei uma pequena premiação aconteceu em Fortaleza, Outra vez, um pessoal da escola me deram um voucher para estar ali em Fortaleza, porque eu era a pessoa que mais estudava, na escola. E aí, na minha leitura, obviamente, eles gostavam de meu caderno, sei lá, eu sou autodidata por exemplo. Mas, assim, cada leitura era mais bonita assim, eu lia tudo, assim que acabava de ler.

(Livia) Aí, por exemplo, um amigo que é um pouco mais velho do que eu, estudava para comer na mesma escola, e ele percebia que eu gostava de umas coisas meio realistas. (LIVIA, 2022)

Uma interlocução potente com a trajetória de Lívia, são os prêmios que Djamila Ribeiro ganhou pela importância de seus textos, como o prêmio Jabuti pela autoria do livro “Pequeno Manual anti-racista.”. Por isso, ainda que entendamos os diferentes locais de acessos desses pesquisadores, voltamos para o lugar da ancestralidade para dar sentido à esses acessos, como Sérgio nos alerta;

(Sérgio) E assim, os mais velhos, eles contam histórias ainda de negação de direitos mais. Fortes, do que comigo, do que com os meus pais, os meus avós, tiveram histórias de negação de direitos mais poucos. Quando eu fui começar com os parentes, eu fui fazer um lado de uma pesquisa informal do meu doutorado.

Talvez, esse não seja uma dificuldade reduzida a família de Sérgio, uma vez, que 100% das entrevistadas, também relataram essa dificuldade mas que, seus

processos de escrita e busca pelo que seria um diásporismo intelectual no seio familiar, sem dúvida é elemento motor nos processos de estudo desses autores(as).

(Sérgio) Eu estudava e volta e meia ajudava meus pais no bar. Estudei pela manhã um tempo e aí de tarde, eu os ajudava. Outro tempo eu estudei à tarde e ajudava de manhã. Eles sempre frisaram isso de que era importante e eu entendi o muito trabalho desde cedo. Desde novo.

(Sérgio) Além da necessidade da família que não tinha condições de contratar trabalhadores, então era nós da família mesmo que tinha que participar lá e trabalhar na medida do possível. Mas isso não impactou a minha formação. Porque apesar disso, na casa a prioridade era o estudo. Acima de tudo estava o estudo. Então não teve esse atrapalhamento.(Ferro, 2022)

Notamos que o campo dos acessos e negações de direito aos negros no Brasil, são uma questão histórica e social que ainda persiste na atualidade. A população negra enfrenta diversas formas de discriminação, violência, exclusão e invisibilidade que afetam sua cidadania, sua dignidade e seus direitos humanos.

Apesar de algumas conquistas e avanços na legislação, na educação e na cultura, ainda há muito a ser feito para garantir a igualdade racial e o combate ao racismo no país, como aponta Sérgio.

(Sérgio) Hoje eu estou em um lugar melhor, mais privilegiado socialmente do que estávamos meus antepassados. E isso me dá ânimo. Isso é bom. Isso é bom. Só não é melhor porque ainda existem muitas pessoas com seus direitos negados, que ainda não têm direito à escolarização, assim como meus avós lá, não sei quantos anos antes. Nos dias de hoje, ainda tem pessoas passando por situações muito parecidas. Então, a marcha ainda é grande, ainda continua com outras famílias. Então, eu sou essa pessoa, não sei, tinha algo dentro de mim que sempre me incentivou, sempre quis estudar, sempre quis estar na universidade. Eu não sei o que dizer, que ali seria o meu lugar nesse mundo.(FERRO, 2022)

É válido notar, que para o povo brasileiro a questão do não lugar referenciado por Pires, (2019) é sem dúvida fator que determina o local de produção da amostra estudada. Brenna, ainda retrata durante a entrevista com a seguinte indagação reiterando não apenas Pires (2019) como também Ribeiro (2017) e Gonzales (1984);

Porque a gente está adoecendo mais, porque nós somos a maioria da população não é porque a gente não tá acessando melhor a qualidade de vida e saúde do Brasil mas, só que ninguém pesquisa isso ninguém tipo ninguém, ninguém velho mas assim então porque todo mundo aqui do renal transporte renal é homem e mulher negra por que? Não, deixem você passar, entendeu? e aí foi a primeira, por mim foi a primeira vez que me tocou não, foi a primeira oportunidade depois que eu terminei a graduação. (BRENA,2022)

Em uma última análise, trazemos a entrevista com Inafran no qual nos chama atenção, pois o mesmo optou por relatar os processos de perseguição e ausência de Direitos Humanos que o mesmo enfrentou durante seu tempo na pós graduação em Direitos Humanos. Como exemplo, ele denuncia a distribuição de bolsas no programa:

Diziam que as bolsas iam ser distribuídas prioritariamente para os inscritos no Programa de Ação Afirmativa e não para os selecionados pelo Programa de Ação Afirmativa. E eu tinha me inscrito no Programa de Ação Afirmativa. Só que eu tirei em primeiro lugar e a interpretação que o programa deu, foi de que não dá para você ter direito.

Eles penalizam o mérito, né? Para você ter direito a bolsa, você deveria ter ficado lá no “rabo da gata”. Então você não precisa da bolsa. Você não é negro para ter essa bolsa, Porque na verdade, na verdade, o que aconteceu foi que eles fizeram uma grande lambança institucional, administrativa, meteram os pés pelas mãos.

Eles não. ***** que era uma pessoa horrível, de péssimo trato, uma profissional antiética, daquelas de pior qualidade, né? Que eu realmente não sei como aquela pessoa é respeitada, né? Porque é realmente uma pessoa que demonstrou uma profissional. Enfim, eu já lidei na universidade com muita gente, mas assim como ela. É realmente muito difícil de encontrar, né? Porque ela é sorrateira, né? Você vai percebendo o quão***** Ela é conforme ela vai se mostrando, né? E quando você vai, quando você percebe, tá o demônio já configurado diante de você. Então fizeram uma grande, grande. Lambança institucional, distribuíram para a turma anterior as bolsas que deveriam ter sido distribuídas para a nossa turma.(Inafran, 2023)

A denúncia de Inafran, se refere não apenas aos acessos, pois o acesso desse pesquisador se deu via Ações afirmativas, mas sim da permanência deste no programa, que de acordo com o entrevistado foi alvo de uma “lambança institucional”.

Mais a frente, o mesmo traz nomes de professores³⁰ renomados no Programa e o processo de negação do direito à bolsa conquistada via mérito acadêmico,

E aí colocaram. Alguns estudantes da turma anterior, porque eu não sei se continua sendo assim, mas antes a bolsa era dada por um ano e renovada por mais um ano. O que não acontece em programa nenhum. Só aí, né? E aí, o que que aconteceu? Tinha uma orientanda de ***, que inclusive era o meu orientador, que era bolsista e tinha ido fazer intercâmbio na Itália. E aí se eles adotassem a interpretação? É preciso dizer, né? Uma orientanda branca e bem nascida de ***** Que estudavam umas coisas. Enfim. Enfim. Mas que estava na Itália e que se ela perdesse a bolsa ia ficar na Europa sem bolsa. Tadinha, né? E eu em João Pessoa? Podia. Ficar passando fome, né? Ela na Itália não podia ficar sem bolsa. Então o que aconteceu no final das contas foi isso. E foi uma coisa absolutamente desgastante, né?

Evaristo (2018) afirma que o mundo, no que tange a experiência, fica cada vez mais empobrecido uma vez que perde sua dimensão unitária feita pelos contadores de histórias . São substituídos por aqueles/as que não tem lugar de fala e consecutivamente não conseguem falar com exatidão sobre as preocupações mais importantes do objeto. Voltemos a Inafran:

A turma. Entrou depois com um requerimento perante o colegiado que foi relatado por ***** Também outro passador de pano. O outro, Enfim. E é aí. Bola rolou. Eu vim embora para São Paulo, cumprir os créditos e ir embora para São Paulo procurar meio de vida. Mesmo porque não tinha como ficar em campo em Campina Grande, nem em João Pessoa sem ter emprego, sem nada. E vim para aqui, para São Paulo. Pra tentar a vida, né? Pra fazer alguma coisa, enfim, pra tentar me enquadrar aqui em algum lugar. (Inafran, 2023)

Observamos ai, um dos motivos pela quase inexistência de negros/as no meio acadêmico, sobretudo, na condição de pesquisadores/as visto a perversa exclusão socio-espacial, intelectual que o sistema educacional impõe. Ainda sim, a intelectualidade negra vai buscando seus caminhos de crescimento, mesmo com tantos e tantos entraves e percalços

Isso ficou pendente. A minha qualificação é a defesa do mestrado, né? Que eu já tinha perdido novamente toda a vontade de realizar, mas estava fazendo na força do ódio, sabe? Comecei a trabalhar aqui. Fiz

³⁰ Salientamos que a discussão aqui proposta não repousa sob o olhar de indagar quem está correto, mas sim, de trazer à luz aquilo que ficou subsumido e engasgado na trajetória desse pesquisador, que reiteradas vezes se desculpou por não estar falando dentro da perspectiva do objeto da entrevista.

a qualificação e fui aprovado no doutorado aqui de Direitos Humanos da USP, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Novamente sem conhecer ninguém, né? Mas enfim, fiz o processo seletivo e fui aprovado. (Inafran, 2023)

O meu prazo final para terminar era julho agosto de 2017. Só que aqui no no doutorado eu precisava entrar em fevereiro. E aí foi uma grande corrida contra o tempo para eu conseguir defender a dissertação em 2017. Sem nenhum tipo, devo dizer assim, com muita pouca disposição de *****, de fazer acontecer. Né? Eh. Mas eu me mobilizei e tal para que isso acontecesse e eu não perdesse a matrícula aqui no doutorado.

Talvez por isso não seja por acaso que os estudos acadêmicos de cunho denunciativo são em sua maioria suprimidos nos Programas de Pós-Graduação. E quando esses intelectuais negros/as se propõem a tal feito são automaticamente substituídos ou têm suas pesquisas preteridas:

Terminei a dissertação de uma forma inadequada porque realmente eu estava terminando a dissertação, não para concluir o mestrado, mas para se livrar daquelas pessoas e daquele ambiente, para tentar novamente construir uma outra nova história aqui, né? E aí? Só assim, aos trancos e barrancos, consegui marcar essa defesa para janeiro de 2017. Foi quando ela aconteceu, né?

A defesa teve como membros da banca **** e *****. E foi um show de horrores. Eu sabia de todas as deficiências que o trabalho tinha. Tinha consciência disso, de que ele não tinha feito. Inclusive, eu tinha mais seis meses para terminar a dissertação. Mas acusação é acusação de plágio. Teve, né? E veja, eu que sugeri ***** para banca. Eu que sugeri, né? Ele me tratou de um jeito. Eu fiquei assim. Eu simplesmente não entendi porque você tá me tratando desse jeito. Me tratou de uma forma que eu nunca vi. Ninguém é tratado numa defesa, como ele me tratou. (Inafran, 2023)

Ao final da entrevista, o pesquisador nos alertou para a importância de não realizarmos qualquer tipo de denúncia durante a escrita da dissertação tendo em vista a possibilidade de uma possível retaliação institucional.

Esses processos nos fazem refletir sobre o silenciamento epistêmico que assola muitos pesquisadores/as negros/as e os/as impede de falar de si e sobre si. E são questões estruturais, com pouca resposta institucional. Eis outro desafio.

Em suma, acesso, pertencimento e memória negra foram conceitos fundamentais para compreensão da história e formação identitária afro-brasileira, em especial, nosso campo amostral. Entendemos aqui o acesso ligado à capacidade de participar plenamente da sociedade, usufruindo de direitos e oportunidades. Quanto ao pertencimento, entendemos, após as entrevistas, que é o sentimento de

identidade e reconhecimento com um grupo ou uma comunidade e por memória negra constatamos que é o resgate e a valorização do legado dos ancestrais indio-africanos e seus descendentes na formação do Brasil.

Esses três elementos se relacionam e se fortalecem mutuamente, contribuindo para a afirmação da diversidade e da cidadania no país. Por tanto, a utilização dessas categorias para análise dos dados foi fundamental para o entendimento dos processos intelectivos dos autores(as) estudados(as).

4.3.3 Avaliação dos temas propostos

Durante a pesquisa nos lançamos a refletir sobre a produção intelectual negra em Direitos Humanos a partir, do reconhecimento da memória intelectual desses sujeitos/as, a fim de garantir uma real diversidade de pesquisas.

Quanto ao objetivo da análise temática, podemos considerar que conseguimos responder às questões que nortearam a pesquisa. Sendo que do ponto de vista teórico, conseguimos encontrar no processo prático os itens que ligam as gerações de intelectuais.

No que se trata dos objetivos específicos; apresentar a contribuição dos intelectuais negros/as para os Direitos Humanos através da Análise de suas trajetórias, consideramos que apesar de não termos conseguido 100% de alcance dos/as intelectuais, acreditamos ter atingido nosso objetivo de elucidar de maneira prática os discursos teóricos elencados nos capítulos anteriores. No entanto, a mostra em questão apresentou similaridades importantes com as demandas objetivas e materiais apresentadas por autores do Séc XIX, XX e XXI.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ALTERNATIVA É AQUILOMBAR:

O mundo da experiência comunicável fica cada vez mais pobre, se perde a sua dimensão unitária e os contadores de História, são substituídos por quem não consegue falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes. (EVARISTO, 2018. Pág 148)

Em primeiro lugar salientamos que foi urgente entender a intelectualidade negra a partir da análise das enunciações epistemológicas de autoras(es) com pertencimento identitário localizado na busca diaspórica.

Para isso, trouxemos elementos que demarcam não apenas o conhecimento Afro-Brasileiro mas, também o processo colonial e Pan-africanista de Aquilombamento afro-latino-americano. Nesse sentido, a pesquisa buscou em Lelia Gonzalez (1976) e Carolina Maria de Jesus que pautaram durante suas trajetórias a afirmação no processo de escrevivência mais tarde afirmado por Evaristo(2018).

Não obstante, nos foi importante enunciarmos a visibilização de autores e autoras nos quais, a própria ciência talvez não de enfoque, como Firmina dos Reis que, defende em seus pressupostos teóricos o lugar da mulher negra, mãe e periférica não menos importante, Beatriz Nascimento foi um brinde na nossa pesquisa pelo seu caráter aquilombador em seus textos.

Ainda, salientamos a diáspora muito bem posicionada, a qual tive a oportunidade de conhecer na Universidade de Integração da Lusofonia Brasil África, onde, também ressalto a importância desse Aquilombamento contido nessa universidade que, se soma a Unila, no sentido de repensar as territorializações que de fato são importantes para a demarcação da identidade afro-latina americana.

O processo metodológico da pesquisa, utilizou a bricolagem e da etnopesquisa em Sydney (2008) para entender de modo sistêmico como se configura os núcleos de pertencimento e categorias elencadas.

Como vimos no capítulo 1, no qual tratamos a história do corpo no Brasil e suas implicações na sociedade do período que compreendido pela invasão do Brasil até sua “saída estratégica” no século XIII, podemos perceber que adentramos em uma perspectiva que talvez não seja muito bem aceita no processo do fazer científico.

Mas, ratificamos que não tivemos a pretensão por indexação nessa ciência dita coerente, uma vez, que buscamos o Aquilombamento. (nem que para isso, recorramos a criação de métodos que desenvolvam mais nossas categorias epistemológicas.)

Essas epistemologias sem dúvida, foram um mescla ou melhor, um resultado de um longo estudo bibliográfico bem como, um estudo prático, onde buscamos entender a partir das histórias de vida elencadas durante minha viagem em torno ou em busca de intelectuais sociais e científicos e nas entrevistas realizadas via meet.

Ainda, refletimos sobre a busca quase que ancestral pela episteme roubada/levada pela Europa no sec. XV. Gostaria de fazer uma pausa nesse transbordar de teorias para perguntar para você leitor (a) quem você pensa que é?

Logo, a educação pública no Brasil, sempre foi um projeto de exclusão ou seja sempre excluiu grupos vulnerabilizados e também mesmo no currículo e nos livros de história ocorre um certo epistemicídio.

Por isso, há uma luta e principalmente com essa luta, ouve bastante e questionando o papel da escola como fonte como principal mecanismo de transformação social e esse questionamento foi um equipamento que nos emociona porque não com a entrada desses corpos nessa história é essa história secular é feita para a gente não saiba de onde a gente veio e nesse processo houve a base de muita luta uma conquista de um governo democrático e popular que marcaram uma das maiores revoluções educacionais que o país já.

Utilizamos o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, para apresentar nossa perspectiva de enunciar as tentativas de apagamento dos processos sócio-históricos entre os séculos XIX, XX e XXI.

Sobre as epistemologias encontradas nas buscas que fizemos pelas territorializações que buscamos entender, compreendemos o o lugar de sentido para o/a pesquisador/a negro/a entrevistado/a.

Inicialmente, trouxemos os intelectuais na medida em que fomos caminhando pelos territórios do país, para isso objetivamos apresentar ao leitor as entrevistas construídas nesse tempo de viagem.

Buscamos nessas entrevistas, demarcar os processos históricos que atravessam o povo brasileiro, entendendo que existem questões de cunho subjetivo ligado a história de vida das pessoas que os/as fazem escrever sobre suas vivências.

Nossa busca iniciou em Recife onde, não apenas a questão cultural pulsa no coração e vielas da cidade. Dentre as entrevistas que analisaremos é sem dúvida, um dos principais motivos da pesquisa foi um encontro de referências e epistemologias que se enunciam por um lugar das ruas.

Por isso, fomos de fato na casa dessas pessoas e também na ruas onde essas pessoas estão localizadas, uma vez que estamos buscando também, a epistemologia que demarca a análise das histórias de vida, visto o enorme grau de elementos, que na análise do discurso apresentam fundamentações as quais, foram de suma importância para a pesquisa.

Gonzalez, afirma que devemos entender a América do sul como Améfrica e assim, com esse entendimento talvez teríamos uma identidade territorial com vistas a um pertencimento enquanto continente. Por isso, para cada intelectual, fizemos uma territorialização a partir de textos e escrevi vivências sociais às quais não estão indexadas, bem como, tratamos de suas subjetividades que formam as identidades intelectuais desses sujeitos em seus territórios.

Nos lançamos na pesquisa, com intuito de identificar fatores que dessem arcabouços suficientes para refletirmos as validações das produções realizadas por pessoas negras no programa de Pós- Graduação em Direitos Humanos.

De fato, as indexações estavam todas lá, mas e o que mais? E além disso? Aquele questionamento que não era respondido. Nesse sentido, ocorreu de durante o estágio docência eu ter contato com autores e autoras aos quais discutem diferentes pontos de vista sobre Movimento negro.

Mas ainda assim, vimos que a necessidade real dessa pesquisa, era o estudo epistemológico afro-latino americano no ponto de vista das estruturas que legitimam os espaços de poder e de fala em outras palavras Histórias de povos colonizados extintos ou que tiveram sua epistemologia apagada.

Chego nesse ponto da pesquisa, apresentando de certa forma um desabafo, visto que a busca pela identidade, nos é uma categoria cara, essa identidade surge com os saberes passados. Nossa luta sem dúvida é anterior. É uma luta pelo resgate da ancestralidade.

Na construção de sociedades políticas complexas como os quilombos e nas múltiplas experiências quilombistas (Nascimento 2009), os conceitos de resistência e liberdade guardam contornos próprios que poderiam informar mecanismos alternativos de

convivência, produção material e imaterial, relação com a natureza e de organização política (PIRES, pg 73).

Esse resgate, nos levou a conhecer os territórios de alguns dos nossos entrevistados, tivemos a honra de compreendermos a formação dos sujeitos de pesquisa a partir de suas raízes, como foi visto nos relatos de Isabela Oliveira egressa de 2020.

Em muitos momentos, refletindo cada capítulo, nos pegamos na dura indagação de que as problematizações epistêmicas afro-latino americanas são carregadas de subjetividade. Como apresentado no capítulo 2 no qual Beatriz do Nascimento nos brinda com a aplicação real e objetiva do processo de escrevivência, mais tarde afirmado por Conceição Evaristo.

Por isso, percebemos a necessidade de estudar o racismo estrutural na universidade. Face que observamos que pessoas de extratos subalternizados, tem que provar por a mais b que é bom o suficiente para estar ali, visto ausência de capitais sociais e as buscas incessantes para adentrar e permanecer ainda que, com a marginalização/ subalternização e infantilização do processo de pesquisa dos/as intelectualidades Negras.

Durante esse processo, nos perguntamos muito sobre o que somos, o que estamos fazendo e sobre tudo, oque estamos postulando enquanto intelectualidade e metodologia. Por um lado, me preocupava como escrever de modo que a academia indexasse/validasse as categorias até aqui elencadas e por outro, me era caro a escrita em pretoguês, ou seja, a escrita ouvida e falada nas esquinas dos locais onde andei.

Diante de todo o exposto, durante a leitura desse estudo lhes pergunto: Quais são os pressupostos da Amefricanidade? Essa pergunta me veio no decorrer da escrita dessa dissertação, face ao tempo que passei tentando entender o que era, quem era/sou, quem somos, como nos construímos enquanto povo e de que maneira essa identidade é revelada ou invisibilizada.

Não temos interesse em lançar mais uma pergunta de pesquisa mas trazemos a importância de nos colocarmos enquanto monitores e avaliadores dessas Políticas. Por isso nos é cara a provocação sobre o que entendemos sobre Política Pública e mais, o que são e como podemos, de fato implementá-las de modo a garantir uma real diversidade de acessos.

De todo modo, chegamos nesse ponto desse estudo trazendo também enfoque para a dificuldade que sem dúvida atravessou a pesquisa e o pesquisador, sendo que, como pudemos observar nas entrevistas e nas referências até aqui abordadas, que o processo de escrita negro é diáspórico e esse diásporismo causa na branquitude um certo desconforto, visto o enorme grau de pertencimento étnico inpregnado não só nesse estudo, como também nas trajetórias até aqui estudadas.

Finalizamos essa pesquisa com a mesma questão que iniciamos, quem somos nós, isto é, o que entendemos por pertencimento, identidade e intelectualidade negra.

Trazemos esse aspecto uma vez que, durante a escrita dessa dissertação vários elementos me atravessaram, como questões psicológicas (face ao grau de comprometimento com o estudo), sociais (pois na medida em que nos aprofundávamos na pesquisa, mais entendíamos o quão desigual é a educação brasileira) e materiais (tendo em vista a desvalorização da pesquisa e do pesquisador negro no Brasil).

Em síntese, gostaríamos de poder esboçar mais nossos processos de pensamento, no entanto, os atravessamentos sociais foram motivo de desistência em muitas situações. Como aponta Fanon, “esse trabalho era para ter sido entregue há 3 anos, mas a verdade nos queimou”. Peço licença para utilizar essa passagem para me referir também ao meu processo de Aquilombamento, pois, essa verdade (Nossa Versão da História) sempre foi assunto suprimido na sociedade.

Por fim, optamos por ressignificar a escrita da dissertação de modo que, a ancestralidade nos fosse firmeza e caminho. Agradecemos sem dúvida a Exú, Exú Mirim, Meu pai Oxóssi, minhas madrinhas Maria navalha e Maria do cruzeiro, que me apontaram o caminho para o descortinamento do racismo estrutural que vivenciei/amos durante a academia. Obrigado!

REFERÊNCIAS

- ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia**. 2016.
- CARMO, Nádia Amaro. **O movimento negro e suas contribuições para a implementação do sistema de cotas raciais** Seminário Cetros, Crise e mundo do trabalho no Brasil. UECE. 2018.
- Assembleia Geral da ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos". Paris. 1948.
- _____. Resolução no 1.514. **Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais**, 1960. Assembleia Geral das Nações Unidas..
- _____. Resolução no 1.904. Declaração das Nações Unidas **sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial**, 1963. Assembleia Geral das Nações Unidas.
- ALMEIDA, Ranier Japson. **Uma Análise das Revisões Periódicas Universais Brasileiras sob a ótica Internacional dos Direitos Humanos**. Caderno de Graduação- Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS, v. 6, n. 2, p. 109-109, 2020.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos rebeldes; violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- BONNEMAISON, Joel. **Viagem em torno do território**. In: Geografia Cultural: um século. BLAZQUEZ, Antônio. **"Cartas do Padre Antônio Blasquez sobre o Brasil (1556-65)"**. In: Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Etnográfico do Brasil. Tomo XLIX. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1886, p. 10 de Janeiro, Eduerj, 2002, 83-131.
- BORGES, Rosana (org.). **Um fórum para a igualdade racial – articulação entre Estados e Municípios**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2005.
- BRASIL, Decreto Nº 65.810, De 8 De Dezembro de 1969. Promulga a **Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**. Brasília, 1965. Disponível em
- BRASIL. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE). **VIII Recenseamento Geral**. Censo Brasileiro de 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc57.pdf

<Acesso em: 27 de maio de 2023>.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Nota n. 197 de 07/06/2013. OEA

aprova a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância e a Convenção Interamericana contra toda Forma de Discriminação e Intolerância. Disponível em: . Acesso em: 04/04/2022.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **CORONAVÍRUS COVID-19: o que você precisa saber.** Disponível em: . Acesso em 16/03/2022.

CANDIDO, A. **O mundo sem culpa.** In:_____. **O discurso e a cidade.** São Paulo: Duas Cidades, 1993.

JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** A Livraria F. Alves, 1960.

DE OLIVEIRA, Eduardo David. **Filosofia da ancestralidade como filosofia africana:: educação e cultura afro-brasileira.** Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE), n. 18, p. 28-47, 2012.

DELGADO, Richard; STEFANCIC; Jean. **Teoria crítica da raça: uma introdução.** Tradução de Diógenes Moura Breda. 1.ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2012.

EIZIRIK, Marisa Faermann; FONSECA, Tania Mara Galli. **Ciência e poder: perspectivas da Psicologia Social contemporânea.** Revista de ciências humanas. Florianópolis. Unesp (1999), p. 11-20, 1999.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** Pallas Editora, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** L & PM Editores, 2010.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** L & PM Editores, 2010.

GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. Humanas e Sociais. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação.

GONZALES, Lélia. **O terror nosso de cada dia, Raça e Classe**, 2, (ago./set. 1987), p. 8.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**". In Luiz Antônio Machado Silva et alii. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos, Brasília, ANPOCS, 1983. 303 p. pp. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 263-264.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

HALBWACHS, Maurice. **On collective memory**. University of Chicago press, 1992.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Lamparina, 2022.

IBGE (PNAD). **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019**. n. 43. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/45/82120?ano=2020>. Acesso em 20 jan. 2022.

IPEA. **Atlas da violência, 2021** Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/3/violencia-por-raca-e-genero>.

KILOMBA, Grada. "The Mask" In: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. Münster: Uniras Verlag, 2. Edição, 2010.

MEDINA, João Paulo Subirá. **O brasileiro e seu corpo: educação e política do corpo**. Papirus Editora, 2002.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF–Dossiê: Literatura, língua e identidade, v. 34, p. 287-324, 2008.

MOMBAÇA, Jota. **Pode-um-cu-mestiço-falar?** Disponível em: <https://medium.com/jota-mombaça/pode-um-cu-mestico-falar> <acesso em: 03/08/2022>

MOMBAÇA, Jota. **Pode-um-cu-mestiço-falar?** Disponível em: <https://medium.com/jota-mombaça/pode-um-cu-mestico-falar> <acesso em: 03/08/2022>.

MUNANGA, Kabengele. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo**. Cadernos Penesb, v. 12, p. 169-203, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo**. Cadernos Penesb, v. 12, p. 169-203, 2010.

NASCIMENTO, Abdias (Org.). **Teatro Experimental do Negro: Testemunhos**. Rio de Janeiro: GRD, 1966.

NASCIMENTO, Abdias do. **Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. Estudos avançados**, v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. Abdias do Nascimento. In. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa (Coord.). **Memórias do Exílio**. São Paulo: Editora e Livraria Livramento, 1976.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. NASCIMENTO, Abdias do. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: GRD, 1968.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**, 1945. Disponível em: . Acesso em: 21 janeiro. 2022.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Edufba, 2013.

PAIVA, Eduardo França. **Alforrias e discriminação social - séculos XVIII, XIX e XX**.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018. 376p.

racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018. 376p.

LPH- Revista de História. UFOP-Mariana, n.6 pp. 209-217, 1996.

PIRES, Thula. **Racializando o debate sobre Direitos Humanos**. SUR-Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 15, n. 28, p. 65-75, 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Igualdade racial, Políticas sociais: acompanhamento e análise**, n. 18, 2010a. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content &view=article&id=37679 &Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37679&Itemid=9). Acesso em:< 15 de fevereiro de 2022>.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **De Saberes e de Territórios: Diversidade e Emancipação a Partir da Experiência Latino-Americana**. IN: GEOgrafias. Ano VIII, n. 16, 2006.

PROENÇA, Paulo Sérgio de. Análise do conto “**As mãos dos pretos**”, de **Bernardo Honwana, em perspectiva descolonizadora**. Literartes, n. 5, p. 100-119, 2016. DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia. **Corpos pretos e mestiços, no mundo moderno** In: **História do corpo no Brasil**. 2013. p. 70-105.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

REIS, Davi Nunes dos. **Sistemas de representação e a zoomorfização do corpo negro na Bahia.**

DOS REIS, Raissa Brescia. **Negritude em questão: das multiplicidades e conceitualizações do movimento por ocasião do Primeiro Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros (1956).** *Temporalidades*, v. 4, n. 2, p. 142-154, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** Companhia das letras, 2019.

RISO, Ricardo. **“É hora de ouvir os atabaques” de dois poetas sem equívocos: Éle Semog e José Carlos Limeira.** Literafro, out. Disponível em< <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/28-crítica-deautores-masculinos>, 2017.

ROHDE, Bruno Faria. **Umbanda, uma Religião que não Nasceu: Breves Considerações sobre uma Tendência Dominante na Interpretação do Universo Umbandista.** REVER: Revista de Estudos da Religião, v. 9, 2009.

Romão, Jerusa et al. **História da educação do negro e outras histórias.** 2005.

SANTOS, Boaventura de S.MENEZES Maria Paula. **Epistemologias do Sul.**

Tradução e organização revisada por Margarida Gomes. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Senado da Câmara e as Crianças Expostas.** In DEL PRIORE, M. (org.) **História da criança no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Silva, Ana Maria Eugenio da. **As quilombolas do Sítio Veiga e a dança de São Gonçalo o em Quixadá-Ce /.** - Redenção, 2021. 158 f: il.